

**PARA FALAR POR/COM TODAS: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
MULHERES RURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO
PONTAL DO PARANAPANEMA-SP**

OZILEIDE MATOS MOREIRA



OZILEIDE MATOS MOREIRA

**PARA FALAR POR/COM TODAS: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES
RURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO PONTAL DO
PARANAPANEMA-SP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (FCT/UNESP), para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol



Presidente Prudente

2023

M838f Moreira, Ozileide Matos

Para falar por/com todas: : políticas públicas para mulheres rurais e desenvolvimento territorial no Pontal do Paranapanema-SP. / Ozileide Matos Moreira. -- Presidente Prudente, 2023

190 f. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. Território da Cidadania. 2. Relações de gênero no Campo. 3. Protagonismo de Mulheres. 4. Geografia de Gênero. 5. Políticas Públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "Para falar por/com todas: políticas públicas para mulheres rurais e desenvolvimento territorial no Pontal do Paranapanema – SP"

AUTORA: OZILEIDE MATOS MOREIRA

ORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:



Documento assinado digitalmente

ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Data: 08/01/2024 08:37:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Profa. Dra. LARISSA ARAUJO COUTINHO DE PAULA (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul -
Campus Erechim

Prof. Dr. NECIO TURRA NETO (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Campus de Presidente Prudente

Profa. Dra. ACÁCIA BATISTA DIAS (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia / Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Prof. Dr. RICARDO PIRES DE PAULA (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Campus de Presidente Prudente

Presidente Prudente, 25 de outubro de 2023

Dedico este trabalho

À minha filha Maria Liz (em memória);
A Benício, meu filho amado, e a Simão, meu
amor, que me sustentam todos os dias.

À minha querida mãe, Cosma (em memória),
que me deixou um grande legado de amor
(Você vive em mim!).
A Ozeas, meu pai, e aos meus irmãos e
sobrinhos. Meus amores!

Aos meus amigos Valmir (em memória) e
Fernanda (em memória), que sempre me
inspiraram e que são parte importante deste
projeto.

Às participantes desta pesquisa, que me
ensinaram com suas vivências o que não há em
nenhum livro.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de conclusão de tão importante ciclo, vejo um filme em minha mente, que, por mais clichê que pareça, ilustra, de forma bastante didática, as emoções que me invadem, em um misto de contradição e complementaridade. Sinto-me repleta de orgulho, gratidão, alegria e força; na mesma proporção, sinto medo, alívio, preocupação e incerteza, mas a vida é um rio, e suas águas, apesar de brotarem de diferentes nascentes, não se separam. E assim também sou eu; mesmo múltipla, preciso tornar harmoniosos e fluidos todos esses sentimentos para seguir adiante. Posso, então, afirmar que essa jornada me ensinou a ressurgir, a ressignificar e a continuar, mesmo diante de rochas, abismos e cascatas, pois desistir nunca foi uma opção.

Evidentemente, concluir esta tese simboliza, além da conquista de um título acadêmico, coragem, a continuidade e a esperança – uma soma de todas as coisas que me inspiram à vida. No entanto, para seguir, não andei só, atravessei e fui atravessada por muitas pessoas, e sem algumas delas este momento não seria possível. Mesmo diante do risco de esquecer ou omitir algum nome, não posso deixar de registrar minha gratidão, pois sou grata a muitas pessoas que me apoiaram e inspiraram nesta jornada. Só foi possível chegar a esta etapa graças à boa vontade de cada uma delas.

Em primeiro lugar, agradeço a DEUS. Nele tudo posso, pois ELE é quem me fortalece.

Minha eterna gratidão às mulheres que colaboraram, de forma tão afetuosa, com este trabalho. Seus ensinamentos perpassaram qualquer teoria que eu estude na vida. Este estudo é de vocês também!

Agradeço a quem tenho o privilégio de chamar de minha família: Simão, meu grande amor, e Benício, meu filho, que representa o meu mais genuíno amor. Seguir com vocês é um privilégio. Para minha filha Maria Liz (em memória), meu agradecimento é especial; ela nasceu e partiu durante a construção desta tese, e por ela não desisti, para que ela permaneça na eternidade do saber e, assim, viva para sempre.

Com muita ternura, agradeço aos meus pais, Cosma (em memória) e Ozeas. Sem vocês eu não teria chegado até aqui.

Aos meus irmãos e sobrinhos agradeço pelo afeto e por todo o aprendizado de vida.

Agradeço aos meus amigos (que são proteção!), que protegeram minha alegria e me levantaram nos meus dias mais difíceis. Para minha sorte, eles são numerosos, e, aqui, são representados por Carla e Rafa, compadres queridos que estiveram por perto em todos os

momentos; Giselli, sua presença em minha vida é um sinal de alegria e fidelidade; Lenuza, minha tudo. Obrigada!

Agradeço também a Larissa, que me incentivou e ajudou durante o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP/Presidente Prudente. Ela é um grande exemplo de geógrafa e uma das pessoas mais empáticas que tive o privilégio de conhecer.

Agradeço a Acácia. Sua presença na minha caminhada é um grande presente que a vida me deu, você sempre me impulsiona a ir além – “bondade também se aprende”. Obrigada!

A vida é o instante que se vive, por isso agradeço a Fernanda (em memória), querida colega de graduação e de PPGG, que me ajudou na construção do projeto de pesquisa. Partiu sem defender sua tese de doutorado, já terminada. Jamais esquecerei de você e de tudo que partilhamos. Agradeço também ao Valmir (em memória), cuja partida carrega parte de mim, do que me ensinou e do que cativou em mim. Eu contava com você para corrigir minha tese, seu fanfarrão, assim como corrigiu a da Fer, com quem tive a honra de partilhar sua amizade. “Os bons morrem jovens”, e vocês eram bons e suas partidas foram precoces, mas tive a honra de testemunhar a alegria e a intensidade com que viveram. Carrego muito de vocês comigo.

Agradeço aos membros do Exame de Qualificação e da Banca de defesa.

Minha profunda gratidão à minha orientadora, Dra. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol. Mais que uma professora, você é uma mulher que me inspira como pessoa, pela humildade e generosidade, e como profissional, pelo compromisso, responsabilidade e competência – tudo isso desempenhado com muito afeto e respeito. Ser orientada por você levou-me a buscar o melhor que eu tinha a oferecer e a me comprometer com o trabalho, como eu sempre senti você comprometida. Obrigada por compreender, acolher e cuidar, tem sido uma jornada de muito ganho para mim!

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia (FCT-UNESP/Presidente Prudente) pelas lições partilhadas. Lara, aprendi e aprendo muito com você, gestamos nossos Luiz e Maria Liz no mesmo período em que ingressamos juntas no programa, em uma lógica própria de sermos mulheres por inteiro, e a maternidade, para nós, é parte importante disso. Walleska, obrigada pelo acolhimento, almoços e boas conversas. Desejo-te muito sucesso!

Agradeço a Nayara, que na singularidade da pessoa que é, muito me ensinou de coisas diversas, especialmente por meio da sua escrita fantástica sobre culinária, do seu café chique, sem contar que também me apresentou a principal informante desta pesquisa. Que a vida te devolva todo o bem!

Agradeço a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Geografia pelo conhecimento compartilhado. Vocês são fonte inesgotável de inspiração, jamais se perde algo aprendido, principalmente se há afeto e admiração.

Minha profunda gratidão aos funcionários da FCT-UNESP. Cada um, na prática da sua função, sempre me fez sentir como se estivesse em casa, com pessoas queridas cuidando de mim e do espaço onde estava. Infelizmente, a pandemia não nos permitiu o tanto de convivência que eu gostaria, mas guardo cada um de vocês comigo. Não posso deixar de agradecer, de forma especial, ao Adriano, a quem tive a honra de dar aulas no cursinho da UNESP, e hoje me sinto orgulhosa em vê-lo como colega de formação.

Sou muito grata à equipe da Seção Técnica de Pós-Graduação, pelo zelo profissional. O trabalho dessa equipe foi fundamental para que eu pudesse concluir este processo. De modo particular, agradeço a Aline, a quem tenho a honra de chamar de amiga; um ser humano excepcional, cuja competência não fica abaixo disso; sua presença na seção sempre foi um porto seguro para mim durante a passagem pelo programa. Desejo-te, em retorno, todo o bem que me fez. Minha eterna gratidão!

Sou grata pela oportunidade de fazer parte do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA), que me possibilitou formação e conhecimento ampliados.

Sou grata pela disponibilidade e boa vontade dos funcionários do ITESP, que ofereceram, nas conversas que tivemos, informações valiosas para esta pesquisa e para minhas vivências como estudiosa também.

Agradeço aos que me ajudaram na confecção do trabalho, por meio da produção dos mapas e revisão da escrita: Rafael, Juliana, Mônica e Ana Flávia.

Agradeço ao suporte emocional das profissionais de saúde mental (psicólogas), que me ajudaram a enfrentar as adversidades emocionais durante o período de produção desta tese: Letícia, Michele e Isabele, a quem atribuo participação importante neste processo, pois possibilitaram que eu me sentisse segura no espaço da universidade, quando não era possível estar lá, por saber que suas mãos estavam estendidas.

Sou grata pela (re)existência da universidade pública, gratuita e com a qualidade técnica e humana que a FCT-UNESP/Presidente Prudente representa. Sou fruto do ensino público, nem sempre de qualidade, mas sempre senti a esperança de que ele me possibilitaria novos horizontes. Ao ingressar na Graduação em Geografia, nessa casa, pude vislumbrar um novo caminho, razão pela qual voltei para cursar o doutorado. Agradeço à FCT-UNESP de Presidente Prudente pela estrutura, corpo profissional e acolhida. Desejo à universidade pública condições

adequadas de permanência, através do suporte e investimentos necessários, para que mais meninas e meninos possam ser os primeiros doutores de sua árvore familiar.

Apoio Institucional à Pesquisa

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia FCT-UNESP/Presidente Prudente e ao apoio financeiro concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da bolsa de doutorado concedida no período compreendido entre março de 2019 e junho de 2023, o que possibilitou que eu pudesse me dedicar integralmente aos estudos.

Você não compreende porque tenta compreender com a mente, mas a mente é limitada.
Robert Fisher

RESUMO

O objetivo central desta tese consistiu em construir, por meio da exploração do conceito de território, uma análise sobre a realidade socioespacial das mulheres, trabalhadoras rurais assentadas, apontadas como lideranças e sobre o modo como estão inseridas em atividades públicas, visando se inserir em políticas públicas que atendam às necessidades do gênero feminino, em três assentamentos no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, todos no estado de São Paulo: Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana, e Assentamentos Santana e Antônio Conselheiro, em Mirante do Paranapanema. A hipótese levantada foi a de que a participação social de mulheres, como lideranças na esfera pública, contribuiu para a efetivação de políticas públicas com o enfoque de gênero e possibilitou a construção de novos espaços de luta e de reivindicação por direitos. Metodologicamente, os procedimentos precisaram ser adaptados ao contexto da pandemia de covid-19 (2020-2021), mas, com o avanço do processo de vacinação, no segundo semestre de 2021, foi possível a realização de entrevistas presenciais e grupo focal, o que propiciou uma maior aproximação com a realidade vivenciada pelas mulheres nos assentamentos e nas associações em que estão inseridas. A utilização do conceito de território nas políticas públicas para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil e a abordagem realizada neste estudo compreenderam as mulheres como protagonistas, e o território que as constitui e é por elas constituído como o cenário onde desembocam suas ações. A própria dinâmica do meio rural determina os estereótipos de gênero diante da organização econômica e social das famílias e do assentamento. Foi possível constatar que a participação das mulheres é fundamental na constituição e manutenção dos assentamentos rurais no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema. Nesse contexto, a constituição de movimentos de representação coletiva (associações, cooperativas, grupos de mulheres) fornece ferramentas para o seu empoderamento, possibilita a expressão de demandas e reforça a consciência sobre seus próprios direitos. Diante dessa realidade, foi constatado que a participação efetiva das mulheres na vida pública promove a melhoria de suas condições de vida e das de sua família, além de permitir a permanência no lote. Quando se organizam em associações coletivas, os benefícios rebatem, em uma escala ampliada, que alcança um número maior de famílias assentadas, tanto no assentamento em que vivem como no seu entorno, ou seja, promove o desenvolvimento do território. As associações que participam possibilitam a articulação das trabalhadoras assentadas para acessarem políticas públicas como o PAA e o PNAE; e também as auxiliam por meio de informações sobre os direitos dos agricultores familiares assentados. Como a desigualdade de gênero nesses territórios é uma realidade, as mulheres precisam buscar alternativas diversas para serem reconhecidas como lideranças e se inserirem no mercado produtivo. Sob tal perspectiva, a Geografia, assim como as demais ciências humanas e ciências sociais aplicadas, precisa incluir de forma concreta, em seus objetos de estudo, a versão e a atuação específicas das mulheres na constituição do espaço e das interações nele estabelecidas.

Palavras-chave: Território da Cidadania. Relações de gênero no Campo. Protagonismo de Mulheres. Geografia de Gênero.

Como citar esta tese: MOREIRA, Ozileide Matos. **Para falar por/com todas:** políticas públicas para mulheres rurais e desenvolvimento territorial no Pontal do Paranapanema-SP. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

RESUMEN

El principal objetivo de esta tesis consistió en construir, a través de la exploración del concepto de territorio, un análisis de la realidad socioespacial de las mujeres, trabajadoras rurales asentadas, designadas como líderes y de la forma en que se insertan en las actividades públicas. con el objetivo de insertarse en políticas de servicios que atiendan las necesidades de las mujeres, en tres asentamientos del Territorio de Ciudadanía de Pontal do Paranapanema, todos en el estado de São Paulo: el Asentamiento Gleba XV de Novembro, en Rosana, y los Asentamientos Santana y Antônio Conselheiro, en Mirante de Paranapanema. La hipótesis planteada fue que la participación social de las mujeres, como líderes en la esfera pública, contribuyó a la implementación de políticas públicas con enfoque de género y posibilitó la construcción de nuevos espacios de lucha y reivindicación de derechos. Metodológicamente, los procedimientos requirieron adaptarse al contexto de la pandemia de covid-19 (2020-2021), pero, con el avance del proceso de vacunación, en el segundo semestre de 2021, fue posible realizar de manera presencial entrevistas presenciales y un grupo focal, lo que brindó una mayor aproximación a la realidad que viven las mujeres en los asentamientos y en las asociaciones en las que están insertas. El uso del concepto de territorio en las políticas públicas para el desarrollo de los territorios rurales en Brasil y el enfoque adoptado en este estudio entendieron a las mujeres como protagonistas, y al territorio que las constituye y es constituido por ellas como el escenario hacia donde conducen sus acciones. La propia dinámica de las zonas rurales determina los roles de género en términos de la organización económica y social de las familias y del asentamiento. Se pudo verificar que la participación de las mujeres es fundamental en la constitución y mantenimiento de asentamientos rurales en el Territorio de Ciudadanía de Pontal do Paranapanema. En este contexto, la constitución de movimientos de representación colectiva (asociaciones, cooperativas, grupos de mujeres) proporciona herramientas para su empoderamiento, permite la expresión de demandas y refuerza la conciencia de sus propios derechos. Frente a esta realidad, se encontró que la participación efectiva de las mujeres en la vida pública promueve el mejoramiento de sus condiciones de vida y las de sus familias, además de permitirles permanecer en el solar. Cuando se organizan en asociaciones colectivas, los beneficios se reflejan, a mayor escala, que alcanzan a un mayor número de familias asentadas, tanto en el asentamiento donde viven como en sus alrededores, es decir, se promueve el desarrollo del territorio. Las asociaciones participantes posibilitan que los trabajadores asentados se articulen para acceder a políticas públicas como el PAA y el PNAE; y también les ayudan proporcionándoles información sobre los derechos de los agricultores familiares asentados. Como la desigualdad de género en estos territorios es una realidad, las mujeres necesitan buscar diferentes alternativas para ser reconocidas como líderes e ingresar al mercado productivo. Desde esta perspectiva, la Geografía, así como otras ciencias humanas y ciencias sociales aplicadas, necesita incluir concretamente, en sus objetos de estudio, la versión y el papel específico de las mujeres en la constitución del espacio y las interacciones que en él se establecen.

Palabras clave: Territorio de Ciudadanía. Relaciones de género en el campo. El protagonismo de las mujeres. Geografía de género.

Cómo citar esta tesis: MOREIRA, Ozileide Matos. **Hablar por/con todos:** políticas públicas para las mujeres rurales y desarrollo territorial en Pontal do Paranapanema-SP. 2023. Tesis (Doctorado en Geografía) – Facultad de Ciencia y Tecnología, Universidad Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

ABSTRACT

The main objective of this thesis consisted of constructing, through the exploration of the concept of territory, an analysis of the socio-spatial reality of women, settled rural workers, appointed as leaders and of the way in which they are inserted in public activities, aiming to be inserted in policies services that meet the needs of women, in three settlements in the Citizenship Territory of Pontal do Paranapanema, all in the state of São Paulo: Settlement Gleba XV de Novembro, in Rosana, and Settlements Santana and Antônio Conselheiro, in Mirante do Paranapanema. The hypothesis raised was that the social participation of women, as leaders in the public sphere, contributed to the implementation of public policies with a gender focus and enabled the construction of new spaces of struggle and claim for rights. Methodologically, the procedures needed to be adapted to the context of the covid-19 pandemic (2020-2021), but, with the advancement of the vaccination process, in the second half of 2021, it was possible to carry out face-to-face interviews and a focus group, which it provided a greater approximation with the reality experienced by women in the settlements and in the associations in which they are inserted. The use of the concept of territory in public policies for the development of rural territories in Brazil and the approach taken in this study understood women as protagonists, and the territory that constitutes them and is constituted by them as the scenario where their actions lead. The very dynamics of rural areas determine gender roles in terms of the economic and social organization of families and the settlement. It was possible to verify that the participation of women is fundamental in the constitution and maintenance of rural settlements in the Citizenship Territory of Pontal do Paranapanema. In this context, the constitution of collective representation movements (associations, cooperatives, women's groups) provides tools for their empowerment, enables the expression of demands and reinforces awareness of their own rights. Faced with this reality, it was found that the effective participation of women in public life promotes the improvement of their living conditions and those of their families, in addition to allowing them to remain on the lot. When they are organized in collective associations, the benefits reflect, on a larger scale, which reach a larger number of settled families, both in the settlement where they live and in its surroundings, that is, it promotes the development of the territory. Participating associations make it possible for settled workers to articulate in order to access public policies such as the PAA and the PNAE; and they also help them by providing information about the rights of settled family farmers. As gender inequality in these territories is a reality, women need to seek different alternatives to be recognized as leaders and to enter the productive market. From this perspective, Geography, as well as other human sciences and applied social sciences, needs to concretely include, in its objects of study, the specific version and role of women in the constitution of space and the interactions established therein. Keywords: Territory of Citizenship. Gender relations in the countryside. Women's Protagonism. Gender Geography.

Key-words: Territory of Citizenship. Gender relations in the countryside. Women's Protagonism. Gender Geography.

How to quote this thesis: MOREIRA, Ozileide Matos. To speak for/with all: public policies for rural women and territorial development in Pontal do Paranapanema-SP. 2023. Thesis (Doctorate in Geography) – Faculty of Science and Technology, São Paulo State University, Presidente Prudente, 2023.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapas

Mapa 1 – Localização dos municípios e assentamentos analisados na pesquisa	38
Mapa 2 – Territórios da Cidadania do Estado de São Paulo e em destaque o do Pontal do Paranapanema	67
Mapa 3 – Localização do Centro de Serviços “Pé de Galinha”	125

Quadros

Quadro 1 – Perfil das Mulheres Indicadas como Lideranças e dos Funcionários do ITESP ..	43
Quadro 2 – Evolução do Programa LEADER	57
Quadro 3 – Comparativo entre as características gerais do LEADER e do PRONAT	62

Painéis fotográficos

Painel fotográfico 1 – Preparação para o Grupo Focal	46
Painel fotográfico 2 – Grupo Focal	47
Painel fotográfico 3 – Sede da Associação de Mulheres Assentadas – AMAS	104
Painel fotográfico 4 – Complexo de Serviços Comunitários do Pé de Galinha	126
Painel fotográfico 5 – Realização da atividade de memória, em 25 de março de 2023	145
Painel fotográfico 6 – Dona Nice apresentando seu lote e parte do que é produzido nele ...	157

Imagens

Imagem 1 – Fotografia da sede da Organização de Mulheres Unidas – OMUS	102
Imagem 2 – Eunice durante o grupo focal com as mulheres promovido na sede da OMUS ..	103
Imagem 3 – Nazaré, presidente da AMAS, na frente da entidade	104
Imagem 4 – Desenho Grupo I: antes e depois da vida nos assentamentos em relação às políticas públicas	147
Imagem 5 – Apresentação do Grupo I, realizada em 25 de março de 2023	148
Imagem 6 – Desenho Grupo II: antes e depois da vida nos assentamentos em relação às políticas públicas (Ilustração realizada em atividade de trabalho de campo, em 25 de março de 2023)	148
Imagem 7 – Grupo II realizando a atividade	149
Imagem 8 – Desenho Grupo III: antes e depois da vida nos assentamentos em relação às políticas públicas	149

Imagem 9 – Desenho Grupo IV: antes e depois da vida nos assentamentos em relação às políticas públicas	150
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Agricultura Familiar no Pontal do Paranapanema: Número de estabelecimentos da agricultura familiar, pessoal ocupado e de DAPs – 2015.....	71
Tabela 2 – Política de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema: Número de famílias assentadas, de Projetos de Reforma Agrária e área reformada – 2015.....	73
Tabela 3 – População total, número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família e o valor pago em R\$, por município – 2015	74
Tabela 4 – Recursos investidos em reais, número de agricultores familiares beneficiários, números de organizações socioassistenciais beneficiadas e quantidade de alimentos adquiridos (em ton.) pelo PAA, de 2003 a 2019	154

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AF	Agricultura Familiar
AMAS	Associação de Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CIAT	Comissão de Instalação de Ações Territoriais
CMDR	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERAMAS	Cooperativa da Associação de Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
EC	Emenda Constitucional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EP	Estudos Propositivos
FCT	Faculdade de Ciência e Tecnologia
FEADER	Fundo Agrícola de Desenvolvimento Rural
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GAL	Grupos de Ação Locais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LEADER	Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e mais.
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OMS	Organização Mundial de Saúde
OMUS	Organização de Mulheres Unidas
ONG	Organização não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PBF	Programa Bolsa Família
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PFZ	Programa Fome Zero
PLANTERR	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
PMDR	Planos Municipais de Desenvolvimento Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROINF	Programa de Infraestrutura e Serviços
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PST	Planos de Safra Territoriais
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Programa Território da Cidadania
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDR	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional

SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TC	Território da Cidadania
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UE	União Europeia
USF	Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
1 INTRODUÇÃO	25
1.1 A escolha do tema de pesquisa	29
1.2 A hipótese do trabalho	30
1.3 Objetivos geral e específicos	30
1.4 Estrutura do trabalho	31
2 PERCURSO METODOLÓGICO: APRENDENDO NO TRAJETO	34
2.1 Localidades escolhidas para a pesquisa.....	36
2.2 Realização das entrevistas.....	39
2.3 Apresentação das mulheres lideranças.....	40
2.4 Em busca de mais respostas: nova ida a campo	43
3 APORTES TEÓRICOS SOBRE TERRITÓRIO E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL	49
3.1 Políticas de desenvolvimento/planejamento territorial no Brasil e conexões com modelos externos.....	55
3.2 Institucionalização dos Territórios da Cidadania (TCs) e apresentação dos TCs do estado de São Paulo	64
3.3 O TC do Pontal do Paranapanema e as estratégias de desenvolvimento rural	70
4 CONSTRUÇÕES TEÓRICAS DE GÊNERO EM INTERFACE COM A GEOGRAFIA E AS RELAÇÕES DE PODER NO ESPAÇO RURAL	77
4.1 A introdução do feminismo no Brasil e definições de gênero	77
4.2 Abordagem de gênero para a Geografia: conexão entre empoderamento e espaços de poder	86
4.3 Da Revolução Verde à consolidação da agricultura familiar	90
4.4 Divisão dos “papéis” de gênero no campo.....	94
4.5 Territórios de poder e gênero: empoderamento, liderança, protagonismo e participação social	98

5 A POEIRA DAS GAVETAS QUE ABRIGARAM OS “GRILOS” FUNDADORES DO PONTAL DO PARANAPANEMA: ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS RURAIS E A PARTICIPAÇÃO FEMININA	106
5.1 Origens dos assentamentos e acampamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema	109
5.2 A identificação com o território e o protagonismo das mulheres no Pontal do Paranapanema	114
5.3 Dos barracos de lona ao Congresso Nacional: rebatimentos da participação social com abordagem de gênero para mulheres assentadas e desenvolvimento ou territorial.....	118
 6 CADA CONQUISTA, UM TERRITÓRIO: PROTAGONISMO DE MULHERES PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TC DO PONTAL DO PARANAPANEMA	123
6.1 Educação	124
6.2 Saúde.....	128
6.3 Moradia	130
6.4 Geração de renda.....	132
6.5 Previdência	135
6.6 Violência doméstica	138
6.7 O PAA e o PNAE como instrumentos para segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária do Pontal do Paranapanema	141
6.7.1 Rebatimentos das políticas públicas no dia a dia das mulheres no assentamento Gleba XV de Novembro em Rosana-SP	143
6.7.2 Desestruturação das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar no Brasil contemporâneo	151
6.7.3 Novo cenário, velhos atores: Lula presidente e o retorno da esperança social	155
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
 REFERÊNCIAS	165
 APÊNDICES	179
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	180
Apêndice B – Termo de Autorização para Uso de Imagens (fotos e vídeos).....	181

Apêndice C – Entrevista da informante das lideranças	182
Apêndice D – Roteiro de entrevista para mulheres (lideranças).....	184
Apêndice E – Roteiro de entrevista para funcionários do ITESP.....	186
Apêndice F – Roteiro da entrevista sobre políticas públicas para o grupo focal	188

APRESENTAÇÃO



O desejo de construir essa tese surgiu de questões levantadas durante a realização da pesquisa de mestrado que culminou na dissertação intitulada “**Lugar de mulher é onde ela quiser**”: o protagonismo de lideranças femininas no Território do Sisal – Bahia¹, que trata sobre o papel de destaque exercido por mulheres rurais em prol de melhorias para suas condições de vida. Apesar de ser natural do estado da Bahia, cresci e tive minha formação acadêmica de graduação no interior do Estado de São Paulo, onde cursei Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista e, no decorrer da pesquisa de mestrado, realizada na Bahia, sempre me questioneei quais seriam as similaridades e as diferenças nas trajetórias políticas das mulheres rurais nesses dois estados da federação.

Tomando isso em nota, a proposta inicial do projeto de pesquisa era um estudo comparativo, no qual pretendia abordar a realidade de protagonismo das mulheres em dois recortes territoriais estabelecidos pela Política Nacional para o Desenvolvimento dos

¹ Defendida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR, da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, no ano de 2017, sob orientação da Profa. Dra. Acácia Batista Dias.

Territórios Rurais: um no estado da Bahia, o Território do Sisal e outro no estado de São Paulo, o Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema. Contrariando a lógica do rigor e método acadêmicos, a escolha de um e de outro território tinham muitas questões de cunho pessoal e afetivo envolvidas.

No caso do Território do Sisal, na Bahia, a ligação se deu por meio de minha origem natal, nascida no município de Queimadas, migrei com minha família para o estado de São Paulo ainda muito criança e tive toda minha formação escolar e acadêmica nesse novo estado. Ao retornar para a Bahia, depois de 20 anos, geógrafa, me dei conta que não conhecia a geografia e o povo do meu estado de origem e foi aí que vi na pesquisa de mestrado a oportunidade de (re)conhecer minhas raízes. O processo de pesquisa no mestrado me fez entender geográfica e socialmente de onde eu vim e a valorizar as riquezas e as rudezas daquele lugar. Ao falar das protagonistas, falava de mim, de minha mãe (que partiu longe de sua terra) e de todas as que nos antecederam e nos constituíram.

A escolha da temática de gênero para mim apareceu como a melhor alternativa para encontrar caminhos diferentes, que mais se aproximavam da visão que eu tinha de um mundo de mulheres fortes e determinadas a conquistarem seus espaços e direitos. Eu não as via pelo lado da opressão, as compreendia pelo lado das conquistas, como protagonistas. A minha orientadora no mestrado, minha querida mentora, muito me inspirou também, era uma dessas protagonistas e não aceitava que lhe dissessem qual era o seu lugar, a partir de seu gênero, seu trabalho é generoso e inspirador.

Depois de entender minhas origens e fortalecer minhas raízes, decidi voltar para essa casa, a Unesp e, a partir da pesquisa de doutorado, juntar os dois lugares que me constituíram, a partir de um estudo comparativo. Mas, as voltas da vida, aquelas que tecem nossa trajetória, não são conduzidas apenas por nossas mãos, alguns nós correm do nosso alcance e a flor que eu gerei junto com o projeto de pesquisa, minha filha, Maria Liz, a menina que me sucederia e me manteria como mulher, chegou com limites para o corpo que demandaram longos meses de hospitalização e mais alguns de cuidados intensivos em casa, um total de sete meses e meio de uma vida breve e plena.

Ainda durante a gestação da Maria Liz, optei por não fazer o estudo comparativo, eu não poderia me deslocar para outro estado, e no momento eu não sabia nem se conseguiria seguir com a pesquisa. A partida dela, em janeiro de 2020, início de semestre, me levou ao fim, mas também ao começo, decidi não desistir, mantê-la nesse trabalho e em mim, e em cada uma das meninas e mulheres que encontrei ao longo do trabalho e concluí-lo é também uma forma de honrar a vida QUE ELA ME DEU.

Durante todo esse processo, recebi todo suporte da Universidade, dos professores e, especialmente da minha orientadora, a professora Rosângela, ela sempre foi paciente e compreensiva, me inspira com sua competência e habilidade com o que faz, sempre me dando o suporte que preciso para seguir com o trabalho. Rosângela é mais uma protagonista, uma professora exemplar, uma mãe e esposa à frente de seu tempo, fora dos “lugares de mulher”, na academia, no ensino, no lugar que quer.

Foi sábia a escolha que fiz apoiada por minha orientadora, pois de fato não seria possível o estudo comparativo e o Pontal do Paranapanema tem me ensinado muito, na sua complexidade geográfica e territorial, mas, especialmente com sua gente, que agora constrói esse trabalho comigo. Sim, esse é um trabalho coletivo, de muitas mãos, de muitas mães e de muitos percalços também.

Mais um dos desafios enfrentados no decorrer dessa pesquisa foi a pandemia da covid-19, cujo distanciamento físico para minimizar o contágio aconteceu a partir de março de 2020 e demandou adaptação de todo o corpo acadêmico e de cada aluno e professor, que de suas casas precisaram descobrir novas formas de aprender e de ensinar, já que a sala de aula física não era possível naquele momento. Desse modo, cursei as disciplinas que faltavam, em virtude do período da licença maternidade, de modo remoto, assim como as reuniões de orientação que tive nesse período e o início do contato com as participantes da pesquisa.

Ao ler essas motivações e adversidades, a compreensão do leitor pode ser que nada disso é científico, ou de que fiz aproximações emocionais muito profundas com a pesquisa. Mas, se tem uma coisa que aprendi nesse período é que não há neutralidade para uma (um) pesquisadora(or) das ciências humanas, cada trabalho leva um pouco de nós, porque a pesquisa atravessa a minha vida o tempo todo e as minhas questões pessoais também atravessam a pesquisa. Que a academia pode ser também um lugar de consolo e cura e que as pessoas que lá estão, são todas humanas e movidas por razão e emoção, por erros e acertos, por morte e, principalmente, por vida.

Todo reforço que dou à importância de construir essa pesquisa na Unesp e nesse campus, é porque há uma ligação com o fato de ser migrante nesse país, e por isso aqui reafirmo a minha identidade de mulher, negra, pobre, nordestina e mãe. A maioria dessas características me afastariam de lugares como esses e é preciso sempre ressaltar que nós estamos em todos os lugares. Sim, serei novamente pioneira na minha linhagem familiar, a primeira doutora e esse título dirá muito sobre mim, não somente o fato de não ter desistido, mas entre os meus mostra uma luta precursora, para que daqui em diante todas possam ser o que quiserem.

Outra questão que acho importante pontuar por ser mulher, é que uma mulher grávida pode ser acolhida com mais naturalidade nos ambientes de trabalho e universitário. Ser mãe é parte importante do que eu sou e de que muitas mulheres são, mas resumir a nossa vida adulta à maternidade é um retorno a tudo o que trato nesta tese, somos mães sim, mas temos habilidades mais do que necessárias para ocupar esses espaços, precisamos de suporte e acolhimento na Universidade, mas, para além disso, queremos usufruir nesse espaço de produção de conhecimento, extensão, ensino, convívio etc. Universidade é sim lugar de mulher!

1 INTRODUÇÃO



Este trabalho se dedica a analisar a participação de mulheres protagonistas nas pautas e reivindicações femininas na configuração dos assentamentos rurais, localizados no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, a partir de suas histórias de vida, motivações e meios de inserção na esfera pública. Essas mulheres revelam memórias dos dilemas enfrentados e das estratégias desenvolvidas junto às associações, particularmente a Associação das Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema (AMAS) e a Organização das Mulheres Unidas (OMUS), as quais foram criadas e nas quais estavam inseridas para conquistar avanços no meio rural, em uma realidade marcada pela desigualdade de gênero.

No caso desta tese, seu enredo se inicia com as políticas para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil e o personagem central neste capítulo é o território e o trajeto descrito no decorrer do texto desemboca na atuação dessas mulheres no território desenhado a partir da política pública e no qual elas desenvolvem suas ações. O território rural ao qual essa pesquisa se dedica é o da Cidadania do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste do estado de São Paulo, com o enfoque nos assentamentos rurais localizados em dois municípios do território: Rosana e Mirante do Paranapanema.

A denominação de Território da Cidadania é resultante do processo de construção de políticas de planejamento que possuía como objetivo o desenvolvimento de áreas rurais selecionadas no país que apresentavam situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, emerge o território, adotado como uma nova escala de intervenção, objeto de ação das políticas de planejamento do governo federal no período. Esse programa foi criado em 2008, no primeiro mandato do governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva. A ideia central era a combinação de

diferentes ações de ministérios e governos municipais para consolidar as relações federativas e tornar mais eficiente a ação do poder público no território.

A abordagem que fazemos neste trabalho, incorpora as mulheres como protagonistas, e o território que as constitui e é constituído por elas, como o cenário onde desembocam suas ações. Existem duras críticas na Geografia à perspectiva que analisa o território como palco, e obviamente, nosso enfoque não é esse. No ponto de vista que apresentamos, buscamos demonstrar a importância do planejamento territorial e de como é necessário que o Estado aplique ações direcionadas às especificidades geográficas e sociais de cada recorte desse país com dimensões continentais.

A incorporação de projetos de desenvolvimento com a integração das áreas rurais emerge nos países europeus como uma tentativa de incorporar o componente espacial, propondo novas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais, tornando-as mais competitivas economicamente, em função de manter a população em atividades produtivas e alocadas ali. No Brasil, essa perspectiva foi adotada mediante às transformações políticas, das últimas décadas e que se aprofundou na primeira década dos anos 2000.

Assim como em outras partes do país, no estado de São Paulo, foram definidos pela política territorial dois territórios rurais: o Território Vale do Ribeira e o Pontal do Paranapanema. A finalidade era proporcionar o desenvolvimento territorial numa perspectiva multiescalar, priorizando ações setoriais e participativas. O Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, escolhido como local da pesquisa, está localizado no extremo oeste paulista e com uma constituição histórica marcada por conflitos e mobilizações sociais, que possui como um dos personagens principais o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Uma característica marcante da constituição desse território é que desde o início, sua ocupação se deu a partir da grilagem, de conflitos fundiários e o extermínio da população indígena, com a finalidade de uso econômico. No entanto, há também uma trajetória rica de mobilização, o tecido social desse território se constituiu a partir da luta pela terra e pelo trabalho de desempregados, agricultores sem terra e famílias desalojadas com o alagamento provocado pela construção de usinas hidrelétricas na região, cuja mobilização e organização desses segmentos sobre o poder público deram origem à base do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pontal do Paranapanema. Movimento esse que é a principal referência de mobilização social nesse território.

A vertente de gênero é um viés importante para ser analisada no âmbito da configuração das relações existentes dentro de um assentamento rural. A própria dinâmica do meio rural determina os estereótipos de gênero diante da dinâmica econômica e social das famílias e do

assentamento. Nessas localidades, se mantém a lógica predominante de que às mulheres estão reservados os espaços domésticos e reprodutivos, voltados aos afazeres domésticos e cuidados com a prole, e aos homens reservam-se os espaços produtivos e políticos (públicos), de organização, negociação e comercialização da produção.

O contexto em que estão inseridas as agricultoras familiares (convencionais e assentadas), abre espaço e torna fundamental falar de divisão sexual do trabalho, para ampliar o conceito estabelecido na sociedade capitalista, questionar o porquê da exclusiva responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidado, em função da sua vinculação com a maternidade e desenhar novos espaços. Essa abordagem se insere em uma visão de que os homens e mulheres estão engajados em uma relação social específica, com base material, e disso decorrem práticas sociais distintas, além de uma relação hierárquica e desigual entre homens e mulheres, que atravessa todo o tecido social.

No âmbito geral, passou-se a observar essa realidade a partir da década de 1960, quando, apesar da presente dominação masculina, houve uma mudança do posicionamento da mulher na sociedade a partir da inserção destas em atividades fora do espaço domiciliar. Estar do lado externo do âmbito doméstico lhes proporcionou autonomia e reforçou sua consciência sobre seus próprios direitos. Essa mudança permitiu alguns avanços e uma importante transformação social na família, nos valores e nos papéis usualmente atribuídos a elas. No entanto, para as mulheres rurais esse processo não aconteceu no mesmo período e intensidade. O enraizamento do machismo nas áreas rurais é bem mais aprofundado.

Apesar da mudança social e das conquistas obtidas pelos movimentos de mulheres e feministas, ainda não se constitui como realidade a igualdade e a oportunidade de direitos entre os sexos, bem como não se mostra notadamente documentada a participação feminina em todos os espaços sociais em que se fazem presentes e com destacada atuação.

As áreas rurais² se apresentam como um desses espaços em que o trabalho produtivo e a participação social e política das mulheres não eram reconhecidos. Para dar maior visibilidade a essa demanda por espaços e direitos, os movimentos de mulheres agricultoras, junto com outros movimentos sociais ligados ao campo, lutaram para que as mulheres (esposas e filhas), envolvidas na produção agrícola familiar fossem reconhecidas como “produtoras rurais” e não “do lar”.

As pautas de reivindicação e mobilização desses movimentos de mulheres, muitas vezes, estão vinculadas à comunidade ao seu entorno, especialmente no caso de áreas rurais,

² Neste trabalho lançaremos nosso olhar aos assentamentos rurais, e todas as vezes que usarmos os termos áreas e espaços rurais, estaremos inserindo os assentamentos nesse contexto.

tornando-se uma espécie de prolongamento do lar, onde as atividades ali realizadas e as lutas travadas se refletem nas condições de vida do seu cotidiano, mas sem perder de vista a melhoria e o bem-estar das famílias.

O acesso às oportunidades de geração de trabalho e renda no campo é uma das principais reivindicações e uma das características mais marcantes das relações desiguais entre homens e mulheres, mantidas pela necessidade de ações afirmativas e de formulação e execução das políticas públicas que viabilizem a inserção das mulheres no mercado capitalista de produção.

Outra questão de relevância trata da luta contra a violência doméstica e sexual, anteriormente tratadas como questões do espaço privado, que passam a ser publicizadas e reivindicadas como problemas sociais, tornam-se, assim, pautas de políticas específicas de prevenção e combate. As Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAMs e outras ações e mecanismos de proteção são desdobramentos dessas ações, embora situadas nas cidades.

A luta das mulheres para terem autonomia sobre seus corpos também resultou em novos direitos instituídos socialmente: os direitos sexuais e reprodutivos. Medidas para minimizar as desigualdades de poder entre os gêneros também foram tomadas, como a aprovação da reserva de um percentual de 30% das vagas nas legendas dos partidos políticos para mulheres. Muitas dessas medidas foram tomadas para diminuir a assimetria entre homens e mulheres no país a partir das lutas e mobilização feminina com a finalidade de conquistar seus direitos e garantir a ampliação de espaços.

A população feminina possui demandas específicas e, elas percebem no decorrer de suas trajetórias de vida, que ainda há muito pelo que se lutar, para melhorar as condições destas e de seus familiares. No caso das mulheres, as disparidades de direitos e espaços as motivaram a unirem forças a partir de associações específicas no Território. A atuação de mulheres em movimentos de representação coletiva (associações, cooperativas, grupos de mulheres) fornece ferramentas para o seu empoderamento, possibilita expressar demandas, ampliar sua cidadania e reivindicar seus direitos.

A maioria das mulheres que participam desta tese teve participação na criação, ou estão inseridas como lideranças em duas associações de mulheres importantes para o Território do Pontal do Paranapanema. Essas associações são a Organização de Mulheres Unidas (OMUS) e a Associação de Mulheres Assentadas (AMAS). A OMUS, sediada na Gleba XV de Novembro, no município de Rosana-SP, foi a primeira associação coletiva formal de mulheres, tendo sido criada em 1990, com a finalidade de organizar as demandas das mulheres e reivindicar seus direitos. A AMAS, cuja sede fica no assentamento Haroldina, em Mirante do Paranapanema-

SP, também surgiu para reivindicar direitos básicos, foi oficializada em 1996. A organização a partir de associações viabiliza a participação das mulheres nas políticas públicas, especialmente as destinadas à produção e comercialização da produção, principalmente a partir da participação do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

No território do Pontal do Paranapanema, a participação das mulheres foi fundamental na constituição dos assentamentos, desde o período de ocupação das fazendas, onde elas permaneciam acampadas nos barracos de lona para dar suporte aos companheiros, para que pudessem trabalhar e se envolver em outras atividades referentes à luta pela terra. Elas também demonstram sua importância por meio das conquistas que obtiveram para os assentamentos por meio de sua organização social. A manutenção e permanência nos assentamentos também conta com a participação direta das mulheres, que contribuem de diversas formas com o trabalho e na aquisição de renda, através da aposentadoria rural e demais benefícios sociais.

1.1 A escolha do tema de pesquisa

A escolha do tema que relaciona protagonismo feminino, políticas públicas de gênero e desenvolvimento local no Território da Cidadania (TC) do Pontal do Paranapanema, ocorre por considerar a existência, nessa localidade, de características socioeconômicas ímpares e visualizar a presença marcante e decisiva das mulheres rurais através da confluência de diferentes atores/atrizes sociais que interagem com o objetivo claro de mudar as condições socioespaciais desse território.

Essa tese representa para a sociedade e para as mulheres que participaram da pesquisa como um meio para dar visibilidade às suas demandas e reforçar suas vozes para que não percam mais nenhum direito. Para a Universidade e para outras(os) pesquisadoras(es), ela servirá de base, mesmo que inicial, para que explorem os conceitos relacionados às temáticas de gênero pela perspectiva da geografia, que é uma ciência que incorpora e assim, se fortalece.

Considerando todos esses pressupostos, trago algumas questões norteadoras para a pesquisa, como:

- De que forma o conceito de território foi aplicado na política de desenvolvimento territorial no país?
- Qual é a configuração histórica e social do território do Pontal do Paranapanema que confere características sociogeográficas ímpares a essa localidade e proporcionou sua inclusão no Programa Territórios da Cidadania no estado de São Paulo?

- Em que contexto se deu a participação das mulheres na constituição dos assentamentos rurais no território e na manutenção das famílias no lote e nas atividades agropecuárias que são realizadas no espaço rural?
- A participação das mulheres (se houve) estimulou o processo de desenvolvimento do território em algum período? De que forma?

1.2 A hipótese do trabalho

Seguindo essa trajetória, elaboramos como a hipótese norteadora dessa tese o fato de que a participação social de mulheres, como lideranças na esfera pública contribuiu para a efetivação das políticas públicas com o enfoque de gênero e possibilitou a construção de novos espaços de lutas e de reivindicação por direitos.

1.3 Objetivos geral e específicos

O objetivo geral desta tese consiste em construir, a partir da exploração do conceito de território, a análise sobre a realidade socioespacial das mulheres, trabalhadoras rurais assentadas, apontadas como lideranças e o modo em que estão inseridas em atividades públicas visando se inserir em políticas públicas que atendam às necessidades do gênero feminino.

Para atingir esse objetivo principal, desenhemos os seguintes objetivos específicos:

- a) Explicar como ocorreu o processo de construção das políticas para o desenvolvimento territorial, no TC do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, particularmente nos municípios de Rosana e Mirante do Paranapanema;
- b) Verificar a trajetória histórica de constituição da região do Pontal do Paranapanema e o contexto em que esse território foi inserido na política nacional e estadual de assentamentos e qual a conjuntura da formação dos primeiros assentamentos nessa localidade.
- c) Compreender como o processo de constituição de assentamentos para a agricultura familiar e a participação social das mulheres favorece/ceu na conquista de melhorias sociais e na efetivação das políticas públicas para mulheres rurais e suas famílias nessa localidade;
- d) Investigar como, e se o protagonismo impactou, de modo positivo ou não, as vidas das mulheres (e suas famílias) na construção de novos espaços de luta e reivindicação por direitos e na demanda por políticas públicas.

e) Analisar os impactos do período político em que houve a desestruturação das políticas públicas para a agricultura familiar e os rebatimentos do desmantelamento desses programas e políticas para as mulheres, suas famílias ou suas associações.

Ao considerar as trajetórias, lutas e mobilização das mulheres em determinados espaços de decisões locais e territoriais, espera-se contribuir para repensar estratégias com relação à equidade nas relações de gênero e no exercício do poder em espaços decisórios. Assim, a sistematização de informações sobre percursos das agricultoras assentadas, no Território do Pontal do Paranapanema, representa mais um espaço de visibilidade por meio da possibilidade de evidenciar para a sociedade em geral algumas das demandas mais urgentes em relação aos direitos da mulher.

1.4 Estrutura do trabalho

Este trabalho foi estruturado em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais, norteados pelos objetivos específicos da pesquisa. A sequência e a organização dos capítulos buscam articular a hipótese, os objetivos, os conceitos principais e os dados empíricos delineados para a pesquisa.

Desse modo, os capítulos foram construídos da seguinte forma: O segundo capítulo intitulado “Percurso metodológico: aprendendo no trajeto” tem como intencionalidade apresentar os procedimentos metodológicos utilizados durante a pesquisa. Qual o tipo de abordagem, onde foi realizada, quem foram as mulheres trabalhadoras rurais indicadas como lideranças e como colaboraram com suas trajetórias de vida para compor o conteúdo empírico da tese? Nesse capítulo também foi apresentado o Território do Pontal do Paranapanema e os municípios de Rosana e Mirante do Paranapanema, que são o recorte de análise. Há também um detalhamento dos meios utilizados para a entrevista e como se deu o contato com as mulheres no período da pandemia. Além do detalhamento da atividade de grupo focal realizada com as mulheres associadas da OMUS em uma segunda investida no campo.

No terceiro capítulo, “Aportes teóricos sobre território e as políticas públicas de Planejamento Territorial no Brasil”, apresentamos o território que é constituído pela complexidade das relações sociais e como ponto de partida para ação do Estado. Para isso, trata de analisar a abordagem na qual a ideia de desenvolvimento está diretamente ligada à conjuntura de território, trazendo para o texto algumas concepções desta categoria tão importante para a Geografia. Apresenta também algumas políticas de desenvolvimento a partir do planejamento territorial no Brasil, fazendo um comparativo com modelos externos. Na

sequência, discorre sobre a institucionalização dos Territórios da Cidadania no estado de São Paulo e, por fim, apresenta alguns dados sobre o TC do Pontal do Paranapanema e as estratégias de desenvolvimento rural, considerando o recorte dos municípios de Rosana e Mirante do Paranapanema.

O objetivo do quarto capítulo, “Construções de gênero em interface com a Geografia”, é trazer construções teóricas que deem suporte ao conceito de gênero para relacioná-los à Geografia. O capítulo se inicia fazendo referência à introdução do feminismo no Brasil com algumas definições sobre gênero. Em seguida, trata da abordagem de gênero para a Geografia a partir da conexão entre empoderamento e espaços de poder. Na sequência, volta-se para as áreas rurais, para demonstrar a importância da agricultura familiar. Aborda-se ainda a divisão dos papéis de gênero no campo, que trata da importância do trabalho da mulher e de como tradicionalmente a desigualdade no trabalho rural foi estabelecida. Nesse capítulo se discute também territórios de poder e gênero: empoderamento, liderança, protagonismo e participação social, ressaltando a importância da participação das mulheres além do espaço doméstico e reprodutivo.

O quinto capítulo, “A poeira das gavetas que abrigam os “grilos”³ fundadores do Pontal do Paranapanema: acampamentos e assentamentos rurais e participação feminina”, refaz a construção histórica do território do Pontal do Paranapanema. O início do capítulo trata da apropriação indevida das terras, cujos “grilos” são marcas registradas da ocupação da área. Na sequência se propõe a explicar as origens dos acampamentos e assentamentos rurais nos municípios de Rosana e de Mirante do Paranapanema e, depois, retorna-se às mulheres, relacionando a identificação com o território e o protagonismo destas no Pontal do Paranapanema. Na última parte desse capítulo, se analisa cada uma das dimensões em que as mulheres se envolveram em suas localidades nas áreas de saúde, educação, segurança, geração de renda e previdência social.

O sexto e último capítulo, “Cada conquista um território: protagonismo de mulheres para a promoção do desenvolvimento territorial no TC do Pontal do Paranapanema”, versa sobre o processo de empoderamento das mulheres que a partir da participação social alcançaram melhorias para os assentamentos rurais, nas áreas de educação, saúde, moradia, geração de renda, previdência social e violência doméstica que reverberaram no território. Na sequência,

³ Com o intuito de comprovar a posse antiga da terra através de documentos novos, os grileiros (quem pratica grilagem) colocavam os documentos falsificados dentro de uma gaveta cheia de grilos. O objetivo era fazer com que os insetos comessem partes dos papéis e com suas fezes deixassem o papel amarelado e assim, que desse modo passasse a impressão de que os documentos fossem antigos.

buscamos apresentar um panorama dos debates das políticas públicas no dia a dia das mulheres no assentamento Gleba XV de Novembro em Rosana, São Paulo. O tópico seguinte discorre sobre as desestruturas das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar no Brasil contemporâneo e, por fim, um tópico sobre o novo cenário político do país, no contexto da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em seu terceiro mandato e as primeiras ações do seu programa de governo para fortalecer a agricultura familiar e agir no combate à fome e a situação de pobreza.

Esse trabalho foi construído por várias vozes e pretende expor mais uma vez a importância da perspectiva de gênero para apresentar um dado contexto ou território. A fala das mulheres, protagonistas no Pontal do Pontal do Paranapanema, apresenta a si, a sua realidade e também das muitas companheiras que caminham ou já caminharam com elas nesse trajeto de luta social, para alcançar os seus direitos e os seus espaços. Ecoa aqui também gerações de pesquisadoras e pesquisadores que vieram antes de mim para apresentar uma realidade geográfica múltipla, constituída de seres ímpares e ao mesmo tempo plurais, que se constituem de diversos territórios. E fala por mim e pela sede de aprender que carrego comigo, como a melhor alternativa para romper as fronteiras da desigualdade. Ainda há muito o que dizer, espero por novas e melhores versões, esse trabalho é só o primeiro resultado.

2 PERCURSO METODOLÓGICO: APRENDENDO NO TRAJETO



Aprender é um processo e o caminho para alcançá-lo é cheio de curvas e ladeiras, nem sempre fáceis, porém, é o trajeto que nos ensina o quão importante é cada passo. Esse é um trabalho construído como uma pesquisa de base qualitativa. Essa modalidade de pesquisa se estabeleceu como uma alternativa metodológica em relação ao predomínio das pesquisas quantitativas. No entanto, uma não exclui a outra e, em ambas, a prioridade é estabelecida, a partir de critérios metodológicos, podendo ocorrer também a combinação dos dois métodos, a depender dos dados que os pesquisadores pretendem utilizar na sua pesquisa. “Pesquisas qualitativas e quantitativas se complementam, mas são de natureza diversa”, a primeira trata “[...] da magnitude dos fenômenos, a outra, da sua intensidade. Uma busca o que se repete e pode ser tratado em sua homogeneidade, a outra, as singularidades e os significados” (Minayo, 2017, p. 2).

Para Lima e Moreira (2015, p. 28),

A pesquisa qualitativa fundamenta-se no princípio de que as sociedades humanas existem num determinado espaço, cuja formação social é específica. Assim, os indivíduos, os grupos e as classes atribuem significados e intencionalidades a suas ações, concepções e construções históricas. Esta concepção de realidade coloca para o pesquisador a condição de uma identidade entre sujeito e objeto, distingue-se, portanto, do método positivista. A pesquisa qualitativa parte do pressuposto que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O objeto é sob essa perspectiva, essencialmente, qualitativo.

É sob essa perspectiva que compreendemos as mulheres, que são sujeitos e objetos na pesquisa, consideramos suas relações, seus territórios, sua história, seu olhar para si, para a sociedade e para o espaço geográfico.

Para identificação das mulheres protagonistas no cenário público-político do território se utilizou de redes de informação, ou seja, dados reunidos a partir do contato com pessoas, entidades e instituições presentes no território. No caso deste trabalho, em específico as informações iniciais foram obtidas com funcionários do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica no acervo digital e físico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente e em acervos digitais de outras universidades e de textos de cunho acadêmico. As buscas foram feitas a partir do conceito de território, e de associações que relacionavam território e gênero. Outras buscas foram realizadas na perspectiva dos estereótipos de gênero na agricultura familiar, do protagonismo de mulheres e sobre associativismo, abordando esses temas e as demais categorias de análise destacadas no estudo.

O meio utilizado inicialmente para a aproximação com as mulheres foi, em virtude da pandemia da covid-19, a internet, por meio da rede social WhatsApp e, posteriormente, após a aplicação das primeiras doses de vacina, alguns encontros presenciais em trabalho de campo. Algumas das mulheres indicadas como liderança pelos funcionários do ITESP, sugeriram, por sua vez, outras com o mesmo perfil e, na maioria dos casos, disponibilizaram o contato telefônico delas. Esses encontros foram agendados previamente por ligação telefônica e pelos aplicativos de mensagens (WhatsApp), no local determinado pelas participantes.

A primeira delas nos recebeu na sede da associação que preside no município de Mirante do Paranapanema, São Paulo e as demais nos receberam no lote de uma outra colaboradora, no assentamento Gleba XV, no município de Rosana, São Paulo. A descrição de suas trajetórias de vida, sua inserção nos espaços públicos e o contexto em que se relacionam com as políticas públicas, foram levantados a partir de um diálogo orientado a por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice D).

Para conhecer a história de vida de cada uma delas, e descobrir de que modo tiveram acesso às políticas públicas, realizamos entrevistas com base em roteiro semiestruturado. Para Triviños (1987), esse tipo de entrevista tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos, realizados a partir de um roteiro pré-elaborado, dariam resultado a novas

hipóteses surgidas a partir das respostas das participantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador que, nesse caso, mantém a presença consciente e atuante no processo de coleta de informações.

A técnica de história de vida⁴ serviu como base para analisar a relação das mulheres com as políticas e programas nos dois municípios selecionados, e para identificar a inserção e participação social da mulher como liderança. A partir daí, buscou-se compreender as ações ou estratégias desenvolvidas por estas junto às entidades/associações nas quais estão vinculadas, e os principais entraves encontrados dentro de uma realidade ainda demarcada pelo binômio público/privado associado às categorias de homem e mulher, respectivamente.

Sobre o registro das atividades de campo e das falas das atrizes sociais que participam da pesquisa utilizou-se, simultaneamente, o sistema de anotação e gravação em áudio, com aparelho celular e/ou gravador. Fotografias também foram utilizadas como recurso de registro, os quais, com a devida autorização das participantes, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A) e do termo de autorização para uso de imagem (Apêndice B), fazem parte da versão final desta tese de doutorado. Esse tipo de registro amplia o conhecimento do estudo, pois permite a documentação de momentos que ilustram o cotidiano vivenciado pelas atrizes sociais.

2.1 Localidades escolhidas para a pesquisa

Essa análise foi construída a partir da espacialização do objeto de pesquisa que, nesse caso, constitui-se também em sujeito, a mulher como liderança. O recorte escolhido foi o do Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, e as mulheres com o perfil desejado na pesquisa estão localizadas nos Assentamentos Santana e Antônio Conselheiro em Mirante do Paranapanema, e Gleba XV de Novembro, em Rosana (Mapa 1).

Um dos municípios selecionados para a pesquisa foi Mirante do Paranapanema, localizado no extremo oeste do estado de São Paulo. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), esse município conta com uma população total de 15.917 habitantes. A população do município está dividida em, aproximadamente, 60% na área urbana e 40% na área rural. Para o período entre 2010 e 2022, era estimado um crescimento populacional, no entanto, o Censo 2022 contabiliza para o

⁴ A história de vida é entendida na concepção de Bourdieu (1996, p. 74), segundo a qual “Falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história”.

município uma população de 15.917, o que significa que houve um decréscimo de aproximadamente 6% no número total de habitantes de Mirante do Paranapanema, já que a população indicada no Censo 2010 era de 17.059 munícipes. A área total do município é de 1.239, 079 km² e a densidade demográfica atual é de 12,85 hab/km² (IBGE, 2023).

O município de Mirante do Paranapanema faz divisa ao norte com Santo Anastácio; ao sul, com Jardim Olinda (Paraná); a leste com Presidente Bernardes e Sandovalina; e a oeste com Marabá Paulista e Teodoro Sampaio. No que se refere à política de assentamentos rurais, Mirante do Paranapanema concentra o maior número de assentamentos instalados em um único município, sendo 31, que beneficia 1.229 famílias em uma área de 32 mil hectares (Fiori, 2017). Como recorte espacial da pesquisa temos os Assentamentos Santana e Antônio Conselheiro, nos quais contamos com duas colaboradoras da pesquisa.

O outro município é Rosana, que está localizado também no extremo sudoeste do estado de São Paulo, no triângulo formado pelos rios Paraná e Paranapanema, tendo como limites: ao sul, o estado do Paraná e a oeste o estado do Mato Grosso do Sul. No Censo Demográfico de 2022, o município conta com uma população total de 17.440 pessoas, sendo, aproximadamente, 80,53% urbana e 19,47% rural. Nesse município houve um aumento populacional de aproximadamente 9,7% de acordo com o Censo 2022, já que em 2010 contava com 15.929 habitantes. A área total do território é de 744 km² com uma densidade demográfica de 23, 44 hab/km² (IBGE, 2023).

Este município é constituído por quatro assentamentos, sendo eles: Gleba XV de Novembro, Nova Pontal, Bonanza e Porto Maria. O assentamento Gleba XV de Novembro, localidade escolhida para a pesquisa, foi criado em 1984, contando, a princípio, com 571 lotes e área de 13.311 hectares, abrangendo parte dos territórios dos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista. Em Rosana, estão localizados 438 lotes. Possui área para agricultura de 10.688 hectares. Este assentamento é distribuído em seis setores, sendo que quatro (Setores I, II, III e VI) estão localizados em Rosana (Santos; Thomaz, 2012). Esses dois municípios trazem em comum o pioneirismo em serem espacialmente parte importante da política de assentamentos, traço marcante desse território.

Mapa 1 – Localização dos municípios e assentamentos analisados na pesquisa



Fonte: ESRI, IBGE, IGC e ITESP

2.2 Realização das entrevistas

Nesse último período (2020-2021), o país foi gravemente impactado pela pandemia do coronavírus, inviabilizando a presença no campus da universidade, além de sérias restrições à pesquisa de campo. O cenário só sofreu algumas alterações a partir do segundo semestre de 2021, quando a vacinação em massa avançou no país, mas os impactos da mutação do vírus em novas cepas geraram preocupação por mais um período, e o contágio, mesmo que em menor número, continuou. No entanto, os sintomas nas pessoas que foram vacinadas são significativamente menos letais, mas o número de mortos em decorrência da doença ultrapassou o número de 704 mil pessoas, até julho de 2023.

O distanciamento social afetou diretamente a realização do trabalho de campo e as entrevistas. Em relação às entrevistas, devido às limitações de contato impostas pela pandemia, a ida à campo só foi possível nos meses de julho e agosto de 2021, após as participantes receberem duas doses do imunizante. Os contatos telefônicos auxiliaram na aproximação com as participantes da pesquisa e na ida a campo, mas não bastaram como recurso para a obtenção das informações necessárias para a pesquisa.

Outra informação importante a se destacar é que, mediante as dificuldades impostas pela pandemia, a entrevista semiestruturada não foi testada em campo. O resultado disso é que a partir das análises realizadas para a redação da tese, se constatou que ela não atendia a todas as informações que deveriam ser obtidas em campo. Esse retorno ao campo aconteceu na data de 25 de março de 2023, onde foi realizada a técnica de grupo focal para abrir possibilidade de escuta para um grupo maior de mulheres. Por eu haver mantido contato telefônico com as primeiras participantes que haviam sido indicadas, com o intuito de lhes dar retorno sobre a pesquisa, não houveram dificuldades para essa nova aproximação no campo.

Considerando o contexto do distanciamento social, imposto como medida para conter a Pandemia da covid-19, o acesso a essas mulheres e a execução das entrevistas foi um processo complexo. De início, houve a tentativa de realização das entrevistas de maneira remota, mas apesar da aproximação e da manutenção do contato via celular, majoritariamente pelo WhatsApp, a maioria delas não tinha possibilidade de acessar outra plataforma como o Google Meet e/ou não possuía rede de dados de internet que sustentasse uma chamada de vídeo. Outro fator a destacar é que, por ser uma pesquisa qualitativa, o contato via telefone não deu conta de aproximar a pesquisadora do local e da realidade das colaboradoras da pesquisa.

Não deixo de documentar, que o contexto pandêmico provocou alguns receios e limitou muito as estratégias de observação na pesquisa, já que no período não era possível a reunião de

grupos. Diante do receio de contágio com o coronavírus ao ter contato com pessoas de fora do convívio familiar fizeram com que algumas mulheres indicadas como possíveis informantes se recusassem a participar da pesquisa, quando, a partir da insuficiência do contato telefônico, eu propunha um futuro encontro presencial. As entrevistas aceitas foram realizadas nos ambientes escolhidos pelas informantes da pesquisa de modo que se sentissem confiantes para discorrer sobre suas trajetórias de vida.

Apesar das limitações impostas pelo distanciamento ocasionado pela pandemia da covid-19, um primeiro trabalho de campo foi realizado em julho de 2021, em Presidente Prudente, com uma colaboradora chave, assistente social do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, que, por estar presente no território desde o início da mobilização para as políticas de assentamento, pode nos indicar quais mulheres tinham participado ativamente na constituição dos assentamentos e na luta por melhorias para essas localidades. Para essa participante traçamos um roteiro de entrevista específico (Apêndice C), com a finalidade de compreender o trajeto histórico de luta das mulheres nesse território e identificar algumas lideranças.

No mês seguinte, no dia 13 de agosto de 2021, após receber a segunda dose da vacina, houve uma segunda incursão a campo nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana, em São Paulo. As informações de fontes primárias foram coletadas a partir de um roteiro semiestruturado (Apêndice D), que foi utilizado nas entrevistas com cinco mulheres, cujas respostas foram gravadas em áudio, e analisadas após a transcrição.

Durante a análise de dados percebemos a ausência de algumas informações relacionadas ao papel do ITESP no contexto da participação social e como o órgão intermediava o acesso às políticas públicas e ao empoderamento feminino nos assentamentos. Para obtenção desses dados foi elaborado um terceiro roteiro (Apêndice E), que possibilitou uma compreensão mais ampla das relações de gênero nos lotes, e do quanto as políticas públicas direcionadas aos assentamentos são importantes para a permanência e desenvolvimento do/no lote.

2.3 Apresentação das mulheres lideranças

Os perfis das pessoas que participaram da pesquisa, na primeira etapa, indicadas como lideranças ou referências principais estão sintetizados no quadro 1 e em todos os dados divulgados da pesquisa. Nessa pesquisa, tendo os termos de uso de imagem (Apêndice B) assinados pelas participantes, optamos por usar seus nomes genuínos. Com a devida autorização das colaboradoras, pensamos em apresentar suas identidades como parte importante do

reconhecimento do seu protagonismo e, ao mesmo tempo, valorizar suas lutas e conquistas. Nesse caso, usaremos nomes fictícios apenas para os técnicos ligados ao Itesp, para preservar sua ética profissional.

A primeira colaboradora a indicar lideranças que pudesse contribuir com a pesquisa, foi a assistente social do Itesp, em Presidente Prudente, chamada de *Rosa (Luxemburgo)*⁵, cuja atuação, desde o início, no projeto de assentamento das famílias acampadas na região, em meados de 1990, a qualifica a ser nossa primeira colaboradora a indicar informações em relação às outras mulheres que se destacaram na região na luta por direitos. As outras cinco mulheres são assentadas, reconhecidas como lideranças e envolvidas na busca por direitos e melhorias nas condições de vida nos assentamentos.

Diante das dificuldades vivenciadas em relação ao campo e das características buscadas para o objeto da pesquisa (mulheres que se destacassem por sua liderança e pautas para as mulheres e coletivas no território), nossa amostragem poderia ser considerada pequena, mas o que buscamos com essa pesquisa é a intensidade de suas vivências e ações, contadas a partir de suas trajetórias de vida.

Para corroborar isso, consideramos o que nos apresenta Minayo (2017) ao afirmar que numa pesquisa qualitativa se busca a intensidade do fenômeno, sendo assim, a preocupação com a repetição dos aspectos deve ser muito menor em relação a sua dimensão sociocultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas. Foi nesse percurso que chegamos à amostragem de sete (7) entrevistas realizadas: dois (2) representantes do Itesp e cinco (5) mulheres com o perfil almejado para a pesquisa.

Uma dessas mulheres é **Eunice**, conhecida por todos como *Dona Nice*, agricultora familiar, vinda de uma família de “boias-frias”, liderança importante, orientou a organização de outras mulheres e fundou junto com elas a Organização de Mulheres Unidas (OMUS), localizada no Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana – SP. Outra mulher atuante na vida pública e política na localidade onde vive, no Assentamento Santa Ana, no município de Mirante do Paranapanema, é **Nazaré**: ela está à frente da Associação das Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema (AMAS), sediada no Assentamento Haroldina, conhecido como “Pé de Galinha”, localização estratégica para o conjunto de serviços

⁵ Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma filósofa e militante comunista e feminista polonesa. Suas contribuições intelectuais incluem análises críticas sobre o pensamento marxista e novas propostas de leitura para o socialismo, além de intensa luta ativista pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras europeias. Como feminista, a pensadora aliou o marxismo ao feminismo, ao falar da necessidade de incluir as mulheres na militância e tratar da questão das operárias como particular em relação à luta por direitos.

comunitários de educação e saúde que atende a população de todos os assentamentos do entorno.

Quem também foi apontada como uma liderança que se destaca por sua atuação em prol das mulheres, especialmente as trabalhadoras rurais assentadas, no seu município foi **Vera**, também assentada da “Gleba XV”. Ela apresenta uma história de força e engajamento social, filha de acampados, tem orgulho de ter vivenciado a conquista do lote pelos pais e depois ter adquirido seu próprio lote, junto com o companheiro. **Ednalva** é outra dessas mulheres engajadas na luta por melhorias nas condições de vida das mulheres no campo, influenciada pelas ações da irmã, Eunice, ela encontrou na participação social um meio de alcançar direitos e hoje atua como tesoureira junto a OMUS, associação que ajudou a fundar.

Andréia, moradora do Assentamento Antônio Conselheiro, é conhecedora das ervas e de remédios naturais, ajuda muitas mães com a indicação de seus chás, liderança ativa nos encontros de mulheres e na luta pela melhoria das condições de vida de sua família e demais assentadas, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), aspira candidatar-se à função política de vereadora, para contribuir de forma mais efetiva com as causas dos assentamentos.

Com o andamento da pesquisa decidimos entrevistar mais um representante do Itesp. Essa entrevista foi realizada na sede da instituição de Presidente Bernardes, no dia 18 de maio de 2022. O entrevistado foi o analista de desenvolvimento agrário, a quem chamaremos no decorrer do trabalho de *Malcolm (X)*⁶.

Cada uma dessas entrevistas rendeu extenso material com conteúdo riquíssimo, cuja intensidade e ao analisá-las, pudemos verificar vários desdobramentos a partir da atuação das mulheres no espaço público. Essa configuração permite transformação nas suas relações familiares e outros desdobramentos que beneficiam toda a comunidade, e que podemos afirmar que gera desenvolvimento local. Abordamos no decorrer do trabalho o desenvolvimento territorial a partir da perspectiva em que ele está atrelado a um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, em que seja possível conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região.

A participação social dessas mulheres vem construindo concepções de solidariedade e desenvolvimento que, gradativamente, minimizam os tradicionais valores machistas locais. A realidade dos fatos indica que as ações das mulheres ainda não foram suficientes para superar

⁶ Malcolm X (1925-1965) foi um ativista que lutou pelos direitos da comunidade afro-americana, durante as décadas de 1950 e 1960, na era dos movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos.

todas as dificuldades enfrentadas pelo gênero feminino nessa localidade, que apresenta muitas disparidades, mas que se apresenta como um caminho de possibilidades e conquistas.

Quadro 1 – Perfil das Mulheres Indicadas como Lideranças e dos Funcionários do ITESP

PARTICIPANTES DA PESQUISA NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP							
Nome	Rosa	Nazaré	Eunice (Dona Nice)	Ednalva	Vera	Andréia	Malcolm
Nº	1	2	3	4	5	6	7
Idade	67	53	61	52	48	48	47
Escolaridade/ Ensino	Superior	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Superior
Profissão/ Ocupação	Ass. Social	Agricult.	Agricult.	Agricult.	Agricult.	Agricult.	Analista Des. Agrário
Renda Familiar	2 SM ⁷	2 SM	+ 3 SM	- 1 SM	2 SM	2 SM	+ 3 SM
Naturalidade	Adamantina/SP	Jardim Olinda/PR	Mirante do Paranapanema/SP	Cuiabá Paulista/SP	Enéas Marques/ PR	Rancharia/ SP	São Bernardo do Campo/S P
Residência	Presidente Prudente/ SP	Mirante do Paranapanema/SP	Rosana/SP	Rosana/SP	Rosana/ SP	Mirante do Paranapanema/SP	Presidente Prudente/ SP
Integrantes do Grupo Familiar: nº		03	03	04	04	04	
Data da 1ª entrevista	16/07/21	13/08/21	13/08/21	13/08/21	13/08/21	27/04/22	18/05/22

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa de campo (2021-2022)

2.4 Em busca de mais respostas: nova ida a campo

Diante dessa complexa jornada, de desenvolver uma pesquisa em tempos de pandemia, pudemos perceber no relatório de qualificação que precisávamos explorar outros pontos, dentro da realidade daquelas mulheres e da localidade em que estavam inseridas. Para dialogar com esses novos questionamentos, a pesquisa demandava mais uma etapa do trabalho de campo, que inserisse mais mulheres para que tivéssemos uma visão ampliada da relação delas com as

⁷ Salário mínimo.

políticas públicas e o desenvolvimento local. Essa nova inserção a campo foi intermediada com a presidente da Associação OMUS (**Dona Nice**), com uma abordagem de grupo focal.

Grupo focal se trata de uma metodologia que privilegia o campo da investigação social. Essa técnica, criada na década de 1980, foi desenvolvida para captar interesses de mercado, mas, se apresenta como uma boa alternativa para a pesquisa social diante da perspectiva de redução de tempo e recursos para a abordagem crítica do objeto de pesquisa (Cruz Neto; Moreira; Sucena, 2002). Em outras palavras, grupo focal é um modo simplificado de estar em contato com uma determinada população ou grupo que se deseja investigar. Essa é a definição que nos fez optar pela utilização dessa técnica – começando pelo convite direcionado ao público alvo da pesquisa, no caso, as mulheres com perfil indicado pelas lideranças e que já participaram na fase anterior do trabalho de campo.

Na sequência, distribuídas em uma grande roda de conversa, iniciou-se o diálogo guiado pelo roteiro de entrevista pré-estabelecido pela pesquisadora (Apêndice F), porém, não rígido adaptando-se de acordo com os temas apresentados pelas participantes. Como descrevem Gomes e Barbosa (1999), ao relatar que grupo focal é um grupo de discussão informal, de tamanho reduzido, cujo propósito é obter informações de ordem qualitativa e com profundidade de debate. Essa técnica foi desenvolvida sob influência de diferentes pesquisas de mercado e *marketing* e é possível aplicá-las à pesquisa social, desde que adaptada à realidade de cada tipo de estudo.

Para cada grupo de pesquisadores, a função do grupo focal é diferente. Para Westphal (1992), os pesquisadores sociais observam o processo através do qual participantes especialmente selecionados respondem às questões da pesquisa para depois interpretar os dados teoricamente. Já a pesquisa de mercado busca propostas imediatas e custos reduzidos. De acordo com Cruz Neto, Moreira e Sucena (2002, p. 5), a

[...] principal característica da técnica de Grupos Focais reside no fato de ela trabalhar com a reflexão expressa através da “fala” dos participantes, permitindo que eles apresentem, simultaneamente, seus conceitos, impressões e concepções sobre determinado tema. Em decorrência, as informações produzidas ou aprofundadas são de cunho essencialmente qualitativo.

Outras características importantes da técnica a serem preservadas são: o fato de ela ser uma fala em debate, pois, a concepção de um participante sem a interferência dos outros não é grupo focal. Também é importante garantir que todos tenham possibilidades equânimes de apresentar suas concepções. A valorização dos debates e o tempo a eles destinado estabelecem balizamentos ao uso da técnica em relação ao aprofundamento e a multiplicidade dos temas abordados (Cruz Neto; Moreira; Sucena, 2002).

A equipe para a condução do grupo focal também é indispensável. As funções a serem desempenhadas são a de: mediador, relator, observador, operador de gravação, no momento da aplicação da técnica e, posteriormente, transcritor de áudio e digitador, para a transposição dos dados. Para desempenhar essas funções, são necessárias ao menos duas pessoas. Já que, no primeiro momento, trabalham simultaneamente o mediador e o relator, que cobre também as funções de observador e operador de gravação. A transcrição e digitação acontecem em um segundo momento, para análise dos dados e podem ser desempenhados pelas mesmas pessoas que desempenharam a função anterior.

Considerando as funções que devem ser desempenhadas para a execução do grupo focal, nós contávamos apenas com duas pessoas, a quantidade mínima para que seja possível seu desenvolvimento. No nosso caso, essas funções foram desempenhadas pela pesquisadora e por Simão Moreira, psicólogo, que introduziu o tema e outras atividades motivacionais para o engajamento das participantes. A pesquisadora executou a função de mediadora e observadora, enquanto Simão, fez as funções de relator e operador de gravação. A transcrição, digitação e análise foram realizadas pela pesquisadora em um segundo momento.

Na prática, o grupo focal que utilizamos como técnica para a coleta de dados da pesquisa foi desempenhado com um preparo prévio do roteiro de debate, que serviu de parâmetro para a pesquisadora mediar o debate. Foi pré-estabelecido entre a pesquisadora e a presidente da Associação OMUS, que convidasse para participar desse momento um grupo de até 20 mulheres, informadas com antecedência e instruídas sobre o interesse de realização daquele grupo. Elas foram reunidas na sede da OMUS, local em que estavam familiarizadas, e de fácil acesso a todas.

O grupo focal ocorreu na data de 25 de março de 2023, na sede da OMUS (Associação das Mulheres Unidas). O horário previsto para o início era 9h00, mas houve um atraso significativo na chegada de grande parte das convidadas. Segundo algumas mulheres presentes, esse atraso é comum nos encontros com esse grupo de mulheres, costuma ser gerado por conta da realização de algumas tarefas no lote, como a retirada do leite, a alimentação dos animais e a organização das tarefas domésticas, como deixar a refeição pronta para os demais membros da família que ficaram em casa, como marido e filhos.

Nesse momento foi possível observar a importância da presidente da OMUS como protagonista, para motivar a vinda das mulheres, convocando-as pelo grupo do WhatsApp da associação. Por volta de 10h30min da manhã chegaram todas as convidadas e desse modo foi possível dar início às atividades previstas para a realização do grupo focal.

No cronograma confeccionado para a realização da técnica foi programada uma atividade introdutória e motivacional a partir da realização de algumas dinâmicas de engajamento, que foram desenvolvidas pelo psicólogo Simão Moreira. Na sequência, ele fez uma fala breve sobre: “O protagonismo da mulher na sociedade”, na qual reforçava as características de empoderamento e força da mulher e seus papéis de destaque, na família, na militância e no convívio em sociedade. A palestra se referia a uma das atividades oferecidas em comemoração ao mês de março, período em que se reforça a luta pelos direitos das mulheres. Essa atividade inicial serviu para motivar a participação de cada uma na atividade que viria na sequência: o grupo focal.

Painel fotográfico 1 – Preparação para o Grupo Focal



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023

Com as participantes devidamente envolvidas na atividade, a pesquisadora fez a apresentação da pesquisa e dos trabalhos desenvolvidos anteriormente sobre a temática de políticas públicas e protagonismo de mulheres, além de apresentar a proposta do grupo que

seria desenvolvido em seguida. Os temas debatidos durante a realização do grupo focal foram introduzidos a partir de questões elaboradas em um roteiro semiestruturado, que serviu de base para orientação da mediadora e para o norteamento das questões.

O grupo focal teve um bom engajamento para debater os temas levantados pelo roteiro, e, conforme avançava a atividade, era notada maior desenvoltura das participantes. Outra observação a ser feita diz respeito à presença da presidente da associação, **Dona Nice** e de outra liderança reconhecida naquele grupo, **Vera**, sendo que as demais participantes nitidamente contavam com as respostas delas.

Painel fotográfico 2 – Grupo Focal



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023

Ao observar esse contexto ficava evidente que as informações chegavam naquele grupo de forma diferente para cada uma daquelas mulheres. **Dona Nice** e **Vera** demonstravam estar mais entrosadas com o tema sobre políticas públicas e possuíam informações importantes e desenvoltura para se expressar, enquanto as demais possuíam informações gerais de forma mais superficial, interessadas em aprender o que as lideranças traziam. As participantes convidadas argumentavam com muita precisão sobre a aplicação das políticas públicas em seu cotidiano, de forma muito mais prática do que em relação às definições, legislação e aos conceitos.

Após discutidas as questões levantadas pelo roteiro do Grupo focal, foi proposta uma dinâmica de expressão artística com conteúdo afetivo. Nessa atividade as participantes, divididas em pequenos grupos, deveriam expressar em uma folha de cartolina, disponibilizada para a atividade, o contexto em que estavam inseridas em relação às políticas públicas. Nessa folha, elas poderiam representar, em pintura, desenho, música, poesia, ou qualquer outra expressão artística; o antes e o depois de suas vivências no assentamento com e sem as políticas públicas.

Esse momento do encontro foi bastante proveitoso, pois, a partir das artes, as participantes conseguiram se expressar de forma mais autêntica, sem as limitações do roteiro, sem o medo de errar. Outro benefício importante foi a aquisição de dados a partir de uma

perspectiva memorial e afetiva das pessoas envolvidas na atividade. A ludicidade revelou sutilezas para compor a análise de dados.

Por fim, a programação do trabalho de campo se encerrava com um almoço, que foi preparado pela presidente da associação e algumas associadas, e custeado pela pesquisadora, visando findar o encontro com uma confraternização, para selar a importância da parceria entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa, que revelasse que há uma troca mútua de saberes e que todas estamos do mesmo lado. Do lado dos que querem, cientistas ou não, apresentar a perspectiva que conta com as mulheres como protagonistas no contexto do desenvolvimento territorial a partir da participação social e das políticas públicas.

Essa experiência de campo ampliou a dimensão do aprendizado, pois ensinou a partir da perspectiva de múltiplos olhares. Cada uma dessas mulheres representa em si um pouco do território multiescalar, que se amplia das dimensões do corpo, da casa, do lote, do assentamento, do território da cidadania, do estado, do país, de todas as mulheres e suas extensões.

Para melhor compreender essas proporções, precisamos explorar um pouco mais o conceito de território, e entender em qual dimensão essa categoria geográfica foi utilizada como ferramenta para o planejamento territorial, para por meio dessa análise interpretar como as mulheres constituem e são constituídas a partir da sua presença a interação com esse território.

3 APORTES TEÓRICOS SOBRE TERRITÓRIO E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL



Para se compreender a abordagem na qual a ideia de desenvolvimento está diretamente ligada à conjuntura dos territórios é preciso revisar, mesmo que superficialmente, algumas concepções de território. Essa categoria da Geografia é frequentemente utilizada nas Ciências Sociais por meio de um arcabouço analítico e conceitual diversificado, muitas vezes colidente, ou mesmo, contraditório.

Sobre o território e as relações que nele se desenvolvem, Souza (2010) explica que são vários tipos de organização espaço-temporal, que podem ocorrer diante de nós, sem haver uma superposição absoluta entre os espaços concretos e seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças. O referido autor ainda define que territórios,

[...] que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades), podem formar e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal variável de séculos a décadas, meses ou dias), ser antes instável que estáveis, ter existência regular, mas periódica, ou seja, por alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (Souza, 2010, p. 87).

A análise de Spósito (2004) ressalta que as primeiras discussões sobre território surgiram essencialmente de um viés naturalista em que havia ainda muito destaque para outras categorias geográficas, como região e paisagem. Nessa concepção, o território é encarado como um elemento da natureza, inerente a um povo ou nação que deve lutar para conquistar e/ou protegê-lo. Esta visão delimitou o campo de estudo da geografia tradicional, ainda no final do

século XIX, diferenciando-a de outras ciências, e teve como um de seus principais precursores o alemão Friedrich Ratzel⁸.

O termo território que surgiu em Ratzel era entendido pelo autor como sinônimo de solo, que compõe a paisagem natural. O território era comparado com o *habitat*, utilizado na biologia, como delimitador de área de uma determinada espécie ou grupo de animais. A noção de espaço estava implícita na sua análise, onde o território era compreendido como uma parcela delimitada do espaço. Ratzel identificava o território como um substrato para a efetivação da vida humana, que tanto existiria sem a presença do homem (apolítico), como com a presença deste e sob domínio do Estado (político) (Silva, 2013).

Candiotto (2004) também explica que, para Ratzel, a preservação e a ampliação do espaço vital em um território constituem-se na própria razão de ser do Estado Nação. Ao considerar o território como imprescindível para a constituição do Estado-nação e para a manutenção e a conquista de poder, o autor deixa uma importante contribuição. Seus conceitos deram suporte à constituição da Geopolítica como área de estudo específica.

Mesmo com o mérito de pioneiro, Friedrich Ratzel não foi o único a se dedicar aos estudos do território. A partir da década de 1970, surgiram novas abordagens para esse conceito, com a finalidade de explicar a dominação social, a constituição e a expansão territorial do poderio do Estado-nação, além dos determinantes da reprodução do capital e da problemática do desenvolvimento desigual e combinado. A partir dessas compreensões, o território passa a ser entendido como produto e condição da relação dinâmica entre sociedade e paisagem natural ao longo do tempo (Silva, 2013).

Outro autor que traz contribuições importantes para o estudo do território é Claude Raffestin. Ele avança nas constatações anteriores sobre o conceito e apresenta a concepção de multidimensionalidade do poder, que em Ratzel era função do Estado em relação ao território. O próprio uso e a transformação dos recursos naturais se configuram como objetos de disputa, e seu controle torna-se instrumento de poder, o que ressalta a consideração da natureza como um dos elementos presentes no território.

Raffestin toca em pontos conceituais delicados para a ciência geográfica, como a definição da relação ou a dissociação entre as categorias espaço e território. Para ele, o espaço seria a unidade primeira, o substrato, onde se constituem as demais categorias, como: o território, a paisagem, a região, o lugar, dentre as mais relevantes. Em sua análise:

⁸ **Geografia Política**, sua principal obra, foi publicada originalmente em 1897.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa em qualquer nível). Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (Raffestin, 1993, p. 143).

A partir da definição de Raffestin (1993), é possível entender que está implícito no território uma disputa por relações de poder e dominação entre os atores que transformam um determinado espaço através do trabalho. O resultado desta disputa de poder nas relações sociais, define a identidade de um espaço determinado, ou onde há limites geográficos estabelecidos. Desse modo, o território surge de um processo de construção social.

Milton Santos, um dos principais autores da Geografia brasileira e mundial, ao fazer uma abordagem sobre o conceito de território, argumenta que é necessário distinguir o território como recurso, próprio dos “atores hegemônicos”, do território como abrigo, dos “atores hegemonzados”. A compreensão de espaço e território de Milton Santos baseou-se nas categorias: sociedade, natureza, modo de produção, formação econômica e social, tempo, totalidade, técnica e divisão do trabalho (Steinberger, 2006).

Na concepção de Milton Santos, o território em si não é um conceito, quando se considera o espaço geográfico como tema das ciências sociais. Para ele, a categoria de análise é o território utilizado, em que se deve levar em conta “[...] a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (Santos, 2006, p. 247).

Desse modo, é preciso viver o território e pensá-lo juntamente com os atores que o utilizam, considerando os “fixos” e os “fluxos”. “Os fixos são, geralmente constituintes da ordem pública ou social”, já “[...] os fluxos são formados por elementos públicos e privados, em proporções que variam segundo os países, na medida que esses são mais ou menos abertos às teses privatistas” (Santos, 2006, p. 247).

Concordamos com a análise de Silva (2013), segundo a qual, a abordagem de Santos (2006) concebe o espaço como um elemento histórico e social, determinante de todos os processos constitutivos de um modo de produção – produção, distribuição, consumo e circulação –, ou seja, é o espaço concreto da atividade humana. Dessa maneira, Santos (2006) difere da abordagem de Raffestin (1993), que compreende o espaço como uma matéria-prima para o território, preexistente a qualquer ação.

Para Fernandes (2006), apesar do espaço anteceder ao território, existe uma relação dialética entre espaço e território. O espaço se apresenta como indestrutível, perene – o território, intermitente, construído e/ou destruído pela sociedade e em suas disputas. O resultado

é que ambos são, concomitantemente, produto das relações sociais, como também, condição para que essas relações sociais aconteçam. A produção dos territórios a partir das relações sociais acontece de formas contraditórias, solidárias e também conflitivas, por meio de uma contínua disputa por poder, em que o

[...] território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (Fernandes, 2006, p. 32).

A ação coletiva desenvolvida no território, manifestada no conjunto das relações materiais e imateriais concebidas neste, pode ser compreendida como territorialidade e reflete o caráter multidimensional do vivido, é uma projeção da nossa própria identidade no território, da identidade de uma entidade ou organização social; as dinâmicas sociais, as redes sociais, políticas e solidárias, estabelecidas são formas de exercer territorialidade.

A compreensão de Oliveira e Dias (2015) é a de que a territorialidade é o processo de intervenção humana no espaço, transformando-o em território. Ela é a manifestação do exercício da luta de classes, manifesto ou oculto, considerando que esse processo se dá no universo das contradições e dos conflitos a partir dos sujeitos.

Outros autores construíram conceituações sobre o território ao longo dos anos, como Saquet (2007), que afirma que o território é uma abordagem simbólica-cultural, histórica, multiescalar, na relação economia-política-cultura-natureza, dentro da relação territorialização-desterritorialização-reterritorialização, (i) material, relacional, ideário, uno e múltiplo.

A partir de sua análise teórica sobre o conceito de território, Saquet (2007) discute a importância de se abordar nos estudos empíricos territoriais as dimensões política, econômica e cultural, sem deixar de lado a dimensão natural no processo de apropriação do espaço por meio das relações de poder que merecem

[...] atenção sem a pretensão, evidente, de esgotar a temática. Nos processos territoriais, as dimensões da E-P-C-N estão sempre presentes, de uma forma ou outra. Talvez, possamos avançar a partir do exposto, sobretudo a partir da possibilidade de se considerar, na natureza do território, a natureza (Saquet, 2007, p. 172).

Saquet (2007) enfatiza que não deve haver uma fragmentação nas relações, pois as dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais estão interligadas e, assim, devem ser preservadas nos trabalhos acadêmicos geográficos, para que mesmo que não alcance a totalidade da realidade, abranja a maior parte possível.

Spósito (2004) também apresenta uma definição bastante abrangente do conceito de território:

Compreende recursos minerais, que podem ser classificados por sua quantidade ou sua qualidade, é suporte da infra-estrutura de um país, é por sua superfície que os indivíduos de uma nação se deslocam. Ele tem sua verticalidade [...]. Ele vai além da superfície com terra, estendendo-se ao mar, quando este é compreendido nas águas territoriais de um país [...] enfim, o território é fonte de recursos [...] pode ser compreendido [...] pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza (Spósito, 2004, p. 112-113).

Essas conceituações demonstram bem a multiplicidade do território, não o desvinculando de sua origem epistemológica – a posse da terra –, mas também englobando a bagagem cultural, as relações de poder, de dominação e apropriação. O processo de apropriação do território por um grupo social produz raízes e identidade entre os indivíduos, que não podem mais ser compreendidos sem o seu território. As relações que acontecem são construtoras das territorialidades.

Neste trabalho, referimo-nos ao território em consonância com a conceituação de Fernandes (2006), na qual o território é intermitente – construído e/ou desconstruído pela sociedade e pelas disputas que travam. Analisaremos o território como produto e condição para que as relações sociais aconteçam, respeitando suas contradições e ambiguidades. Apresentamos neste capítulo o território que constituído pela complexidade das relações sociais é o ponto de partida para a ação do Estado por meio de recortes territoriais, as chamadas políticas de ordenamento territorial.

Na Geografia Tradicional, de viés positivista, é forte a concepção de que o Estado nacional é o principal responsável pelo processo de ordenamento territorial. Por essa compreensão, o território é uma unidade espacial de intervenção governamental na qual se pretende construir ou dinamizar uma determinada institucionalidade pública capaz de criar ou estimular oportunidades para o desenvolvimento de processos econômicos, sociais e políticos coletivamente julgados como adequados ao desenvolvimento do território (Delgado *et al.*, 2007).

A adoção de uma estratégia de desenvolvimento descentralizada e com base local emerge nos países europeus como uma tentativa de incorporar o componente espacial, buscando superar a dicotomia entre o urbano e o rural e sua incapacidade de explicar as dinâmicas que ocorrem nesses territórios no período contemporâneo. Considerar que, em cada recorte espacial, conta um processo social, geográfico, político e econômico próprio é um caminho mais categórico para a elaboração de ações de planejamento e intervenção estatal.

No Brasil, essa necessidade surgiu a partir das várias transformações decorrentes do processo de reestruturação econômica e institucional que tem se aprofundado nas últimas décadas, impulsionando a necessidade de se pensar novas formas de abordagens analíticas e novos enfoques para definir o desenvolvimento rural. Nesses territórios há a necessidade de erradicação da pobreza rural, de evidenciar o protagonismo dos atores sociais e sua participação política, além de adotar uma nova unidade de referência para o planejamento e manter uma preocupação central com a sustentabilidade ambiental (Schneider, 2004).

Essas políticas trouxeram, no cenário nacional, a discussão do conceito de território como uma nova escala de governança, planejamento e intervenção estatal. Em princípio, o território pode ser entendido como o espaço delimitado por fronteiras, tomado pelo sentimento de patriotismo, tendo o Estado como gestor (Souza, 2010). No entanto, para a efetivação da política pública é preciso se considerar o território em uma complexidade muito maior em que estão inseridos fatores geográficos, sociais, econômicos e culturais.

Raffestin (1993) considera que o território não deve ser reduzido apenas a essa associação de Estado Nação, pois, tanto o Estado, quanto os indivíduos, têm controle sobre o território; se os indivíduos são dependentes das ações e intervenções estatais, ele, por sua vez também depende dos indivíduos, embora, boa parte de suas ações estejam voltadas para os interesses do capital.

Nesse contexto, o território emerge como um novo ponto de referência para a atuação do Estado e regulação das políticas públicas, a partir da escala local, regional, microrregional. O que se destaca nesse cenário são iniciativas como a descentralização de políticas públicas; a valorização da participação representativa de múltiplos atores da sociedade civil, como ONGs (Organizações Não Governamentais) e os próprios beneficiários.

O que deve se destacar é a incorporação de um novo modelo de gestão territorial apoiada na descentralização da tomada de decisões através da participação de agentes das escalas federal, estadual e municipal, como forma de empreender um desenvolvimento territorial que leve à promoção da cidadania e à redução das desigualdades sociais nos espaços rurais brasileiros.

Autores como Schneider (2004) apontam ainda que, dessa apropriação do território para gestão a partir daí (final dos anos 1990, início dos anos 2000), ocorre também a redefinição do papel das instituições, ao mesmo tempo em que cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, que nesse caso é representado pelas prefeituras locais e pelos atores da sociedade civil.

O desafio em questão é acionar e tornar efetivas as relações entre o Estado central com esses organismos locais. Para isso, foi necessário construir, no âmbito das políticas públicas, uma nova unidade de referência, que passou a ser o território. As ações decorrentes desse deslocamento foram denominadas de perspectiva ou abordagem do desenvolvimento territorial.

3.1 Políticas de desenvolvimento/planejamento territorial no Brasil e conexões com modelos externos

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, repleto de diferenças geográficas, políticas e sociais, o processo de construção de coesão socioespacial para a viabilizar o desenvolvimento territorial não é um processo simples, à medida em que existem dinâmicas regionais que impulsionam e que limitam o crescimento de cada território de modo diferenciado.

Grosso modo, é possível ressaltar que, no Brasil, as políticas de desenvolvimento territorial/local tomaram como referência experiências europeias, como a chamada Terceira Itália e o Programa LEADER (Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) da União Europeia. Essa escolha se deu pelo sucesso alcançado por alguns territórios que eram considerados economicamente como deprimidos nos países europeus, o que influenciou a adoção do modelo de planejamento por vários países com baixo desenvolvimento.

Os resultados desses programas também os colocaram em evidência como objeto de estudo para pesquisas e como referência sobre o tema em toda a América Latina, mas, no nosso trabalho, vamos nos ater mais especificamente ao LEADER para fazer associações com as políticas territoriais que visam à promoção do desenvolvimento rural no Brasil.

O objetivo das políticas territoriais era oferecer soluções inovadoras em comparação às políticas setoriais⁹, frente aos desafios da sociedade, como a pobreza, a desigualdade regional ou, ainda, a emergência do desenvolvimento sustentável e sua compatibilidade com o crescimento econômico e social do país. Em função disso, foram criados vários mecanismos administrativos na busca de descentralização e desenvolvimento territorial, no entanto, isso não representa garantia de eficácia para os programas.

⁹ Políticas setoriais são políticas públicas direcionadas a setores específicos, para atender a população geral (como por exemplo educação, saneamento básico, transporte e segurança etc.). As políticas territoriais também abrangiam essa perspectiva setorial, o diferencial era o atendimento às singularidades de cada um dos territórios implicados na Política de Desenvolvimento Territorial.

O LEADER foi a mais bem-sucedida das experiências de desenvolvimento rural com enfoque territorial implementadas na Europa. Em meio às reformulações da Política Agrícola Comum – PAC, do esmaecimento do Keynesianismo de intervenção estatal e da ascensão das teorias neoliberais, o Programa LEADER surgiu em 1991 (Neves Neto; Hespanhol, 2014).

A esse respeito, Favareto (2007) comenta que o perfil inovador do LEADER se deu na aplicação da perspectiva territorial aos recursos destinados às áreas rurais, fundamentadas em ações do tipo *bottom-up*, que indicam uma abordagem de “baixo para cima”, considerando as diversas escalas socioespaciais e políticas. O princípio para intervenções com essas características são parcerias, de caráter multidimensional e integradas.

Componente cada vez mais importante da Política Agrícola Comum (PAC), a política de desenvolvimento rural procura atender as demandas econômicas, sociais e ambientais, para promover o desenvolvimento sustentável nas zonas rurais europeias, que abrangem 90% da União Europeia – UE (Comissão Europeia, 2016).

O sentido inovador do programa se deu a partir do aproveitamento das potencialidades de cada território, por meio de projetos elaborados pelos atores locais sob a coordenação dos Grupos de Ação Locais (GALs), apoiados no reconhecimento do caráter multifuncional e multidimensional dos espaços rurais e na valorização do meio ambiente, da história e da cultura locais, elementos importantes para promover o desenvolvimento (Neves Neto; Hespanhol, 2014).

Segundo documento divulgado pela Comissão Europeia (2016), a política para o desenvolvimento rural europeu está articulada da seguinte forma:

A política europeia de desenvolvimento rural contribue para que as zonas rurais da UE possam enfrentar a vasta gama de desafios económicos, ambientais e sociais do século XXI. Estas medidas, muitas vezes conhecidas como “segundo pilar” da política agrícola comum (PAC), complementam o sistema de pagamentos diretos aos agricultores e as medidas de gestão dos mercados agrícolas (o chamado “primeiro pilar”). A política de desenvolvimento rural partilha uma série de objetivos com os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) (tradução nossa).¹⁰

A partir do LEADER, o mundo rural europeu passou a ter maior visibilidade, destacando seu potencial de dinamização das economias territoriais. Os efeitos positivos do Programa levaram a União Europeia a elaborar outras edições do mesmo, como demonstrado no quadro

¹⁰ “La política europea de desarrollo rural contribuye a que las zonas rurales de la UE puedan hacer frente a la amplia gama de retos económicos, medioambientales y sociales que plantea el siglo XXI. Estas medidas, que se suelen conocer como el “segundo pilar” de la política agrícola común (PAC), complementan al sistema de pagos directos a los agricultores y a las medidas para gestionar los mercados agrícolas (el denominado “primer pilar”). La política de desarrollo rural comparte una serie de objetivos con los Fondos Estructurales y de Inversión Europeos (Fondos EIE)” (Comissão Europeia, 2016).

2, a ponto de ampliar e incentivar os países a adotarem a abordagem LEADER em programas nacionais de desenvolvimento rural. Diante dessa realidade, o programa estava, até o ano de 2020, na quinta edição sendo: LEADER I (1991-1994); LEADER II (1995-2000); LEADER+ (2000-2006); LEADER (2007-2013); LEADER (2014-2020) (Almeida, 2017).

Quadro 2 – Evolução do Programa LEADER

Período/ Denominação	Características
LEADER I (1991-1994)	- Aplicado nos territórios rurais deprimidos - Fundamentado em três princípios: i) Parceria (vertical e horizontal) ii) Integração multisetorial iii) Inovação - Surgimento dos primeiros Grupos de Ação Local (GALS) - Início do enfoque territorial, com certos problemas
LEADER II (1995-2000)	- Aumento da área e do número de Gals, com resultados desiguais - Criação da rede Europeia de desenvolvimento rural - Incentivo do trabalho entre GALS
LEADER + (2000-2006)	- Cobre quase a totalidade das áreas rurais - Tem como objetivos prioritários i) Incorporação das mulheres e jovens ii) A competitividade e o emprego
LEADER (2007-2013)	- Manutenção dos princípios de estratégias de desenvolvimento por zonas, enfoque ascendente e redes de parceria locais - Envolvimento de mais rigor na seleção das áreas rurais para aplicação da metodologia LEADER - Ampliação do caráter multifuncional e multisetorial do meio rural - Incentivo à maior cooperação inter e intraterritorial - Busca melhorar a governança local
LEADER (2014-2020)	Nos 28 Estados-Membros existem 118 Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) para esse período, dos quais 20 são programas nacionais únicos, os outros oito (08) Estados-Membros escolheram ter dois (02) ou mais programas (regionais)

Fonte: (Almeida, 2017)

De acordo com Favareto (2007), um fator marcante nas primeiras edições do Programa é o caráter territorial apresentado, contrapondo-se aos programas setoriais e envolvendo um número maior de participantes na elaboração, execução e fiscalização dos projetos. A integração de várias políticas públicas e a articulação de diversos membros da sociedade, envolvendo instituições, empresas, organizações não governamentais, além do estímulo à criatividade e à valorização dos conhecimentos locais.

As edições seguintes ao LEADER I, apresentaram avanços e indicaram também alguns pontos do programa que deveriam ser reformulados ou adaptados, como: precariedade e indefinição das funções das associações criadas (GALS); acumulação de procedimentos burocráticos; e dispersão dos recursos financeiros em muitos GALS (Almeida, 2017).

Mesmo diante de algumas fragilidades, o programa se difundiu na maioria dos países europeus, com poucas variações. Apesar das limitações, a imagem positiva do programa não

foi alterada, pois possibilitou a implantação de ações que dinamizaram o desenvolvimento social e econômico das áreas rurais e o surgimento de associações de desenvolvimento local, reafirmando a necessidade de manutenção.

Os Estados-Membros e as regiões estabeleceram programas de desenvolvimento rural de acordo com as necessidades dos seus territórios de modo a abordar interesses comuns da União Europeia, por meio do estabelecimento de objetivos quantificados em relação a essas áreas. Posteriormente, foram estipuladas as medidas que deveriam ser aplicadas para alcançar esses objetivos, para que fosse possível atribuir o financiamento correspondente.

Entre os critérios estabelecidos estavam a alocação de, pelo menos, 30% do financiamento de cada programa de desenvolvimento rural para medidas relevantes direcionadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas e outros 5% para a iniciativa LEADER. A política de Desenvolvimento Rural da União Europeia (UE) é financiada pelo Fundo Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), dotado de 100.000 milhões de Euros para o período de 2014-2020. Os estados membros recebem um repasse financeiro, cuja gestão é feita em escala nacional ou regional, a partir de planos plurianuais (Xunta de Galicia, 2016).

Os efeitos positivos alcançados com o LEADER nas áreas rurais da Europa fizeram com ele fosse replicado, mesmo que com adaptações, por alguns governantes em países da América Latina, como o Brasil. Nesses países, as políticas de desenvolvimento territorial, na perspectiva dos espaços rurais, têm ênfase na redução da pobreza, com a implementação de programas direcionados às características geoeconômicas locais com o objetivo principal de atender uma determinada demanda social. Nesse sentido, Guesti e Silva (2016) apontam que uma das características mais importantes diz respeito às diretrizes locais de desenvolvimento por zona:

A zona-alvo para a aplicação da política consiste em um território pequeno, homogêneo e socialmente coerente, frequentemente caracterizado por tradições comuns e um sentimento de pertencimento ou necessidades e expectativas compartilhadas. Como condição necessária, a localidade escolhida deve possuir coerência e recursos (humanos e econômicos) suficientes para formar a base de uma estratégia de desenvolvimento local viável. Tais recursos devem ser mobilizados e coordenados de modo a favorecer uma cultura participativa no território, com projetos que sejam capazes de induzir ações inovadoras, integradas e multisetoriais (Guesti; Silva, 2016, p. 883).

Considerar o recorte de território, a partir de diretrizes governamentais para implantar políticas públicas, foi uma estratégia brasileira através do resgate da gênese do desenvolvimento territorial nas políticas internacionais e sua projeção nas políticas brasileiras e latino-americanas. Como corroboram Guesti e Silva (2016), cuja perspectiva afirma que um programa para ser transferido não precisa replicar cada elemento da fonte original, o que é imprescindível é que haja equivalências funcionais necessárias para sua implantação.

Diante da necessidade de descentralização das políticas e seguindo a orientação de instituições de financiamento internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) serviu como modelo a ser aplicado pelos países em desenvolvimento, como o Brasil, conforme descreve Hespanhol (2010, p. 127):

A partir das experiências do Programa LEADER, as instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), passaram a condicionar a concessão de financiamentos aos países periféricos à incorporação nos seus programas de desenvolvimento rural, de pressupostos e estratégias visando à redução da pobreza, o estímulo às formas de organização coletiva, a conservação dos recursos naturais e a visão mais integrada dos espaços rurais e urbanos por meio da perspectiva territorial, sem considerar, entretanto, as particularidades que caracterizam esses países.

A abordagem territorial na América Latina foi incorporada a partir do estímulo e da imposição de organismos internacionais. No entanto, as condições para o estabelecimento dessa política, se deu em condições distintas do modo em que foi aplicada na Europa.

Para Hespanhol (2008), a estratégia de desenvolvimento com enfoque territorial não foi protagonista nos países desenvolvidos, ela apresenta-se como complementar às políticas públicas implementadas, cujas medidas começam a ser esboçadas nos países subdesenvolvidos, através da transposição de experiências bem-sucedidas. No entanto, é preciso considerar que os contextos econômicos, sociais, ambientais, institucionais, históricos e culturais são muito distintos daqueles existentes nestes países.

A adoção das políticas com recorte territorial no Brasil tinha como objetivo oferecer soluções inovadoras, com respeito às políticas setoriais, frente aos desafios da sociedade como a pobreza, a desigualdade regional ou, ainda, a emergência do desenvolvimento sustentável e sua compatibilidade com o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Em função disso foram criados vários mecanismos administrativos na busca de descentralização e desenvolvimento territorial (Moreira, 2017).

Esses mecanismos administrativos são as chamadas políticas públicas que, de forma aplicada, é um conceito que possui muitas definições. Num sentido mais geral, trata-se de um conjunto de ações coordenadas, e que são implementadas com a finalidade de modificar ou de possibilitar a evolução de uma dada situação. As políticas públicas são executadas por instituições e administrações públicas para responder a um problema público ou coletivo, que deve ser identificado, analisado e logo promovido e difundido como tal (Sabourin, 2015).

Hoje, a ação pública é caracterizada pela fragmentação dos lugares do poder, pela interdependência entre os atores e pela existência de enfrentamentos ou de conflitos de ação pública, cada vez mais canalizados no marco de espaços de negociação

promovidos para acolher mecanismos de discussão, em particular os fóruns e processos de participação da população. O paradoxo da ação pública contemporânea, tem a ver com a pluralidade de atores mobilizados para a produção das políticas públicas e geralmente organizados em redes ou coalizões. Nessa configuração, as autoridades públicas não têm mais o monopólio da definição e da elaboração da “política pública” e entram em competição com outros atores organizados (Sabourin, 2015, p. 125).

As decisões para a construção de uma política pública podem ser tomadas de forma individual (pelo corpo técnico ou autoridades do governo), no entanto, a aplicação dessa política é limitada a interesses institucionalizados, criada com objetivos específicos e não para atender todas as demandas das sociedades. Nas últimas décadas, constatou-se uma complexificação e diversificação dos processos de tomadas de decisão e elaboração de políticas públicas, exigindo uma participação cada vez mais plural dos diversos atores sociais envolvidos (Sabourin, 2015).

Foi nessa perspectiva de reorientação que se introduziu mudanças no enfoque das políticas de desenvolvimento rural no país. Essas ações começaram ainda na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), período em que foram criados os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR), construídos pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), como condições de acesso ao crédito concedido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Rodrigues; Ferreira, 2014).

Os autores Neves Neto e Hespanhol (2014, p. 87) explicam a esse respeito que, devido

[...] às pressões dos movimentos sociais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e Central Única dos Trabalhadores - CUT, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) lança o PRONAF. O referido programa se constitui num marco para as políticas de desenvolvimento rural no Brasil por permitir o acesso dos chamados agricultores familiares a linhas de créditos com taxas de juros subsidiadas, algo inédito no país.

De acordo com Hespanhol (2010), esse primeiro componente de uma política de desenvolvimento a partir da criação do PRONAF, teve grande relevância econômica e social, pois uma parcela de produtores familiares passou a ter acesso ao crédito rural em condições favoráveis. O reconhecimento institucional da agricultura familiar e sua importância para a segurança alimentar e ambiental também foi um fator representativo para o programa.

Visando ao maior aproveitamento da política pública, o Pronaf foi reestruturado a partir de 2002, no início do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), com a criação de uma

secretaria específica: a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹¹.

A criação da SDT possibilitou autonomia para a vertente infraestrutura¹² do Pronaf, que ficou sob sua jurisdição, enquanto as demais linhas¹³ se mantiveram sob o controle da outra secretaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) (Moreira, 2017).

As iniciativas da SDT buscaram incentivar o capital humano para a autogestão dos territórios rurais, contribuindo desse modo para a redução das desigualdades regionais e sociais, além da integração dos territórios rurais ao processo de desenvolvimento nacional. O investimento nesses espaços é uma forma de concentrar os recursos intermunicipais nessas áreas que, geralmente, apresentavam condições socioeconômicas desfavoráveis se comparadas à dinâmica econômica de outros recortes territoriais.

A SDT foi responsável por coordenar as políticas de desenvolvimento territorial no país e, para direcionar a execução dessas ações, o governo federal lançou, em 2003, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, o PRONAT. Esse programa visou implementar uma nova institucionalidade para a intervenção estatal, o Território. Para tanto, a SDT definiu o território como

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais [...] e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (Brasil, 2005, p. 7-8).

As políticas com enfoque no planejamento visam inserir as diferentes dimensões – social, econômica, ambiental e democrática, como parte importante a ser considerada para a organização socioespacial. São esses critérios que aproximam o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), implantado no Brasil, do LEADER, experiência bem-sucedida nos territórios rurais europeus. Por meio do quadro 3

¹¹ O MDA foi extinto em 2016, por Michel Temer, após o afastamento da presidente eleita Dilma Rousseff. O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi remontado pelo atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 03 de janeiro de 2023, após ser eleito pela terceira vez Presidente do Brasil. O MDA ressurgiu com o desafio de erradicar a fome no país e dialogar com os movimentos sociais.

¹² Essa linha de atuação do PRONAF constitui-se no financiamento do governo federal, com recursos não reembolsáveis, em parceria com os governos municipais, objetivando a implementação, ampliação, racionalização, modernização ou realocação da infraestrutura pública e de serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar (Hespanhol, 2006).

¹³ Algumas dessas linhas de financiamento para a agricultura familiar são: Pronaf Custeio; Pronaf Jovem; Pronaf Mulher; Pronaf Agroindústria; Pronaf Mais Alimentos; Pronaf Microcrédito grupo “B”. Informações amplamente difundida na internet

buscamos demonstrar algumas das semelhanças e/ou diferenças entre os dois programas implementados em países distintos:

Quadro 3 – Comparativo entre as características gerais do LEADER e do PRONAT

LEADER	PRONAT
Objetivo: dinamizar as economias das regiões deprimidas, que foram excluídas pelos avanços tecnológicos agrícolas	Objetivo: promover a dinamização dos territórios rurais de modo sustentável pra melhoria das condições de vida da população
Uma ação criada em meio ao movimento que criticava o papel centralizador do Estado no planejamento e implementação de políticas públicas	Territórios escolhidos com base em microrregiões de elevado índice de pobreza
A peça central é a participação das populações locais na determinação dos objetivos e dos meios para atingi-los	A essência é financiar projetos de infraestrutura e serviços nos territórios
A marca inovadora é a abordagem territorial <i>bottom-up</i> , caracterizadas por parcerias, multisetorialidade e integração de políticas públicas	Estar alinhado com um plano territorial de desenvolvimento (PTDRS), construído pelos próprios territórios, com participação das sociedades locais
Construção de parcerias entre os setores público e privado – GAL	A gestão territorial é executada pelos colegiados territoriais (CODETERs), constituídos por representantes dos diversos setores dos territórios: poder público + sociedade civil
Necessidade de adequar as ações de desenvolvimento às realidades de cada microrregião (território), ultrapassando a noção de “região”	O sucesso dessa política depende da atuação qualificada dos colegiados responsáveis pela seleção e monitoramento dos projetos financiados com recursos federais

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela Comunidade Europeia (Comissão Europeia, 2006)

Apesar de possuir várias semelhanças é importante ressaltar que, na realidade, a proposta da SDT se diferenciava muito do programa LEADER. De acordo Sabourin (2015, p. 129), vale

[...] lembrar o quanto o LEADER é também a expressão de um modelo europeu neoliberal levando a uma concorrência entre regiões/territórios mediante o peso do setor privado e público local (se há “regiões que ganham”, outras perdem). O LEADER correspondia a um enfoque global e intersetorial do desenvolvimento. O PRONAT, concretamente contempla somente a agricultura e apenas o segmento da agricultura familiar. Em terceiro lugar, o LEADER apoia a valorização dos atributos específicos dos territórios para torná-los mais competitivos, uma vez que os ativos de base (saúde, educação, energia e transportes) estão reunidos.

No caso do PRONAT, o que se verifica é que se, por um lado, todos os investimentos a título de apoio à infraestrutura passam a ser feitos em agregados de municípios – denominados de territórios –, por outro, aponta um distanciamento para com as demais linhas de investimento do Pronaf (Pronaf custeio, Pronaf Mulher, Pronaf Mais Alimentos etc.).

Outra questão a ser abordada diz respeito às mudanças em relação ao marco para a participação na gestão social do programa. Os recursos que eram planejados e fiscalizados pelos

Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), passaram a ser de alçada dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs) – criados e estimulados a partir dessas novas ações (Favareto, 2010).

Outro resultado estratégico exigido pela SDT eram os planos territoriais elaborados, qualificados e em implementação. O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) é considerado o principal instrumento construído de forma participativa pelo colegiado em apoio à gestão social do desenvolvimento territorial.

Entendido como um conjunto organizado de diretrizes, estratégias e compromissos relativos às ações que serão realizadas no futuro visando o desenvolvimento sustentável nos territórios, resultante de consensos compartilhados dos atores sociais com o apoio do Estado, nas decisões tomadas no processo dinâmico de planejamento participativo. [...] deve integrar uma visão mais ampla do território, projetando todas as ações necessárias ao seu processo de desenvolvimento sustentável, independentemente das fontes de financiamento ou parcerias a serem formadas, sejam elas de natureza pública ou privada, dentro ou fora do espaço territorial (Adib, 2007, p. 4).

O PTDRS considera, a partir da concepção de território do MDA, o investimento para o desenvolvimento dos territórios rurais como uma forma de concentrar os recursos, de caráter intermunicipal, e que apresentavam condições socioeconômicas mais desfavoráveis (Hespanhol, 2010).

Para facilitar as ações sobre esses espaços, uma das estratégias do Estado foi trabalhar ações com enfoque territorial a partir da articulação e do direcionamento de recursos e programas oriundos de diferentes ministérios para os territórios eleitos como prioritários para receberem tais apoios, priorizando a geração de políticas públicas com atenção especial para o desenvolvimento rural.

Essa atenção às áreas rurais têm origem nas transformações ocorridas na década de 1980, que consolidaram alguns pressupostos – amplamente validados – que influenciaram as políticas de desenvolvimento rural nas últimas décadas, quais sejam: i) os grandes déficits de pobreza concentram-se nos ambientes rurais; ii) o rural é tomado como um espaço e diferencia-se da abordagem que o identifica como sinônimo do setor agropecuário; iii) o processo de desenvolvimento deve ocorrer com a inserção em mercados dinâmicos (regionais, nacionais e internacionais); iv) a introdução de inovações tecnológicas produtivas e organizacionais, com a criação de novas estruturas de governança local; v) essa nova governança deve ser sustentada por uma concertação social, cujo resultado é um pacto territorial que tem como meta o desenvolvimento endógeno (Geraldini, 2012).

A execução do processo de estruturação dessas novas políticas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), durante o período de 2000 a 2016, propuseram

denominações como: territórios rurais, da cidadania e de identidade. Essas nomenclaturas foram criadas a partir da definição das unidades territoriais elencadas a partir de itens balizadores como: identidade territorial por problemas; identidade territorial cultural; expansão gradativa das iniciativas locais; coalescência de iniciativas; área de atuação das entidades promotoras e fatores políticos partidários.

Esses elementos são fundamentais para entender o modo de formação dos territórios rurais a serem atendidos pela política territorial. O processo de criação foi através da ideia de território de identidade, cuja origem é o Programa europeu LEADER (Rodrigues, 2016). Para a consolidação desse tipo de abordagem era fundamental a participação dos arranjos multilaterais da sociedade: políticos, acadêmicos, ONGs e militantes dos movimentos sociais, como o de mulheres (Moreira, 2017).

Esse processo possibilitou o aprimoramento da oferta de políticas públicas a partir da priorização das demandas e da descentralização das ações políticas, “[...] no estabelecimento do espaço rural como foco de atuação e da gestão social, como princípio que pretende garantir o envolvimento da sociedade civil no processo de construção política” (Santos; Silva; Coelho Neto, 2015, p. 140). Diante dessa perspectiva, o processo de fortalecimento das organizações sociais rurais está diretamente ligado ao reconhecimento de novas dinâmicas socioespaciais no campo.

Uma política nacional que relaciona as hierarquias políticas, junto com os diversos setores da sociedade, é indispensável para minimizar as desigualdades entre as unidades territoriais ou regionais do país. Em alguns territórios, especialmente nos rurais, em que há uma fragmentação e desarticulação econômica e social, a pobreza ainda se destaca como parte da identidade e a ação governamental deve ser efetivamente ativa e eficiente, no sentido de nortear a construção de uma estratégia de desenvolvimento para esse território.

3.2 Institucionalização dos Territórios da Cidadania (TCs) e apresentação dos TCs do estado de São Paulo

O processo de fortalecimento das organizações sociais rurais está diretamente ligado ao reconhecimento das dinâmicas socioespaciais. Nesse sentido, a finalidade do Programa Territórios da Cidadania (PTC) não é a de propiciar ações diretas de desenvolvimento territorial, mas de articular políticas setoriais já existentes no território. Enquadra-se numa perspectiva de governança de políticas públicas, cuja estratégia baseia-se em dois mecanismos

complementares: a concentração das ações setoriais e sua articulação em um dado espaço geográfico, caracterizado pela pobreza rural em denominado território (Bonnal; Kato, 2011).

De acordo com Souza e Hespanhol (2012, p. 3-4), os

[...] Territórios da Cidadania constituem-se num programa de governo, que faz parte de um esforço do Governo Federal em priorizar ações em territórios em que os investimentos públicos não são suficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas da população. Trata-se de um programa de apoio a processos e produtos organizados, descentralizados e sustentáveis, articulados a redes de apoio e cooperação solidária que, gradualmente, possam integrar populações locais a processos de crescimento e de desenvolvimento em curso.

Como estratégia de ação, o Programa Territórios da Cidadania combina diferentes ações de ministérios e de governos estaduais e municipais, consolidando as relações federativas, tornando mais eficiente a ação do poder público nos territórios. A integração do conjunto de políticas públicas e dos investimentos previstos contribuiu para melhorar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), minimizar o êxodo rural e superar as desigualdades regionais, sendo propostas ações articuladas, tais como:

Financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infraestrutura dos assentamentos com a ampliação do Bolsa Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e a construção de escolas com obras de saneamento básico e a construção de cisternas (Brasil, 2008, p. 2).

Conforme apresenta Hespanhol (2010), as estratégias políticas adotadas pelo governo federal nos anos de 2010 visavam direcionar, por intermédio dos Programas Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, ações voltadas ao apoio e ao desenvolvimento de zonas rurais pobres. Para essa finalidade, foram alocados naquele período (entre os anos de 2008-2010) mais de 30 bilhões de reais anuais para o financiamento de ações que objetivavam combater a pobreza e estimular a inserção produtiva dos moradores das áreas rurais em situação social e econômica desfavoráveis.

Para se constituírem como territórios inseridos na política de desenvolvimento territorial, foram definidos conjuntos de municípios que apresentavam as mesmas características econômicas e ambientais, que tivessem identidade e coesão social, cultural e geográfica. Esses recortes territoriais eram maiores que o município e menores que a unidade (estado) da federação, e conseguem demonstrar, com certa visibilidade, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, o que facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões (Brasil, 2008).

No estado de São Paulo, a política territorial adotada foi a do Programa Territórios da Cidadania (PTC), cuja proposta era a de fomentar políticas de desenvolvimento territorial com um viés multiescalar, por meio de ações setoriais e também com enfoque participativo. Os três (03) Territórios da Cidadania do estado identificados foram: Vale do Ribeira, Sudoeste Paulista e Pontal do Paranapanema que possuem algumas diferenças entre si, mas também similaridades nas dimensões socioespacial, ambiental, política e econômica, que os caracteriza como polos de ação do Governo Federal (Souza, 2015).

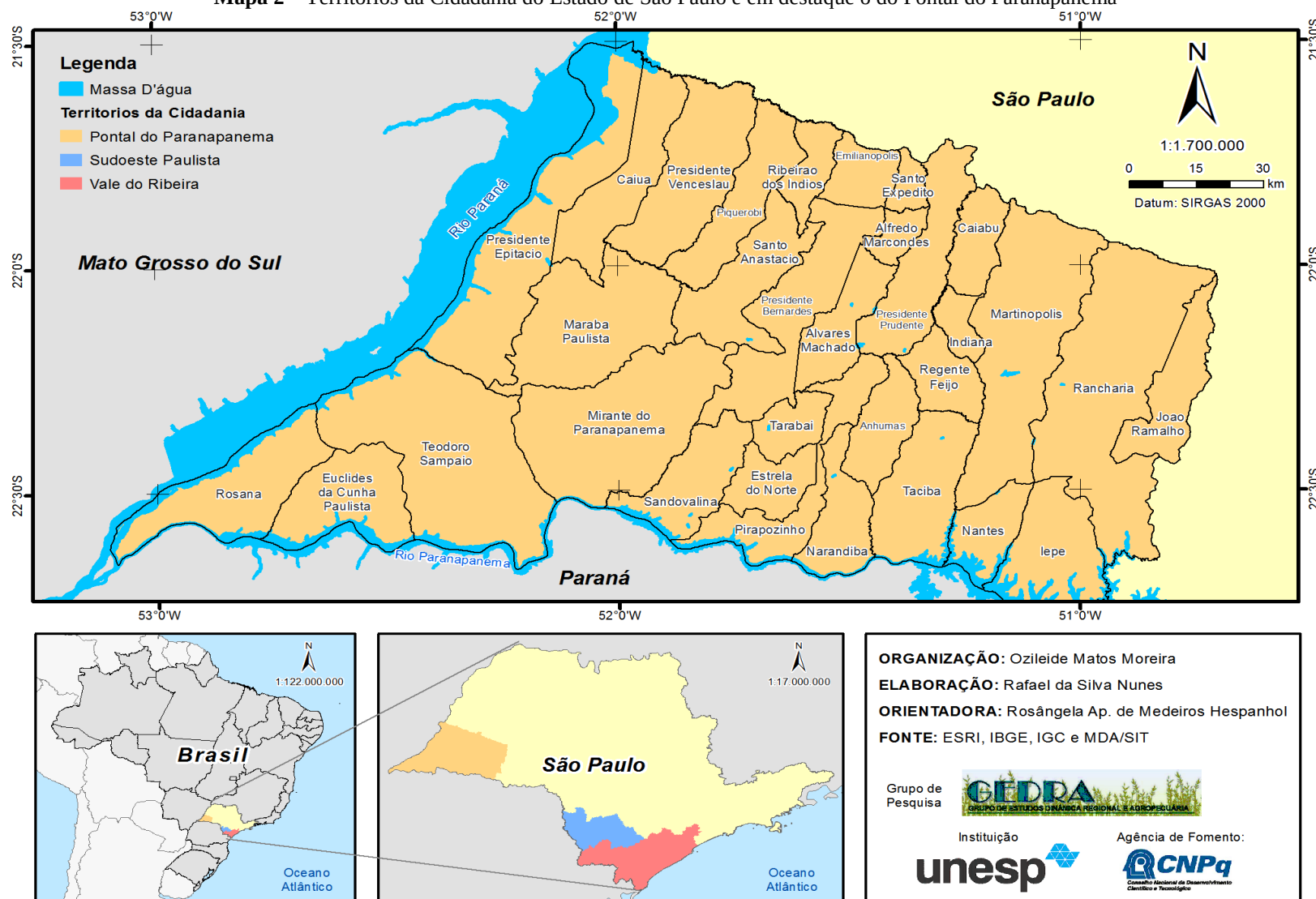
Dentro das estratégias iniciais do PRONAT, em 2003, foram identificados no Estado de São Paulo, cinco (05) territórios rurais: Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira, Sudoeste Paulista, Noroeste Paulista e Andradina. Souza (2015) comenta que, com os ajustes do Programa no decorrer dos anos, foram mantidos como territórios rurais apenas dois: Andradina e Noroeste Paulista.

No entanto, de acordo com os critérios do Programa Territórios da Cidadania, foram selecionados para participar apenas três (03): Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira e Sudoeste Paulista (Mapa 2). Para o foco de atuação do PTC, os critérios definidos foram os seguintes:

- menor IDH;
- maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária;
- maior concentração de populações quilombolas e indígenas;
- maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- maior número de municípios com baixo dinamismo econômico;
- maior organização social;
- pelo menos um território por estado da federação.

É importante ressaltar que a política de desenvolvimento territorial e o PTC não possuíam uma dimensão específica para a abordagem de gênero, mas compreendemos que, ao menos no plano teórico, essa metodologia de planejamento por parte do Estado, insere a dimensão de participação da sociedade civil e dos movimentos sociais, nas quais os movimentos de mulheres estão contemplados.

Mapa 2 – Territórios da Cidadania do Estado de São Paulo e em destaque o do Pontal do Paranapanema



Fonte: ESRI; IBGE, IGC; MDA/SIT

Desse modo, a pesquisa desenvolvida para essa tese direciona como foco de estudo apenas o Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, a partir da delimitação adotada pela SDT. Esse território conta com 32 municípios que seguiam os critérios de suposta identidade comum no tocante às suas características socioeconômicas, produtivas, culturais, ambientais, históricas, entre outras. O Território do Pontal do Paranapanema é um dos 120 territórios do PTC e na sua configuração também tem uma trajetória marcada pela mobilização política e dos movimentos sociais, com destaque para o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O Território da Cidadania do Pontal do Pontal do Paranapanema abrange uma área de aproximadamente 18.441 km², sendo composto pelos municípios de: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio (Brasil, 2015).

A pesquisa empírica para o trabalho concentrou-se em assentamentos rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema (Antônio Conselheiro e Santana) e Rosana (Gleba XV de Novembro). A escolha das referidas localidades se deu pela indicação do objeto da pesquisa, que nesse caso, constitui-se também em sujeito, a mulher como liderança. E foram nesses assentamentos que encontramos as mulheres, cujas trajetórias de vidas se ligam com o perfil almejado na pesquisa, que é o engajamento na luta por direitos, a assunção de cargos em associações e/ou movimentos que possuem relevância e contribuem para o desenvolvimento territorial/local e para a melhoria em sua qualidade de vida.

Dentre as informações obtidas sobre essas participantes está o fato delas relatarem que foi a partir da mobilização e luta que tiveram a possibilidade de transformar a própria realidade e a de muitas outras mulheres, que eram invisibilizadas e que não participavam das políticas públicas. Cada uma delas traz na descrição das suas trajetórias posições de garra e de inconformismo com algumas das situações de vida enfrentadas por elas e por suas companheiras de luta, o que as motivaram – e, ainda motivam – na busca por recursos humanos, físicos, financeiros e políticas públicas para sanar as dificuldades locais que se apresentam especialmente para a mulher rural.

É evidente que encontraríamos mulheres com esse perfil também em outras localidades do território do Pontal do Paranapanema, no entanto, chegamos a essas protagonistas a partir

de redes de informação. Os primeiros colaboradores da pesquisa foram representantes de instituições já atuantes no território, no caso dessa pesquisa, o ITESP, cujo trabalho com os assentamentos no território, permite conhecer a trajetória de vida das lideranças indicadas para participar da pesquisa. A partir de indicações iniciais de técnicos do ITESP chegamos às outras mulheres que participaram direta ou indiretamente da luta por direitos no território.

Os limites territoriais dos municípios que integravam o TC do Pontal do Paranapanema são bem estabelecidos geograficamente pelos rios que compõem essa faixa do estado. Ao Norte, o Rio do Peixe; ao Sul, o Rio Paranapanema, que dá nome a região e demarca também a divisa entre os estados de São Paulo e Paraná; do lado oeste pelo Rio Paraná; e a leste, os rios Laranja Doce e Ribeirão dos Gaúchos. De acordo com Rosa (2017), a hidrografia privilegiada, sobretudo no que diz respeito aos rios Paraná e Paranapanema, além de possibilitar a navegação e o transporte de cargas, proporciona à região alternativas econômicas para a atividade pesqueira e de piscicultura.

De acordo com os dados coletados pelo Censo Demográfico de 2010¹⁴, a população total do Território é de 583.703 habitantes, dos quais, 59.874 vivem na área rural, o que corresponde a 10,25% da população total. Possui 12.315 agricultores familiares e 6.060 famílias assentadas. O IDH Municipal médio é de 0,800 (Brasil, 2015). A população total estimada para esse território para 2021 era de 631.050 habitantes. No entanto, a projeção populacional não se confirmou, o recém divulgado Censo de 2022¹⁵, aponta para os municípios que compõem o Território do Pontal do Paranapanema uma população de 558.269 habitantes, o que significa um decréscimo populacional de 4,35% habitantes.

Segundo Feliciano (2009), a constituição desse território desde o início da sua ocupação se deu a partir do conflito fundiário por aqueles que buscaram seu uso econômico, e teve maiores embates com a chegada da frente pioneira, que desencadeou investidas contra os indígenas e antigos posseiros da região. Posteriormente, o conflito ocorreu entre posseiros e grileiros e, mais recentemente, entre grandes latifundiários/grileiros e o MST. No decorrer desse

¹⁴ Pesquisa importante que permite mapear o perfil socioeconômico do país e assim colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas, o Censo, que acontece a cada dez anos e é realizado pelo IBGE. O levantamento era para ter sido realizado em 2020, mas teve que ser suspenso por conta da pandemia da covid-19. No ano de 2021, mesmo com o avanço da vacinação, o Censo não pode ser realizado novamente, já que o orçamento de 2021, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, não previa recursos para a realização do levantamento. A não realização do Censo repercute em impactos diversos para a população brasileira. Sendo assim, os dados populacionais e demográficos que constam nessa pesquisa não formam totalmente atualizados em decorrência do prazo para o desenvolvimento da pesquisa e pelo fato dos dados do Censo 2022 terem sido divulgados apenas quando ela já estava em vias de conclusão.

¹⁵ O IBGE divulgou os resultados do Censo 2022 no dia 28 de junho de 2023 (IBGE, 2023).

percurso, o Estado lançou mão de múltiplas ações na tentativa de retomada do controle de suas terras.

Já o tecido social também se formou a partir da luta pela terra e pelo trabalho de desempregados, agricultores sem terra e famílias desalojadas em virtude do alagamento provocado pela construção de usinas hidrelétricas na região, cuja mobilização e organização desses segmentos sobre o poder público deram origem à base do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pontal do Paranapanema (Fernandes, 2013). Movimento esse que é a principal referência de mobilização social nesse território.

Nos territórios que fazem parte do PTC, como é o caso do Pontal do Paranapanema, é a identidade que orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento na busca do bem-estar da comunidade, que se expressa como territorialidade através dos sentimentos políticos à energia social e a vontade coletiva nas suas mais diversas manifestações.

3.3 O TC do Pontal do Paranapanema e as estratégias de desenvolvimento rural

A partir da inclusão do Território do Pontal do Paranapanema na política de desenvolvimento territorial da SDT/MDA, em 2003, ocorreu uma ampliação de muitos dos temas ligados ao desenvolvimento nas discussões entre o poder público e a sociedade civil organizada por meio do CODETER/CONSAD¹⁶, que trouxe para sua pauta a demanda de temas como educação do campo, cultura, saúde e direitos e desenvolvimento social, sinalizando pequenas mudanças na estrutura de coordenação desse território (Souza, 2015).

As etapas seguintes, que ocorreram no período 2004/2007, levaram à implantação da Comissão de Instalação de Ações Territoriais (CIAT), instrumentos de apoio disponibilizados pela SDT/MDA, a partir da execução de Estudos Propositivos (EP), de 2006; Planos de Safra Territoriais (PST); Aprovação de projetos estratégicos com recursos do Programa de Infraestrutura e Serviços (PROINF); Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Após três anos de atividades e amadurecimento, a CIAT deixa de ter caráter provisório e torna-se um colegiado permanente, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema (CODETER Pontal). É também no ano de 2008 que o território rural é incorporado ao Programa Territórios de Cidadania, passando a constituir-se como Território de

¹⁶ Colegiado de Desenvolvimento Territorial/Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração, respectivamente.

Cidadania do Pontal do Paranapanema (Brasil, 2011a). Sobre essa trajetória, Rosa e Ferreira (2018, p. 197), discorrem o seguinte:

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial constitui-se em um espaço coletivo de discussão e tomadas de decisões, com caráter definitivo e deliberativo, e com o objetivo principal de promover a construção de propostas coletivas e traçar estratégias que possibilitem, por meio da organização e participação social, o desenvolvimento do Território. Com a incorporação do Território ao PTC e a formação do CODETER, aumenta a participação de sujeitos sociais que até então compunham a gestão social da política territorial.

Este aumento no número de integrantes levou a mudanças estruturais na organização do Colegiado, em razão da ampliação da participação de atores recém inseridos e a diversidade de suas pautas. A partir dessa análise, concordamos com Souza e Hespanhol (2016, p. 173), que discorrem no sentido de que as

[...] particularidades de cada grupo contribuem para tornar a perspectiva de desenvolvimento mais complexa, pois, ao mesmo tempo em que prioriza determinados grupos sociais no território, suas necessidades são permeadas por uma diversidade de demandas que vão desde aspectos ligados à estrutura fundiária (distribuição de terra), questões políticas (luta pela terra), aquelas relacionadas à comercialização (logística e condições das estradas rurais), canais de comercialização (programas institucionais, como o PAA e o PNAE), infraestrutura produtiva (tanque de resfriamento de leite, barracões etc.), pequenas agroindústrias processadoras e rede de energia elétrica, até aquelas de acesso à cidadania (como a emissão de documentos) etc.

O público dos programas que compõem o PTC são agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e pescadores). Souza e Hespanhol (2016) indicam que é possível estabelecer alguns paralelos entre esses grupos de beneficiários do Programa, como o trabalho familiar, e a diferentes formas de organização da produção, que pode ser individualizada ou em associações ou grupos de produtores com índice de pobreza alto e baixo grau de escolaridade formal.

A agricultura familiar é uma atividade que se destaca no território e os dois municípios que escolhemos como local para pesquisa de campo, ou seja, Mirante do Paranapanema e Rosana, estão entre os que possuem o maior número de estabelecimentos e de pessoas ocupadas com a agricultura familiar, como demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 – Agricultura Familiar no Pontal do Paranapanema: Número de estabelecimentos da agricultura familiar, pessoal ocupado e de DAPs – 2015

Mirante do Paranapanema	1.812	4.066	1.596
Presidente Bernardes	894	2,147	436
Teodoro Sampaio	806	2,213	612
Rosana	702	1.810	463
Presidente Prudente	672	1,772	371
Euclides da Cunha Paulista	597	1,269	526

Presidente Epitácio	571	1.419	1.096
Santo Anastácio	544	987	280
Martinópolis	481	1.021	165
Caiuá	479	1.360	353
Alvares Machado	475	1.078	211
Rancharia	469	1.130	374
Presidente Venceslau	469	950	425
Alfredo Marcondes	381	695	114
Marabá Paulista	348	756	274
Caiabu	237	621	34
Regente Feijó	236	643	72
Anhumas	214	357	132
Taciba	198	302	76
Sandovalina	180	528	160
Piquerobi	177	303	140
Santo Expedito	176	345	27
Pirapozinho	175	361	85
Iepê	150	210	110
Indiana	147	263	29
Narandiba	144	239	67
Ribeirão dos Índios	125	264	106
Tarabai	114	213	31
Emilianópolis	105	237	76
Estrela do Norte	102	221	44
João Ramalho	100	160	67
Nantes	35	44	8
Total	12.315	27.894	8.560

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SAF/MDA (janeiro de 2015) e do Censo Agropecuário do IBGE, de 2006

Como a política de assentamentos é componente importante da história de formação do território, é preciso ser evidenciada que os dois municípios escolhidos como lócus da pesquisa também se destacam em relação ao número de assentamentos, como apresentado na tabela 2. No TC do Pontal do Paranapanema, 15 dos 32 municípios que compõem o território contam com assentamentos, projetos e áreas destinadas a assentamentos rurais de reforma agrária, os 17 municípios restantes não possuem áreas destinadas a essas finalidades.

O município de Mirante do Paranapanema é o que apresentava, em 2015, o maior número de famílias assentadas, com 1.587, e Rosana é o terceiro, com 767 (Brasil, 2015). Esses números evidenciam a importância da política de assentamento e das políticas públicas para o desenvolvimento territorial para a manutenção da agricultura familiar nos Territórios de Cidadania.

Tabela 2 – Política de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema: Número de famílias assentadas, de Projetos de Reforma Agrária e área reformada – 2015

Município	Nº de famílias assentadas – Reforma Agrária	Nº de projetos de Reforma Agrária	Área reformada – Reforma Agrária (em hectares)
Mirante do Paranapanema	1.587	35	35.470.00
Teodoro Sampaio	865	21	23.371.00
Rosana	767	4	18.307.00
Euclides da Cunha Paulista	512	9	10.935.00
Caiuá	445	8	10.736.00
Presidente Venceslau	376	8	10.101.00
Presidente Epitácio	340	4	6.088.00
Presidente Bernardes	265	8	7.193.00
Marabá Paulista	257	6	6.481.00
Sandovalina	198	2	4.017.00
Rancharia	177	2	4.265.00
Martinópolis	123	2	2.745.00
Piquerobi	84	3	2.595.00
Iepê	35	1	68.00
João Ramalho	29	1	55.00
Alfredo Marcondes	0	0	0.00
Alvares Machado	0	0	0.00
Anhumas	0	0	0.00
Caiabu	0	0	0.00
Emilianópolis	0	0	0.00
Estrela do Norte	0	0	0.00
Indiana	0	0	0.00
Nantes	0	0	0.00
Narandiba	0	0	0.00
Pirapozinho	0	0	0.00
Presidente Prudente	0	0	0.00
Regente Feijó	0	0	0.00
Ribeirão dos Índios	0	0	0.00
Santo Anastácio	0	0	0.00
Santo Expedito	0	0	0.00
Taciba	0	0	0.00
Tarabai	0	0	0.00
Total	6.060	114	142.427.00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do DEA/INCRA (janeiro de 2015)

O TC do Pontal é limitado geograficamente pelos rios Paraná e Paranapanema, que possuem inúmeras possibilidades de aproveitamento de seus recursos fluviais, como piscicultura e navegação, mas existem muitas limitações no que se refere aos projetos referentes às atividades pesqueiras que, na região, são predominantemente extrativistas e pouco exploradas economicamente. Entre outros critérios para pertencer ao PTC, estava a de possibilitar às comunidades tradicionais o desenvolvimento sustentável no território. No Pontal do Paranapanema não existem comunidades quilombolas e nem grupos indígenas, no entanto, existe um grande potencial hídrico para a realização de atividades pesqueiras.

Os índices de pobreza e os números de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) também servem de parâmetro para fazer parte do PTC. No Pontal, o destaque em relação aos valores distribuídos e o número de famílias atendidas pelo programa são: Presidente Prudente que, em 2015, repassou cerca de R\$ 845.962,00 a 5.607 famílias (o município comporta mais de 70% das famílias em situação de extrema pobreza do território) – Mirante do Paranapanema, com uma população numericamente muito inferior à de Presidente Prudente, distribuiu cerca de R\$ 156.198,00 a 1.135 famílias; e Rosana também é um dos municípios com mais beneficiários do PBF, foram 996 famílias com valor repassado de R\$ 134.027,00 pelo programa, conforme se pode verificar na tabela 3 (Brasil, 2015).

Tabela 3 – População total, número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família e o valor pago em R\$, por município – 2015

Município	População total	Programa Bolsa Família¹⁷ – famílias beneficiadas	PBF – valor em R\$ (total por município)
Alfredo Marcondes	3.891	168	24.576,00
Alvares Machado	23.513	1.330	222.900,00
Anhumas	3.738	171	32.368,00
Caiaabu	4.072	144	20.394,00
Caiuá	5.039	359	47.456,00
Emilianópolis	3.020	164	27.129,00
Estrela do Norte	2.658	75	12.653,00
Euclides da Cunha Paulista	9.585	916	166.129,00
Iepê	7.628	432	60.854,00
Indiana	4.825	243	39.175,00
João Ramalho	4.150	179	28.195,00
Marabá Paulista	4.812	290	51.149,00
Martinópolis	24.219	860	128.640,00
Mirante do Paranapanema	17.059	1.135	156.198,00
Nantes	2.707	137	20.501,00
Narandiba	4.288	212	31.809,00
Piquerobi	3.537	279	46.608,00
Pirapozinho	24.694	633	78.121,00
Presidente Bernardes	13.570	613	88.129,00
Presidente Epitácio	41.318	1.713	216.001,00
Presidente Prudente	207.610	5.607	845.962,00
Presidente Venceslau	37.910	1.396	218.138,00
Rancharia	28.804	1.271	184.950,00
Regente Feijó	18.494	251	39.004,00
Ribeirão dos Índios	2.187	149	19.092,00
Rosana	19.691	996	134.027,00
Sandovalina	3.699	204	35.519,00
Santo Anastácio	20.475	706	79.991,00

¹⁷ A Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 instituiu o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, em substituição ao Programa Bolsa Família, de que trata a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e ao Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, respectivamente, e define metas para taxas de pobreza no Brasil. O Programa Auxílio Brasil constitui uma etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania.

Santo Expedito	2.803	119	17.649,00
Taciba	5.714	281	52.268,00
Tarabai	6.607	333	51.188,00
Teodoro Sampaio	21.386	1.353	212.722,00
Total	583.703	22.719	3.389.374,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do DEA/INCRA (janeiro de 2015)

Em relação à educação, o PTC do Pontal, por contar com grande número de estabelecimentos rurais, precisa qualificar essa população para se manter no campo e se desenvolver a partir da agricultura familiar. Para Souza e Hespanhol (2016), o PTC tem procurado direcionar suas ações a temas como a ampliação e estruturação das escolas rurais e a definição de um currículo que atenda às necessidades dos jovens e adultos do campo, ao mesmo tempo em que deve lutar para diminuir as resistências de vários dirigentes das escolas sobre essa proposta de educação.

Na escala federal, desde o ano de 2016, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), houve muitas mudanças na execução de projetos e na destinação de recursos para diversos programas com foco social, e isso incluiu o PTC. Esse processo provocou alguns retrocessos em relação à implementação de políticas públicas devido ao corte de recursos humanos e financeiros.

O chamado “teto dos gastos públicos”, a partir do qual ocorreu o corte de recursos, se deu a partir da Emenda Constitucional nº 95/2016 que é resultante das propostas de implementação do teto para gastos públicos federais, as denominadas PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 241 e 55, que tramitaram, respectivamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo que a votação final ocorreu no dia 16 de dezembro de 2016. O novo regime fiscal, instituído pela EC 95, valerá pelos próximos 20 anos, portanto, até 2036. A referida proposta foi alvo de intensos protestos pela sociedade civil, provocou greves e ocupações estudantis que ocorreram em escolas e universidades por todo o país (Mariano, 2017).

Esse projeto audacioso foi liderado pelo governo de Michel Temer (2016-2018), que, ao assumir o poder, após o golpe institucional que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff, não tinha como finalidade legitimidade ou popularidade. Desse modo, sem dialogar com a sociedade civil e a partir de um discurso oficial falacioso da necessidade de um novo regime fiscal, pelo qual deveriam ser limitados gastos e investimentos públicos, especialmente os de natureza social, como única alternativa para reestruturar a economia, que estaria em crise diante da suposta inabilidade do governo anterior. De acordo com Mariano (2017, p. 261), o

[...] novo regime fiscal suspende, por consequência, o projeto constituinte de 1988, e retira dos próximos governantes a autonomia sobre o orçamento, salvo se houver, no futuro, em uma nova gestão, outra proposta de emenda constitucional em sentido contrário. Retira também do cidadão brasileiro o direito de escolher, a cada eleição, o programa de governo traduzido no orçamento e, com isso, decidir pelas políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento econômico.

Reunir condições para construir um crescimento econômico orientado pela redução das desigualdades sociais, econômicas, regionais e de gênero se torna possível através da valorização de novos mecanismos de participação social e reconhecimento dos direitos e demandas das minorias, com foco especialmente nas populações rurais – quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, indígenas, homens e mulheres da agricultura e produção familiar. Os municípios do TC do Pontal do Paranapanema – São Paulo possuem muitas demandas sociais reprimidas e ainda não atendidas pelos governos federal e estadual.

Algumas das demandas latentes nos que foram selecionados à pesquisa e em outras partes do Brasil, se referem às relações desiguais de gênero e raça, ainda arraigadas nesse país tradicionalmente patriarcal e racista, dominado por construções sociais que se afirmam a partir de relações de poder fundadas por padrões que não respeitam os princípios de justiça e igualdade. Para construir relações que priorizem esses princípios, diversos movimentos sociais se consolidaram para desconstruir alguns padrões opressores e vislumbrar uma sociedade mais justa, que incorpore na máquina política, uma perspectiva que alcance à diversidade social e territorial que esse país possui.

4 CONSTRUÇÕES TEÓRICAS DE GÊNERO EM INTERFACE COM A GEOGRAFIA E AS RELAÇÕES DE PODER NO ESPAÇO RURAL



4.1 A introdução do feminismo no Brasil e definições de gênero

Com o objetivo de minimizar essas desigualdades, diversos movimentos sociais se organizam para transformar a construção social na qual predomina o androcentrismo¹⁸. Um personagem importante que desponta nesse cenário é o movimento feminista, um símbolo forte de luta no mundo ocidental, desenvolvido nas décadas de 1960 e 1970, em um momento de efervescência da contestação e mobilização social de diversos grupos, caracterizados como oprimidos e marginalizados.

¹⁸ Termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward em 1903 e que está intimamente ligado à noção de patriarcado, porém não se refere apenas aos privilégios dos homens, mas também a forma como as experiências masculinas são consideradas como referência para todos os seres humanos e tidas como uma norma universal, tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e demais atributos femininos (Oliveira; Ferreira, 2013).

Diferentemente dos movimentos com participação feminina, os movimentos feministas tinham como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar as desigualdades presentes nas relações entre os sexos. De acordo com Farah (2004), a discriminação de questões diretamente ligada às mulheres envolveu tanto críticas à ação do Estado quanto – à medida que a democratização avançava – a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero.

Concomitantes a esse processo, importantes mudanças socioeconômicas também favoreceram a mobilização feminina, dentre elas: a entrada progressiva da mulher no mercado de trabalho formal; o avanço dos níveis de escolarização formal – processo aliado às mudanças demográficas, como a crescente diminuição da taxa de fecundidade, resultante da disseminação de métodos contraceptivos químicos; e também do aumento da expectativa de vida das mulheres.

Há de se considerar que estas transformações ocorreram em períodos, intensidades e localidades distintas, seja nos países europeus e nórdicos ou nos países da América Latina. O que importa é que a partir de então se ampliou o leque de reivindicações, desde o questionamento dos papéis sexuais no relacionamento privado homem/mulher, à própria cultura ocidental.

Na Europa e nos Estados Unidos, o feminismo já vigorava como tema social relevante na década de 1960, mas, no Brasil, ele emerge como movimento social apenas em meados da década de 1970¹⁹, ampliando o debate público sobre poder, igualdade e democracia. Foi em meio ao contexto da ditadura militar (1964-1985), que a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou 1975 como o ano da mulher, e esse fato, serviu de marco inicial da mobilização de mulheres com a finalidade democrática no país. Este era um momento de forte censura e repressão política, e a mobilização social, duramente reprimida, era uma das estratégias para se defender das medidas arbitrárias que ocorreram durante o regime (Sarti, 1988).

Para as mulheres, primeiras ingressantes deste movimento – reunindo-se em grupos e coletivos, fundando centros e associações, lançando jornais; a concepção de democracia era ampliada para as esferas da família, do trabalho, da educação, da violência e da saúde, além dos direitos civis e políticos (Pitanguy, 2003).

Apesar de existir a mais de 50 anos, o feminismo é um movimento que ainda suscita inquietações de compreensão para o senso comum, enquanto movimento social (e seus fluxos

¹⁹ Nessa década fatos importantes registraram a relevância da participação feminina em todas as esferas de poder. A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu em 1975, o Ano Internacional da Mulher e a década subsequente (1975-1985), como a década da mulher (Paula, 2020).

e refluxos) e ao considerar que há diferenças entre as suas correntes, seus pressupostos teóricos e suas práticas políticas.

As autoras Sardenberg e Costa (1994) discutem tal diferenciação e alegam que, como ideia central, o feminismo prioriza a igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade. Assim, pressupõe o surgimento de uma consciência de gênero feminina, na qual estariam projetadas e reelaboradas as desigualdades vivenciadas por algumas mulheres em determinados momentos históricos e contextos territoriais. Como o movimento social questiona a hierarquia nas relações de gênero, ou seja, entre homens e mulheres na sociedade e seus amplos desdobramentos (sociais, políticos, econômicos, jurídicos e culturais), são essas diferenças que distinguem o movimento feminista de outros movimentos de mulheres.

No entanto, por ser um movimento complexo, definir feminismo não é uma tarefa simples, pois o termo faz parte de um processo com raízes no passado, é construído no cotidiano e não possui um ponto predeterminado de chegada. Por ter a característica de ser um processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias.

O feminismo surge como resultado de experiências comuns das mulheres que buscam recriar as relações interpessoais sob um prisma em que o *feminino* não seja menor, e desvalorizado (Alves; Pitanguy, 2017). Considerando as disparidades de poder nas relações interpessoais, o feminismo procurou em sua prática, enquanto movimento social, superar as formas de organização tradicionais, permeadas por assimetrias e autoritarismo. Além disso, o

[...] feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar -se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua global idade. [...]. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar etc. (Alves; Pitanguy, 2017, p. 9-10).

Outra concepção relevante sobre o feminismo é a de Céli Pinto (2003). Para essa autora, é um movimento que luta por autonomia em um espaço marcadamente político que defende a especificidade da condição de dominação da mulher. Em suma, uma questão central para a sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população e no qual há mulheres de diferentes classes sociais enfrentando uma gama de problemas também diferenciados.

No Brasil, o pensamento feminista foi introduzido pela primeira vez no século passado, por Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885)²⁰, a partir das obras: **Opúsculo**

²⁰ Este é o pseudônimo da brasileira nascida no Rio Grande do Norte – Dionísia Gonçalves Pinto – nascida em 1810 e que, após residir em diversos Estados brasileiros, como Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro,

Humanitário (1835), **Conselho à minha filha** (1842), e **A Mulher** (1856). A principal obra de Nísia Floresta, **Os Direitos das Mulheres e Injustiça do Homem** (1832), foi inspirado no livro **Vindications of the Rights of Woman**, de 1792²¹, de Mary Wollstonecraft, a primeira feminista inglesa (Duarte, 2002).

O diferencial de Nísia na tradução da obra, é que, além da interpretação da língua, a autora brasileira aponta os principais preconceitos existentes no Brasil contra seu sexo, identifica as causas desse preconceito, ao mesmo tempo em que desmistifica a ideia dominante da superioridade masculina. As reflexões de Nísia Floresta marcam o despertar de uma consciência crítica da condição feminina na nossa sociedade e não ecoaram entre suas (seus) contemporâneos, o que demonstrava como o pensamento de Nísia estava à frente do seu tempo (Duarte, 2002).

O século XIX é tido como um período opressivo para as mulheres, mas a partir dos registros das historiadoras francesas Geneviève Fraisse e Michelle Perrot, na obra **História das mulheres no Ocidente**, foi um período de novas conquistas também. “Esse século assinala o nascimento do feminismo, palavra emblemática”, que “[...] tanto designa importantes mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como o aparecimento coletivo das mulheres na cena política” (Fraisse; Perrot, 1991, p. 9). Para as referidas autoras, a melhor definição é a de um momento histórico em que a vida das mulheres se altera e “[...] se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz [sic] política, futura cidadã” (Fraisse; Perrot, 1991, p. 9).

Seguindo essa conjuntura, assim como ocorreu em outros países, o primeiro movimento feminista politicamente organizado no Brasil foi o sufragista, com suas raízes ligadas à luta iniciada no século XIX pelas abolicionistas. Como primeira luta organizada das mulheres brasileiras, o sufragismo registra um percurso nacional que pleiteia o direito de voto feminino.

mudou-se para a Europa onde passou o resto de sua vida. Nísia Floresta morreu em 1885, em Rouen, uma pequena cidade do interior da França. Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa sem nenhum direito; quando o ditado popular dizia que “o melhor livro é a almofada e o bastidor” e tinha foros de verdade para muitos, justo nesse tempo Nísia Floresta dirigia um colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia livros e mais livros para defender os direitos das mulheres, dos índios e dos escravos. Nísia Floresta deve ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa (Duarte, 2002).

²¹ Foi esse livro que deu à autora o título de precursora do feminismo no Brasil e, talvez, até mesmo da América Latina, pois não existem registros de textos anteriores realizados com estas intenções. O texto revolucionário de Mary Wollstonecraft havia sido publicado em Londres em 1792, como uma resposta à Declaração Universal dos Direitos do Homem. Neste mesmo ano surgiu a tradução francesa e nos anos seguintes diversas outras edições. Rapidamente o livro se tornou conhecido e repercutiu pela Europa e Estados Unidos consagrando o nome de sua autora como a pioneira na defesa dos direitos da mulher (Duarte, 2002).

O desenvolvimento desse movimento no país contou, entre suas pioneiras, com as ideias revolucionárias de Bertha Lutz (1894-1976)²², recém-chegada da Europa e diante da realidade de um país onde a mulher não dispunha de direitos políticos, embora um conjunto cada vez mais expressivo da população feminina se enquadrasse no requisito mínimo para a cidadania: a educação formal, Bertha viu-se impelida à luta pelo voto feminino (Garcia, 2020).

Em consonância à observação de Pinto (2003), o feminismo no Brasil, inicialmente pode ser analisado a partir de três vertentes de pensamento. A primeira delas é marcada pela luta pela inclusão das mulheres no mundo político. Neste caso, o objetivo era o reconhecimento dos direitos políticos, até então restrito aos homens, como o direito ao voto e à candidatura²³. A segunda vertente, tratada como feminismo difuso, refere-se à manifestação de mulheres que fazem parte da vida pública (jornalistas, professoras e escritoras) que não se privam do direito de expressar seus pensamentos e opiniões. A última vertente traz as motivações das mulheres que já estão inseridas no mercado de trabalho e tem grande desenvolvimento intelectual, fortemente influenciada pelo ideário dos regimes anarquistas e comunistas.

Desde então, o movimento feminista já assumiu várias formas de luta, diferentes bandeiras e múltiplas facetas. Segundo Sardenberg e Costa (1994, p. 95), “[...] já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistas e garantir o acesso da mulher à educação formal”. Apesar do período não ser tão longo, a pauta de lutas e reivindicações desse movimento no Brasil é extensa.

Contudo, mesmo diante de todas as limitações desses movimentos, contabiliza-se avanços com a inclusão de pautas específicas em atenção às demandas do gênero feminino nas políticas públicas nacionais. Os programas criados contra a violência doméstica, o acesso ao crédito rural pelas mulheres agricultoras e de atenção à saúde são alguns exemplos que tem uma visão de processo de médio e longo prazos e de estratégias e ações voltadas para a equiparação entre os sexos. Esse processo visa afetar positivamente o conjunto da população e não apenas grupos específicos, e por isso tem mais força e legitimidade para se constituírem e se caracterizarem como políticas de Estado.

²² Bertha Lutz é sempre apresentada como a líder incontestada do movimento feminista brasileiro. Paulista nascida em 1894 era filha de Adolpho Lutz, especialista em medicina tropical, e Amy Fowler, enfermeira inglesa. Diplomou-se em biologia na Universidade de Paris, e em direito na Universidade do Rio de Janeiro. No ano de 1919, concorreu, com êxito, a uma colocação de secretária no Museu Nacional no Rio de Janeiro, tornando-se a segunda mulher a ocupar um posto no serviço público brasileiro (Karawejczyk, 2010).

²³ O Novo Código Eleitoral, promulgado em 1932, garantiu o seu direito de votar e serem votadas, mas ainda de modo facultativo. Essa prerrogativa seria exercida, pela primeira vez, na eleição da Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Assim, o Brasil se tornou o quarto país da América a estabelecer o voto feminino. Antes dele haviam concedido o Canadá, Estados Unidos e Equador.

Em relação às agricultoras, a representação por meio de um movimento específico, o movimento de mulheres trabalhadoras rurais do país, ganha destaque na década de 1980, as principais questões colocadas foram: a legalização e o reconhecimento da profissão de agricultora, visando superar a situação de doméstica nas atividades na agricultura e a invisibilidade produtiva da mulher trabalhadora; direitos sociais, como aposentadoria, pensão por viuvez, licença maternidade e direito à sindicalização também faziam parte da pauta; assim como questões relacionadas à saúde da mulher. As questões ligadas ao acesso à terra, ao crédito e às demandas de gênero, mais propriamente ditas, foram pautadas posteriormente (Paulilo, 2003).

Por sua vez, é preciso que se diga que os movimentos feministas e de mulheres são dois processos diferentes. Os feministas se envolvem nos debates e na organização desse campo, interferem nas políticas, participam das coordenadorias e das políticas sociais, possuem visibilidade e voz, multiplicando os espaços femininos de atuação, estão nas ONGs (Organizações não Governamentais), passeatas, protestos, etc. Já os movimentos de mulheres são mais numerosos, mas bem menos visíveis. O que tem mais visibilidade social e política nesse movimento é a demanda da qual são portadoras – creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos ou equipamentos de saúde, etc. (Gohn, 2010).

Neste trabalho, nosso foco de análise será direcionado para os movimentos sociais de mulheres, que é uma realidade mais presente nos espaços rurais, nosso lócus principal de pesquisa. A centralidade da pesquisa se dá a partir das trajetórias organizativas das lideranças de Associações Rurais, e ligadas, ou não, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a fim de entender suas articulações políticas, estratégias discursivas e o desabrochar da luta por direitos das mulheres trabalhadoras rurais assentadas, permitindo refletir sobre seu caráter de movimento de autonomia e de esperança para essas mulheres, principalmente em contraposição ao avanço do neoconservadorismo no Brasil (Santos; Betto, 2021).

É importante destacar que o principal objetivo dos movimentos de mulheres (e/ou) feministas é o de garantir a participação efetiva destas nos espaços de decisão, além de comportar temas diversos, voltados às áreas de atuação específicas, como a violência doméstica, direitos sexuais e reprodutivos, educação, trabalho e participação política, ainda que nem sempre obtendo reconhecimento social e ou potencialidade como objeto de políticas públicas.

Sardenberg (2010), ao tratar da questão conceitual, destaca que: a partir do viés do debate teórico, o conceito de gênero não substitui a categoria social mulher, nem a torna menos importante em relação às pesquisas, intervenções e análises sobre as mulheres enquanto grupo

social discriminado. De modo contrário, possibilita que se pense a categoria gênero como uma construção social historicamente específica, com uma estrutura legítima de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. A categoria gênero também possibilita a imersão na diversidade da condição e da experiência feminina em sociedades distintas, no tempo e no espaço.

A compreensão de Paula (2020) é a de que gênero é um conceito crucial para o movimento feminista, o movimento LGBTQIA+²⁴ e pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre as relações entre os sujeitos. Para ela, como todo conceito, no campo científico, ele é um campo de disputa e suas definições variam de acordo com a postura teórica e política de cada autor.

Adotamos uma postura que preza pela superação das desigualdades entre o sexo/ gênero, não a partir de uma perspectiva de que não existem diferenças entre as pessoas, mas do pressuposto que o ser humano deve ser considerado em sua totalidade e se desenvolver (votar, se candidatar, trabalhar, gerir, liderar etc.), conforme seus interesses e habilidades e não apenas reproduzir as representações sociais sobre o lugar de homem e o lugar de mulher.

Neste trabalho, em específico, referimo-nos à dicotomia homem/mulher na tentativa de indicar como as relações desiguais entre os sexos se perpetuam no espaço rural e o quanto o protagonismo das mulheres possibilita novas perspectivas sociais, emocionais, econômicas e políticas.

Enfim, as representações de gênero na sociedade acontecem de muitas formas, cercadas de modelos, símbolos e preconceitos que são reproduzidos por gerações, como o fato de meninos terem maior autonomia e poder para explorar os espaços públicos e relacionamentos, enquanto que as meninas e mulheres precisam ser recatadas e discretas, biologicamente determinadas às funções domésticas e reprodutivas.

No livro **O segundo sexo**, publicado em 1949, a filósofa existencialista francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) questiona as visões estabelecidas sobre as categorias sexo e gênero e refuta a determinação biológica para os comportamentos dos indivíduos. Nesse livro, ela publica as bases para a luta pelos direitos das mulheres ao questionar a condição de inferioridade da mulher que para ela não deve ser entendida como algo destinado:

Ninguém nasce mulher: torna-se. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (Beauvoir, 1980, p. 9).

²⁴ Nessa sigla estão designadas diversas minorias sexuais e de gênero como: *lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais e queers*, e o símbolo mais, indica os demais que não foram inseridos nela.

A partir dessa afirmativa, Beauvoir (1980) defende categoricamente que é a sociedade que define o gênero de cada indivíduo e essa condição não pode ser atribuída como algo natural e biológico, mas sim como uma definição social. Há, a partir das concepções de Beauvoir, uma tentativa de desconstruir a ideia do natural como justificativa para a desigualdade entre os gêneros, suscitando assim direitos iguais para homens e mulheres. Beauvoir era uma mulher singular, que estava à frente do seu tempo e sua obra sofreu duras críticas ao longo do tempo, mas é um marco importante nos estudos de gênero.

Esses estereótipos de gênero são apresentados aos sujeitos desde a infância e influenciam na construção da sua identidade. É desde este período inicial de construção da personalidade do indivíduo que o gênero aparece como uma forma primária de dar significado às relações de poder, não como único campo, mas como um meio persistente e recorrente de significar essas relações no Ocidente (Moreira, 2016).

Scott (1990) apresenta uma definição de gênero dividida em duas partes, compostas de diversos subconjuntos, que devem ser analisados de formas distintas. O núcleo da definição repousa em uma conexão integral entre a primeira proposição, onde o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais e criado sobre as diferenças percebidas entre os sexos; e a segunda proposição em que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Desse modo, compreende-se que a identidade de gênero é construída no bojo das relações sociais, que vai do nascimento até a vida adulta, mas sem rigidez.

Uma terceira pensadora, com uma perspectiva fundamental para o conceito de gênero é a filósofa Judith Butler, que avança em suas análises, problematizando o binarismo. A maior parte da sua produção que trata dos estudos de gênero é datada de meados dos anos 1990 e apresenta um aprofundamento da proposta desconstrucionista, influenciada pela subjetividade, linguagem e performatividade de gênero (Paula, 2020). Para Butler, ser de um determinado gênero não representa tudo que aquele sujeito é. A partir de suas análises:

O gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2015, p. 20).

Um dos pontos basilares do trabalho de Butler é o questionamento do caráter natural das diferenças anatômicas entre homens e mulheres. Como pensadora pós-estruturalista, Butler tem uma visão de que o gênero é fluido, e encontra-se além de oposições biológicas pré-discursivas

e socialmente reforçadas e, portanto, não é algo acabado, mas em devir, complexo (Paula, 2020).

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo (Butler, 2015, p. 26).

Nesse sentido, outro efeito importante que se originou do pensamento de Butler (2015) é o suporte para as teorias *queer*²⁵ e a inclusão dos movimentos sociais de lésbicas, gays, transgêneros, bissexuais, transexuais, travestis, intersexos, dentre outros excluídos sexuais, no feminismo. É importante observar que na perspectiva de Butler, o gênero se sustenta enquanto categoria, no entanto, sozinha não consegue responder todas as variáveis implicadas na formação dos sujeitos (Butler, 2015).

Bourdieu (1989, p. 34) destaca que “[...] cada um dos dois gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto”, e “[...] sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes”. No sistema capitalista de produção, essas estruturas estão organizadas a partir da concepção de propriedade privada e na continuidade da herança, portanto, no patriarcado, onde os homens, historicamente, se apropriam do poder, que lhes é concedido como direito total e pleno sobre a mulher e a prole.

Saffioti (2004) apresenta o conceito de patriarcado como base da construção social do regime de dominação – exploração das mulheres pelos homens –, na qual esse conceito representa um tipo hierárquico de relação que está presente em todos os espaços sociais e que é uma relação civil e não privada. O patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres.

O patriarcado possui uma base material e corporifica-se. Além disso, diz respeito a uma estrutura de poder que tem por base a ideologia e a violência. O sistema patriarcal é milenar e, na concepção de Saffioti (2004), está impregnado na sociedade e no Estado, apesar de estar em

²⁵ A teoria *queer* propõe o questionamento as epistemes (pressupostos de saber), do que é reconhecido como verdade sobre ser feminino ou sobre ser masculino. Essa teoria lança um olhar sobre uma perspectiva comprometida com os socialmente estigmatizados, como desviantes das normas sociais padronizadas sobre ser homem ou ser mulher, construídas pela mediação cultural e determinadas por fatores biológicos. Para Butler (2002, p. 64), o “[...] gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva”. A teoria *queer* é distinta dos demais estudos sobre gênero que tratam sobre gays e lésbicas, por considerar que os demais já estão melhor inseridos socialmente (Louro, 1999; Figueiredo, 2018).

constante transformação, como os demais sistemas sociais é mantido e documentado desde as origens da Roma antiga.

A partir do modelo do patriarcado, a percepção de gênero está inserida em um padrão de submissão da mulher em relação ao homem, reflexo de um longo e permanente processo de condicionamentos sociais e de opressão. Assim sendo, a identidade de gênero dos sujeitos é incorporada a partir dos comportamentos traçados e reproduzidos ao longo da história da humanidade, o que determina os papéis sociais que cada um dos sexos deve exercer, expressando a partir das interações sociais sua feminilidade e masculinidade, respectivamente.

4.2 Abordagem de gênero para a Geografia: conexão entre empoderamento e espaços de poder

Discutir relações de gênero requer reflexões sobre o conceito de poder, que possui um papel indissociável na compreensão das relações sociais, pois, as orienta e define. O poder atrai e se difunde por todo o tecido da sociedade e as relações de poder são partes intrínsecas das múltiplas escalas sociais. Para Hasbaert (2004), o território está diretamente ligado à noção de poder, para além da compreensão política. Ele indica essa associação entre território e poder tanto pelo viés mais explícito, ligado à dominação, quanto pelo sentido simbólico de apropriação.

O exercício de poder é também um caminho de possibilidades, uma ação que bate e rebate sobre sujeitos livres e suas ações sobre o território. Santos (1999) considerou o final do século XX, um grande período para a Geografia, pelo fato da geograficidade se impor como condição histórica, à medida que tudo que era considerado como essencial passou a ser analisado a partir do conhecimento do que é território. Nesse cenário também foram incorporadas as relações de gênero.

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (Santos, 1999, p. 1).

As relações de gênero possuem uma dinâmica própria e, ao mesmo tempo, são articuladas com outras formas de desigualdade e dominação. Quando se fala em relações de poder, sabe-se que o que está posto é o privilégio de uns em detrimento a outros. Bourdieu (2011, p. 50) enfatiza que as relações de gênero são relações de poder, nas quais o masculino é tomado como referência de todas as coisas, ao mesmo tempo em que submete as mulheres a

uma violência figurada, “[...] a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos”.

Esse argumento do autor apresenta o poder como uma relação binária entre os sexos, onde masculino e feminino tornam-se polos antagônicos dentro de uma lógica constante de dominação e submissão. O poder não é necessariamente um fator negativo, ao contrário, ele é a capacidade de decidir, primeiramente sobre a própria vida, e ao mesmo tempo decidir sobre a vida do outro.

Apesar de tantas mudanças culturais e sociais no decorrer dos séculos, a manutenção do poder do homem tem sido reproduzida, ainda nos dias atuais, pela limitação de direitos da mulher: um deles é o controle dos meios de aquisição de renda monetária, o que gera uma relação de dependência da mulher, muitas vezes, impossibilitada de receber remuneração, já que o trabalho reprodutivo e doméstico, majoritariamente, não é assalariado. Em outros casos, o poder do homem se dá pelo cerceamento dos proventos adquiridos por ele, além do domínio da gestão dos salários delas (esposas, companheiras, irmãs e filhas), nos casos em que a mulher exerce atividade remunerada.

Nessa disposição, majoritariamente, existe o reforço de que cabe à mulher o espaço restrito do lar e do cuidado e ao homem o papel de provedor financeiro e protetor, além de mentor das ações estabelecidas na relação. Em muitos casos, há uma distorção no estabelecimento das relações de poder entre os gêneros e há sempre uma desvantagem social pré-determinada para as mulheres.

A territorialização das relações de gênero se dá em múltiplas escalas (do corpo, das relações, do lugar, do território) e elas são responsáveis por marcar ou romper os estereótipos de gênero. No que se refere ao desenvolvimento territorial concebemos que a maior participação das mulheres nas atividades produtivas, tanto do ponto de vista de inserção no mercado de trabalho formal, como nas hierarquias das empresas, deve ser vista como uma oportunidade de aproveitar todo o capital humano e social disponível no território e, consequentemente, de contribuir para um desenvolvimento incluyente.

Por muito tempo a Geografia ignorou a variável gênero como elemento de diferenciação social. Deixar de lado essa análise é compreender a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo, desconsiderando as profundas diferenças na ocupação, e produção do espaço por homens e por mulheres, como afirma Reis (2015).

No entanto, mesmo que com certo atraso, a adoção e análises da Geografia diante das abordagens de gênero têm avançado, caminhando para uma compreensão mais completa no

tocante ao papel das relações sociais, com as especificidades de cada sexo para a produção e reprodução social do espaço geográfico.

A Geografia incorporou a perspectiva de Gênero na década de 1970, período em que acontecia uma efervescência dos movimentos feministas e diversos estudos que englobavam a perspectiva feminina. A chamada Geografia de Gênero representou um avanço importante para a Geografia Humana.

Muito embora, hoje, se tenha uma diversidade de temas e enfoques sobre a mulher na Geografia, no início, os estudos se caracterizaram pela busca de uma identidade própria que exigiu o estabelecimento de bases conceituais e metodológicas precisas para o desenvolvimento das pesquisas. Assim, os estudos de gênero iniciados no final da década de setenta, originários dos Estados Unidos da América do Norte, Canadá, Grã Bretanha, França, Itália e Holanda constituem uma expressão acadêmica do movimento das mulheres (Francisco, 2011, p. 28).

Os primeiros estudos que incorporaram a perspectiva de gênero na Geografia demonstraram suas origens políticas e evidenciavam questões relacionadas à desigualdade do *status* da mulher na sociedade e na Ciência Geográfica. Eram trabalhos que buscavam dar visibilidade à mulher, seus trabalhos, suas experiências, seus papéis, de modo a documentá-la em toda a sua diversidade.

Na compreensão de Silva (2003), uma abordagem da perspectiva feminista na produção do espaço exige uma visão diferenciada, atenta aos sutis movimentos do cotidiano, ao micro social e aos grupos sociais marginalizados do poder. Por serem essas questões consideradas menos relevantes na análise do espaço geográfico, a Geografia centrou seus estudos nos espaços políticos-institucionais, nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como instância supra orgânica, e por isso, o gênero ficou como uma questão secundária.

Silva (2003) ainda argumenta que o conceito de gênero se torna objeto da Geografia Humana ao se considerar que o elemento humano é essencial para toda a Geografia. A cultura é uma construção permanente e determinada pela relação do indivíduo e sociedade, o que complexifica as relações de poder e determina suas características, pois são práticas incrustadas nas ações pessoais e coletivas dos atores signatários.

Para a maioria das geógrafas feministas, não foi uma tarefa simples encontrar uma posição teórica além do discurso hegemônico que institucionalizou a invisibilidade feminina na Geografia. Silva (2003) relata que os estudos “tradicionais” se caracterizavam pela neutralidade científica, em direção apenas a algumas diferenças ou especificidades das relações de gênero e espaço. Em uma sociedade marcada por processos de exploração, essas diferenças devem estar direcionadas à luz das relações de poder.

Nesse sentido, conforme descrevem Monk e Ramon (1987), os primeiros estudos feministas na Geografia foram marcados por duas temáticas: a crítica da Geografia que tinha como suposição que a experiência masculina equivalia à experiência humana e a descrição empírica da Geografia das mulheres com a finalidade de demonstrar como ela se diferenciava da dos homens. Sobre a busca de um marco teórico que possibilite compreender as desigualdades entre homens e mulheres, Monk e Hanson (1989, p. 35) afirmam que a geografia feminista

[...] se tem centrado em explicações que tomam em consideração os fundamentos ideológicos das distinções de gênero nas sociedades patriarcais e as bases econômicas que se inter-relacionam com elas, e tem identificado o capitalismo como uma causa fundamental das desigualdades padecidas pelas mulheres.

A partir de então, geógrafas e geógrafos do mundo todo passaram a desenvolver teorias e procedimentos metodológicos que fomentassem ainda mais estudos e possibilitassem maior conhecimento científico sobre a construção do espaço geográfico por homens e mulheres.

Nesse sentido, a interseccionalidade dialoga de forma bastante assertiva com a Geografia, já que possibilita a superação do princípio dualista e binário que prevalece na ciência.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

A partir da análise da diversidade existe a possibilidade de articulações identitárias na perspectiva espacial, já que as pessoas vivenciam, de forma simultânea e diferenciada, várias identidades: gênero, raça, classe social, sexualidade, nacionalidade, religião, deficiência funcional, entre outras, de modo a experimentarem um constante movimento destas intersecções pelo tempo e espaço (Silva; Nascimento, 2014; Paula, 2020).

Na perspectiva de Nast (1994), as relações entre poder e epistemologia são centrais nas discussões teóricas. Ela ressalta que o simples fato de uma percepção distinta entre homens e mulheres na organização espacial cria múltiplas aproximações e possibilidades de produção do conhecimento. Desse modo, a utilização de gênero como categoria serve de atributo para explicar as relações de poder na produção do espaço, revelando as condições e disparidades em

seu exercício, já que comumente as mulheres encontram-se em condições de subalternidade de espaços e poderes.

4.3 Da Revolução Verde à consolidação da agricultura familiar

A contestação da abordagem teórica e cotidiana que invisibiliza a presença feminina²⁶ em determinados espaços é um processo lento e doloroso, pois o contexto dessa transformação pode trazer consequências, como relações de tensões na família e na comunidade, sobretudo no espaço rural em que o patriarcalismo, o machismo e o conservadorismo estão muito mais presentes no cotidiano.

Para contextualizar melhor a origem das políticas públicas direcionadas ao espaço rural e o contexto que rege as especificidades das relações que nele se dão, tomamos como marco a chamada “revolução verde”. Recebe a denominação de “Revolução Verde”, as transformações ocorridas na agricultura brasileira a partir dos anos 1960, expressas a partir de modernizações tecnológicas e transformações do modelo de produção.

A Revolução Verde, através de um conjunto interdependente de práticas agrícolas, implementou a difusão de um conjunto de técnicas que foram aplicadas a diferentes ecossistemas, ou seja, as regiões com clima e geografia diferentes. Nesse processo, acentua-se também o controle e a modificação dos elementos do processo biológico de produção. Também é característica desse período maior homogeneização do processo agrícola com a utilização de insumos industriais, baseados em máquinas sofisticadas, agrotóxicos, adubos químicos, seleção genética de sementes e outros (Pastore, 2005).

Para Vasconcelos (2015), pode-se dizer que o processo de modernização agrícola acentuou a diferença social na agricultura, consolidando uma estrutura bimodal. Nesse processo convivem duas lógicas de organização da produção: de um lado, agricultores empresariais, altamente tecnificados e capitalizados, cuja produção está direcionada para o mercado externo e no qual estão os médios e grandes proprietários de terra que contam com trabalhadores assalariados.

Do outro lado dessa realidade, estão os agricultores familiares, que produzem com poucos insumos e adotam formas tradicionais de utilização da força de trabalho, incluindo o trabalho infantil como estratégia de reprodução. Ainda de acordo com Vasconcelos (2015, p. 39), os pequenos

²⁶ Reiteramos aqui que as mulheres não são o único grupo social invisibilizado, fazemos essa abordagem diante do nosso recorte da categoria como objeto da pesquisa.

[...] proprietários de terra mantêm o trabalho familiar de auto consumo e com excedente para o mercado interno. São práticas tradicionais que convivem com latifúndios de exportação, e com os atuais complexos agroindustriais. Mesmo, eventualmente, com características de atividades capitalistas, realizam-nas com relações distintas do grande capital, sem trabalho externo à unidade de produção familiar, com precários instrumentos de trabalho, muitas vezes, sem a posse legal da terra; portanto, sem acesso ao crédito oficial. O pequeno proprietário, o parceiro, o arrendatário e o posseiro, enquadrados na categoria de produtores tradicionais, trazem implicações sobre a racionalidade de uso do território. Entre interesses divergentes e conflitantes, criam-se as condições de uso do território visando à (re)produção de relações, ações/intenções no espaço geográfico.

Pastore (2005, p. 3) acrescenta o seguinte:

Com o passar do tempo e a intensificação do processo de modernização, os problemas foram aumentando, principalmente devido aos seus impactos ambientais, sociais e econômicos, principalmente nos países subdesenvolvidos, relacionados ao aumento da pobreza no campo e o consequente êxodo rural.

Esse contexto demonstra que a modernização é seletiva e beneficia sobretudo os grandes complexos agroindustriais, nos quais estão inseridos apenas os médios e grandes produtores rurais. A grande maioria dos agricultores familiares se encontra excluída desse processo, diante da impossibilidade de acesso ao crédito concedido por instituições financeiras e da impossibilidade de acessar tecnologias modernas de produção, e mantém a base produtiva familiar, na qual se expressam outras relações de trabalho.

Além disso, Pastore (2005) ressalta ainda que a contestação desse modelo de produção baseado no pacote tecnológico da Revolução Verde, antagônica aos modelos da agricultura familiar e agroecológica, produtora de alimentos, se relaciona diretamente ao surgimento de movimentos sociais rurais, a partir dos anos 1980, que teve maior alcance e força nos anos subsequentes, assim como a participação do meio acadêmico analisando e documentando os processos conhecidos como transições na agricultura.

No contexto das pequenas propriedades rurais e do trabalho familiar, a agricultura familiar passou a figurar como um conceito importante. Para Schneider (2003), a incorporação do conceito de agricultura familiar aconteceu de forma tardia no Brasil, se comparado às abordagens realizadas pelos países desenvolvidos. No Brasil, o termo agricultura familiar despontou em meados da década de 1990, em meio a dois processos importantes, com aspectos sociais e políticos marcantes. O primeiro deles, no campo político, a expressão foi incorporada como uma categoria-síntese pelos movimentos sociais rurais²⁷, capitaneados pelo sindicalismo

²⁷ São formas de organização socioterritorial de camponeses ou agricultores familiares sem terra e de trabalhadores rurais assalariados que lutam pelos direitos a terra, por emprego e/ou por melhores condições de trabalho e salário (Fernandes, 2005).

rural ligado à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Nesse período (1980-1990) houve uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram algumas formas de manifestação política que duram até hoje. Sobre o contexto, Schneider (2003, p. 100) destaca que, diante

[...] dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época – impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação –, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais.

O segundo processo relacionado é a afirmação, no cenário social e político brasileiro, da agricultura familiar, a partir da sua legitimação por meio do Estado Nacional que consolidou, em 1996, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa, que surgiu como resposta às pressões do movimento sindical rural, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais.

Após o surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, especialmente nas regiões Sul e Nordeste, passou a defender um comprometimento maior do Estado com propostas que atendessem essa categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas específicas (Schneider, 2003).

Alguns estudos acadêmicos e outros elaborados por órgãos de Estado e organizações internacionais tiveram papel relevante na afirmação da categoria agricultura familiar no país nas últimas décadas. Primeiramente, cabe salientar que a emergência da noção de agricultura familiar não apenas substituiu o termo “pequena produção” por outro equivalente, mas promoveu um deslocamento teórico e de sentido sobre o que representa este segmento de agricultores (Picolotto, 2014). Tal deslocamento refere-se tanto à mudança de abordagem teórica acadêmica, quanto à conceituação política, na adoção de estratégias de valorização social e econômica desse tipo de produção.

O Estado brasileiro reconheceu a existência da Agricultura Familiar, no final do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), por meio da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tratava das questões relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária, e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que era responsável pelas atividades agropecuárias empresariais (do chamado “agronegócio”) (Picolotto, 2014).

Segundo Leite *et al.* (2007), esse reconhecimento foi tenso e conflitivo porque embora esses dois tipos de agricultura não sejam independentes em sua dinâmica, são portadoras de

propostas antagônicas para o desenvolvimento rural do país. Em vista disso, o MDA, mesmo não sendo o único responsável pelas políticas para o segmento da agricultura familiar, desde a sua criação acabou concentrando boa parte das ações direcionadas a este segmento social.

A abordagem da agricultura familiar (AF) é utilizada em vários países do mundo. Dada a importância que tem a AF na produção de alimentos, geração de empregos e renda, 2014 foi escolhido como seu ano pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (Macedo, 2014), merecendo destaque em agendas de organizações públicas do mundo.

No entanto, não existe uma definição universal para agricultura familiar e, em alguns países, os critérios para sua delimitação são variados no que se refere ao tamanho da propriedade e aos diferentes níveis de renda e produção, o referencial básico para todas elas diz respeito à sua organização, estritamente estruturada sob o trabalho e gestão familiar.

No Brasil há uma definição legal, desde 2006, que determina o pertencimento ou não de uma produção agrícola ao contexto familiar. Essa definição, contida na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece que: agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento (Brasil, 2011b); IV – Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Esses critérios foram estabelecidos em função do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que disponibiliza crédito de custeio e de investimento para pequenos produtores rurais com juros mais baixos do que os aplicados aos demais tipos de produtores. Para ter acesso ao programa, o produtor precisa apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida pelas instituições autorizadas pelo governo federal. É esse documento que reconhece, do ponto de vista legal, o caráter familiar da propriedade (Macedo, 2014).

Para Picolotto (2014), essa definição de agricultura familiar, embora semelhante à definição elaborada em 1994 e usada pelo Pronaf, apresenta algumas diferenças fundamentais, e

[...] indica que a renda deve ser predominantemente de atividade vinculada ao estabelecimento (eliminado a necessidade de 80% de a renda ser da atividade agropecuária) e elimina a exigência de residência na propriedade ou em povoado próximo. Em relação aos grupos sociais que são beneficiários, tanto o Pronaf quanto a Lei inclui como beneficiárias categorias sociais rurais que vivem e trabalham em situações análogas à agricultura familiar, tais como: silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores (Picolotto, 2014, p. 77).

O objetivo da Lei era fortalecer as bases legais para o reconhecimento da Agricultura Familiar como segmento econômico e de trabalho.

4.4 Divisão dos “papéis” de gênero no campo

Até o século XIX²⁸, o mercado de trabalho se dividia, basicamente, em esfera pública (quase que exclusiva aos homens, provedores do lar) e privada (reservada às mulheres, responsáveis pelos cuidados com a casa e com a família). Nesse período, o trabalho valorizado social e economicamente era apenas o produtivo atribuído aos homens, enquanto o trabalho reprodutivo, legado às mulheres, era visto como complementar e, por isso, não era remunerado. Esse modelo social que vigorou por séculos – e ainda vigora – possibilitou a construção de relações desiguais entre os homens e mulheres, deixando-as em posição de invisibilidade e dependência (Fontoura; Araújo, 2016).

A esfera da vida privada foi sempre o lugar da privação, não apenas em referência à privacidade ou intimidade, mas sim no sentido da restrição sustentada em uma relação social baseada na divisão sexual do trabalho, que guarda heranças da hierarquia patriarcal, na qual há uma explícita superioridade masculina em relação às mulheres. A opressão feminina foi introjetada como atributo de identidade, onde o sentido da sua existência definia-se em depender e servir ao outro, em relação de pertencimento recompensada pela proteção de um senhor, na qual as mulheres tornavam-se isentas de responsabilidades sobre si próprias (Arendt, 1988).

No contexto do trabalho rural, a diferenciação entre os gêneros é observada a partir da divisão do trabalho na propriedade, onde os homens jovens e adultos ocupam-se com tarefas externas à casa, como a lida com os animais de grande porte (bovinos e equinos) e com o maquinário, com as atividades de plantio e colheita, enquanto que as mulheres cuidam, majoritariamente, das tarefas domésticas, de manutenção e produção da horta e do tratamento de animais de pequeno porte (aves e caprinos). São as mulheres também as responsáveis pelo beneficiamento de alimentos provenientes da produção agropecuária, tais como queijos, doces,

²⁸ Podemos afirmar que essa realidade ainda existe, já que grande parte da sociedade ainda reproduz essa ideia de “lugar de mulher”. A alocação das horas no trabalho remunerado e não remunerado influenciam fortemente nas diferenças de papéis sociais e de poder desempenhados por mulheres e homens. Há uma injusta distribuição de tarefas domésticas e de cuidados que são refletidas no mundo do trabalho e que devem ser mais bem compreendidas (Fontoura; Araújo, 2016).

pães e bolos, para o consumo familiar e, em alguns casos, para agregação de valor à produção (Soares; Sabóia, 2007).

De acordo com o trabalho de Pastore (2005), na década de 1990 houve um aumento significativo da participação geral da mulher no mercado de trabalho, atingindo a marca de 40% do total de trabalhadores no Brasil. No entanto, essa entrada massiva no mercado de trabalho não representou uma diminuição na desigualdade de gênero. Segundo a autora, o emprego para mulheres ainda estava concentrado em um número reduzido de atividades, menos especializadas e com menor remuneração.

Mesmo que tenha ocorrido uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho formal e remunerado, o espaço doméstico permanece, em grande parte das famílias, sob a responsabilidade das mulheres, o que representa para elas uma sobrecarga, com jornadas duplas ou triplas de trabalho.

No espaço rural, essa realidade se repete, pois, mesmo participando das atividades produtivas da propriedade ou do lote, elas ainda são responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidados com a família, além da responsabilidade reprodutiva. Sobre essa sobreposição de atividades de trabalho, Pastore (2005, p. 6) afirma que a

[...] participação feminina toma outra conotação com especificidades próprias em relação aos processos de trabalho que, geralmente, envolvem mão de obra familiar no desenvolvimento das atividades. As mulheres participam em todas as atividades, dependendo da quantidade de membros da família disponibilizados para as atividades agrícolas. As mulheres, mãe e filhas, têm por responsabilidade as atividades ditas domésticas, o que não as ausenta das atividades na agricultura, ao contrário, elas conciliam as duas atividades permanentemente.

Ainda que apoiadas nessa realidade, não desconsideramos que, na conjuntura de algumas famílias, os homens também participam das atividades domésticas, mas a realidade é que essa divisão não é homogênea e nem acontece em todos os lugares.

Assim, do mesmo modo que o trabalho da mulher nas atividades produtivas é considerado como “ajuda”, a participação do homem no âmbito do espaço doméstico tem essa mesma conotação. Implica também nessa realidade, o nível de escolarização dos homens e mulheres do grupo familiar²⁹, além de outros fatores sociais, como o padrão ocupacional, afetivo e hierárquico nas relações. Especialmente no meio rural, essa separação de atividades

²⁹ Como a abordagem da pesquisa está direcionada ao contexto da Agricultura Familiar em assentamentos de reforma agrária, não nos aprofundaremos nos dados sobre a escolaridade das assentadas e assentados. De modo geral, conforme dados de autores como Soares e Sabóia (2007, p. 16), os homens que realizam afazeres domésticos “[...] são os mais escolarizados (54%), enquanto que para as mulheres ocorre o inverso”.

promove, mesmo que de forma involuntária, certa “naturalização” da divisão sexual do trabalho (Soares; Sabóia, 2007).

Sobre o conceito de divisão sexual do trabalho, nos orientamos com a definição de Hirata e Kergoat (2007), que o apresenta como uma forma de divisão do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos, colocando-o como um fator primordial para a manutenção dessa relação.

Essa forma de divisão foi moldada social e historicamente. A característica mais marcante é a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como consequência, ocorre uma apropriação pelos homens das funções com maior valor social agregado, tais como: religiosas, políticas, militares etc.

Esse conceito de divisão sexual do trabalho é o mais reproduzido de modo geral. No entanto, essas mesmas autoras avançam no plano conceitual e complementam a partir de dois princípios:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Até mesmo o grande estudioso da produção camponesa, Alexander Chayanov, ao analisar, em seus estudos realizados na Rússia do início do século XX, dados que demonstravam um tempo de trabalho muito maior dos homens em comparação com as mulheres, descreveu que uma

[...] grande parte do trabalho do homem é empregada nas atividades artesanais, comércio e agricultura. A força de trabalho da mulher se utiliza de forma predominante no trabalho doméstico. Em geral, a mulher trabalha mais do que o homem, mas seu trabalho não é tão duro. Os adolescentes trabalham menos dias que os adultos. A distribuição de seu trabalho nos setores da fazenda é de acordo com o sexo; em geral, os jovens se ocupam mais da agricultura e as jovens dedicam muitos dias ao trabalho doméstico (Chayanov, 1985, p. 210).

Com os dados e informações que temos atualmente, é possível considerar que essa narrativa de Chayanov seguiu a lógica do trajeto histórico que constituiu grande parte das relações sociais e de trabalho entre os sexos e que, de modo geral, perpetua essa interpretação de que as mulheres estão legadas a atividades “mais leves”, que compensariam o tempo extra de trabalho desenvolvido por elas.

A perspectiva de Silva e Schneider (2010) considera que, no Brasil, boa parte dos estudos que abordam a mulher rural tende a considerá-la dentro da unidade produtiva, como trabalhadoras sem remuneração, cujo trabalho é pouco valorizado.

Nessa direção, Rossini (1988) indica que, no meio rural, são as dificuldades econômicas pelas quais passam as famílias que delimitam a inserção e a participação da mulher e das crianças na atividade produtiva. O trabalho fora do espaço doméstico leva a mulher a um “sobretabalho” significativo, representado nem só pelas atividades produtivas, mas pelas atividades reprodutivas, relacionadas à alimentação, educação, limpeza, reprodução dos princípios inerentes à família, à cultura e ao meio rural em geral sintetizadas como trabalho doméstico³⁰.

O resultado desse acúmulo de tarefas é um tempo de repouso da mulher significativamente menor que o do homem, o que gera uma sobrecarga física e emocional para as mulheres.

Assim, a inserção social diferenciada de homens e mulheres tem sua origem e se legitima na divisão sexual do trabalho que, simultaneamente, distingue os trabalhos que são próprios aos papéis, ritmos e espaços de gênero, que os hierarquiza e lhes atribui valores diferenciados e estigmatizados, a saber: “Homem que manda é líder. Mulher que manda é mandona”, diz o senso comum. Assim, certos trabalhos são associados aos homens e, portanto, simbólica e materialmente valorizados, e outros, destinados às mulheres, são considerados socialmente inferiores. Para os primeiros, há uma plasticidade ou mobilidade maior de usos do tempo, enquanto para as mulheres, a dimensão rotineira e repetitiva, embora haja uma multiplicidade de ações que caracteriza o trabalho doméstico, não lhes é permitida tal flexibilidade (Bandeira; Preturlan, 2016, p. 49).

A categoria trabalho, remunerado ou não, sempre foi pauta de debate do movimento feminista. Diante disso, reconhecer como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pelas mulheres no lar e nas pequenas propriedades agrícolas é o melhor caminho para torná-las visíveis e mais valorizadas (Paulilo, 2003).

No entanto, cinquenta anos depois da inserção da mulher no mercado de trabalho formal e remunerado, parece não ter sido tempo suficiente para enraizar socialmente o reconhecimento dessa categoria, pois o trabalho da mulher ainda é tema central dos movimentos feministas, especialmente nos países periféricos como o Brasil.

Outro debate constante que houve no interior das organizações de agricultores e agricultoras foi para o reconhecimento da profissão de agricultora, visando garantir os direitos da mulher sobre a propriedade e os recursos monetários e na tentativa de desmistificar a ideia

³⁰ “[...] um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado de pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – envolve o trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (Hirata *et al.*, 2009, p. 259).

de que ser agricultora era uma posição de inferioridade, algo atrasado, o que fez com que muitas trabalhadoras do campo se identificassem por um período como “do lar” (Pastore, 2005).

O processo de construção de uma nova identidade para a mulher rural não foi simples, nem tão pouco rápido. Conferir às mulheres o *status* de trabalhadora com maior visibilidade e participação na produção, que não fosse entendida apenas como um prolongamento das atividades domésticas e como ajuda, foi resultado de muito debate e participação social (Pastore, 2005; Silva; Schneider, 2010; Bandeira; Preturlan, 2016; Moreira, 2017).

É preciso considerar que existem múltiplos contextos e que esses eventos se alteram de cultura para cultura, e de acordo com as transformações pelas quais a sociedade passa, o que demonstra certa plasticidade na divisão sexual do trabalho, mas grande parte dos princípios iniciais a acompanham. Não tratamos nesse trabalho de um cenário rígido, muito pelo contrário, ao tratarmos de relações sociais, partimos do princípio que são mutáveis e adaptáveis a depender de fatores geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais.

4.5 Territórios de poder e gênero: empoderamento, liderança, protagonismo e participação social

Nos espaços urbanos ou rurais, como os que tratamos nesta pesquisa, que dizem respeito aos assentamentos de reforma agrária, os movimentos feministas têm se apropriado do termo empoderamento no tocante às relações de gênero e na luta contra a posição estabelecida socialmente de subordinação das mulheres em contextos específicos, em função de conquistar outros espaços.

As reivindicações dos movimentos feministas, especialmente, os das trabalhadoras rurais, sempre enfrentaram certa resistência por parte do Estado e da própria sociedade, o que destaca ainda mais as conquistas de muitas dessas demandas, ainda que, considerando as carências de muitas outras e a disparidade de direitos que ainda vigora entre homens e mulheres (Moreira; Dias, 2020). Nesse sentido, as associações e movimentos de mulheres têm a função de promover um *empoderamento* coletivo para dar consistência e visibilidade à sua luta.

O termo empoderamento possui um sentido polissêmico. Oriundo da língua inglesa e apropriado pelos movimentos sociais por direitos civis, ele é utilizado amplamente pelos movimentos feministas. Carvalho (2004, p. 1090) explica que

“*Empowerment*” é um conceito complexo que toma emprestado noções de distintos campos de conhecimento [...] tem raízes nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da “ação social” presentes nas sociedades dos países desenvolvidos na segunda metade do século XX. Nos anos 70, este conceito é

influenciado pelos movimentos de autoajuda, e, nos 80, pela psicologia comunitária. Na década de 90 recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social entre as quais a prática médica, a educação em saúde e o ambiente físico.

Assim, esse termo está diretamente ligado ao desenvolvimento de potencialidades, o aumento de informação e percepção para que haja uma participação real e simbólica que viabilize a democracia. A palavra *poder* é a gênese da construção do termo empoderamento e o seu conceito é muito aplicado às relações sociais. Contudo, enquanto na ciência política o termo poder é geralmente vinculado ao Estado Nação e ligado à dominação, opressão, abuso e autoritarismo; na proposta utilizada pelo feminismo, o termo representa emancipação e forma de resistência.

O educador Paulo Freire foi o primeiro a traduzir *empowerment* no Brasil. O termo foi criado pelo psicólogo norte-americano Julian Rappaport, que em 1977, transformou o verbo “*to empower*” (“dar poder”) no substantivo “*empowerment*”. A intenção era destacar a necessidade de dar às minorias oprimidas meios para que elas adquirissem autonomia e para o próprio desenvolvimento (Rui, 2020). Nesse sentido, o termo “empoderamento”, adaptação feita para o português, veio a calhar para os ideais do movimento feminista.

Para Sen (1998), empoderamento é o processo de ganhar o poder, tanto para controlar os recursos externos, como para o crescimento da autoestima e da capacidade interna. Na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; representa a superação de relações baseadas em valores patriarcais, especialmente a familiar. Apoderar-se é um desafio ao poder dominador do homem e a manutenção dos seus privilégios típicos da condição masculina, o que acarreta também na alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a subalternidade da mulher.

Diante disso, ganhar poder sobre si corresponde a uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e às violações (Moreira, 2016).

Os estudos feministas partem do pressuposto de que o empoderamento das mulheres é o caminho para a equidade de gênero, a partir da lógica que o primeiro passo deve ser o despertar sobre a discriminação de gênero: reconhecer que existe desigualdade entre homens e mulheres, indignar-se com a situação e querer transformá-la.

Para empoderar-se é necessário aposar-se do poder, e o poder é exercido a partir de territórios e das relações estabelecidas diante da apropriação do espaço por uma ação conduzida. Ao se apropriar ou ocupar um espaço concreto ou abstratamente, o ator/atriz o territorializa. O

território é também um espaço onde se projeta o trabalho, seja energia ou informação, e onde se revela relações marcadas pelo poder (Raffestin, 1993), como é o caso das relações de gênero.

Pensar em territórios de poder a partir do viés de gênero é considerar que os espaços, especialmente os públicos, considerados como locais de poder e fala, são restritos ao papel de provedor, construído e mantido pelo patriarcado³¹ como símbolo de dominação e controle.

Nessa lógica, pode-se observar que, apesar de mudanças sociais e das conquistas obtidas pelos movimentos feministas, ainda não se constitui como realidade a igualdade e a oportunidade de direitos entre os sexos, bem como não se mostra notadamente documentada a participação feminina em todos os espaços sociais em que se fazem presentes e com destacada atuação.

Alguns autores, como é o caso de Sen (2000), buscam evidenciar o papel das mulheres na reconstrução da cultura e transformação social. Ele enfatiza o papel ativo da condição de agente das mulheres para a promoção do bem-estar social:

O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção urgente. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do desenvolvimento com liberdade (Sen, 1998, p. 235).

A partir de uma constante quebra de paradigmas, a mulher foi alcançando espaços e aumentando sua participação no mercado de trabalho formal, passando a ocupar ou a ter cargos ou funções de liderança em empresas, em espaços político-partidários e nos movimentos sociais.

No entanto, a ascensão da mulher em posições de liderança é lenta, tendo em vista que ainda é uma realidade a existência de discriminação e preconceito aos estereótipos socialmente atribuídos às mulheres, como questões físicas (fraqueza, hipersensibilidade e emoção), e fatores ligados à maternidade (gestação e amamentação).

Essas associações fazem com que as mulheres tenham menor aceitação para postos de comando pela necessidade de se ausentar para “cuidar” da prole, ou por não ter habilidades mentais, físicas e emocionais necessárias para assumir funções políticas, cargos de gerência e administrativos. Para essas funções opta-se por características predominantemente atribuídas ao homem, como o pensamento lógico, o individualismo, a força e a racionalidade.

³¹ Saffioti (1999) apresenta o conceito de patriarcado como base da construção social do regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens em um tipo hierárquico de relação que está presente em todos os espaços sociais e que é uma relação civil e não privada. O patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres.

As restrições à participação vivenciada pelas mulheres em alguns âmbitos sociais e políticos não as imobilizaram, mas as despertaram para criar outras formas de inserção (Gonçalves, 2007). Isso aconteceu através do voluntariado, do sindicalismo e da militância em movimentos sociais, meios encontrados por muitas delas para superar lacunas presentes na sociedade, mobilizando as companheiras de luta para demandar providências do poder estatal e alcançar caminhos para que elas mesmas pudessem ocupar esses espaços de representação.

Em relação à participação política, a relação entre homens e mulheres é também hierarquizada. A própria dinâmica dessa atividade, do funcionamento dos partidos, linguagens e valores políticos reconhecidos são frequentemente feitos com base em modelos masculinos. Essas características impõem o espaço público e administrativo como próprio dos homens, sendo destinados às mulheres o espaço privado, geralmente como cuidadoras do lar e da família.

De acordo com Gonçalves (2007, p. 201-202), “[...] lideranças femininas que exercem o poder de forma eficaz contribuem para a desconstrução de estereótipos negativos relativos ao exercício de poder pelas mulheres”, mas as “[...] lideranças femininas que fracassam no exercício do poder contribuem para reforçar tais estereótipos” como se os homens não errassem. As mulheres têm competências para liderar, no entanto, o número de homens ocupando cargos de poder é bem maior em relação às mulheres, realidade esta que vem lentamente se transformando, resultado da pressão das mulheres para ocupar espaços de poder. A presença feminina no exercício da gestão pública é sinal de transformações sociais, como o aumento de políticas públicas e atenção às demandas específicas de gênero no contexto em que estão inseridas.

Em direção a essa perspectiva, uma das integrantes da pesquisa, **Nazaré** (56 anos), liderança feminina à frente da AMAS (Associação de Mulheres Assentadas), localizada no município de Mirante do Paranapanema, afirma que

[...] é uma necessidade a mulher está na política em todos os aspectos, na esfera municipal ou/e na estadual [...] o homem às vezes vê um todo, por cima, mas a mulher não, ela vê em cima, vê as coisas de modo mais pontual, ela chega em um ambiente e vê todos os cantos (Depoimento oral, julho de 2021).

No Brasil, há inúmeros registros da presença de lideranças femininas em movimentos, especialmente da igreja católica. Entre o final da década 1970 e de 1980, os marcos organizacionais para o engajamento feminino foram as Comunidades Eclesiais de Base e clubes de mães, e o mais atual, no qual as referências da atuação de mulheres são, além das comunidades, a Pastoral da Criança e a Pastoral da Mulher Pobre (Sader, 1988; Anjos, 2008). No contexto das mulheres rurais, a igreja católica também tem um papel muito importante

enquanto instituição organizada que articula a mobilização social, que culmina na ocupação de espaços de liderança.

Uma das principais demandas das mulheres rurais no país foi referente à ausência de documentação para a trabalhadora rural, que a impossibilitava de acessar as políticas de assentamentos rurais e as destinadas à agricultura familiar, uma realidade que vem sendo superada a partir do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), política importante para garantir a efetivação da cidadania e o acesso às políticas públicas para as mulheres no campo.

Outra demanda importante é a geração de renda e autonomia econômica. Muitas mulheres vivem amparadas no paradigma que prioriza o homem como chefe da família, o que as submete a uma situação de dependência masculina, do marido, pai ou irmão. O trabalho rural da mulher, nesse contexto, é invisibilizado economicamente (como tratamos anteriormente), pois, para ocupar os papéis de dona de casa e de ajudantes na roça, as mulheres não recebem remuneração ou reconhecimento, já que os espaços de poder e decisão são geralmente ocupados pelos homens.

Para modificar essa realidade, as mulheres adotaram a estratégia de constituição de Associações e Empreendimentos de Economia Solidária como alternativa para complementar os poucos recursos econômicos provenientes da atividade rural. No Pontal do Paranapanema, algumas dessas associações que contribuem de maneira efetiva para a melhoria da qualidade de vida das produtoras assentadas é a Organização de Mulheres Unidas (OMUS) (Imagem 1), localizada no Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana, São Paulo.

Imagem 1 – Fotografia da sede da Organização de Mulheres Unidas – OMUS



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023

Essa sede da associação foi conquistada a partir da luta das mulheres assentadas que ocuparam um lote, por meio de muito embate, e conquistaram também o direito de uso para a produção agrícola. Essas mulheres foram lideradas na ocasião por **Eunice** (63 anos) (Imagem 2), uma das pioneiras na luta pelos direitos das mulheres no território. De acordo com os relatos dela, a OMUS foi constituída em meados da década de 1980, de modo informal, diante do inconformismo com algumas práticas e da necessidade de superação da situação de pobreza que as famílias se encontravam no assentamento naquele período.

Imagem 2 – Eunice durante o grupo focal com as mulheres promovido na sede da OMUS



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023

Outra associação de mulheres importante no território é a Associação de Mulheres Assentadas (AMAS), em Mirante do Paranapanema, cuja sede recebeu o nome de “Dona Enaide Teixeira”, uma das precursoras na luta pela terra e pelos direitos das mulheres no Pontal. Já a AMAS, que também começou como um grupo informal de mulheres, no auge da implantação dos assentamentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema, em 1996, surgiu com o objetivo principal de lutar pelos direitos básicos, como saúde, educação e habitação. Com essa finalidade, ela se tornou uma das responsáveis pela criação e ampliação da Escola São Bento, pela instalação do posto de saúde, do Acessa São Paulo e de outras benfeitorias para os assentamentos da localidade.

Painel fotográfico 3 – Sede da Associação de Mulheres Assentadas – AMAS



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021

De acordo com um trecho do discurso de inauguração da AMAS, escrito por Rosa (67 anos), assistente social do ITESP³² (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) desde o período do início da política de assentamentos rurais no Pontal, a AMAS nasceu da luta de mulheres acampadas, que pleiteavam por justiça social, pelo direito à terra, pelo direito à vida, pelo direito de morar, trabalhar e sustentar suas famílias.

Imagem 3 – Nazaré, presidente da AMAS, na frente da entidade



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021

Assim como no espaço urbano, o espaço rural ainda é de domínio masculino e, portanto, propiciar igualdade de direitos e visibilidade nesse espaço é parte de uma luta árdua, que propõe ruptura com a estrutura patriarcal prevalecente. Os movimentos de mulheres têm ampliado as discussões sobre a importância da participação da mulher no espaço público e o empoderamento

³² A Fundação ITESP é responsável pela execução da política agrária e fundiária do Estado de São Paulo, com a implementação de projetos de assentamentos rurais em terras públicas paulistas e com serviços de assistência técnica e extensão rural.

é o meio de legitimar a ação política na qual elas são as principais atrizes. Protagonistas na luta por fazer desmoronar os mecanismos de subalternidade feminina.

A presença e a atuação dessas mulheres e dos espaços e entidades que representam é fundamental para os territórios, a partir de ações que possibilitam o desenvolvimento territorial e a atenção às suas demandas. No que diz respeito à influência da atuação das mulheres nas entidades – a primeira delas é a conquista do direito a ter direitos, participar dos espaços, ter acesso ao espaço político e às políticas públicas, poder associar-se, sindicalizar-se, formar e trabalhar nos grupos de produção, saber dos seus direitos e denunciar abusos e ganhar autonomia econômica.

Não se muda uma sociedade apenas com a participação em uma escala micro do plano local, mas é a partir desse plano que se dá o processo de transformação coletiva. É na espacialidade de um dado território, que se concentram energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder específico daquela região; no lugar, onde essas experiências ocorrem, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se sustenta da solidariedade como valor humano.

Em função disso, à escala do Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, podemos compreender, como se dão às relações em que se considera o protagonismo das mulheres para a transformação social e o desenvolvimento territorial em outros recortes do país. O território do Pontal do Paranapanema possui suas singularidades: históricas, geográficas, sociais e econômicas e considerá-las na análise é parte importante para uma aproximação mais fidedigna possível da realidade socioespacial que nele coexiste. Contudo, para fazer essas aproximações precisamos imergir um pouco mais na trajetória desse território que se tornou instrumento de planejamento territorial no país, mas que possui na sua própria configuração histórica traços que representam muitas desigualdades, apropriação indevida, destituição dos povos indígenas e do meio ambiente.

5 A POEIRA DAS GAVETAS QUE ABRIGARAM OS “GRILOS” FUNDADORES DO PONTAL DO PARANAPANEMA: ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS RURAIS E A PARTICIPAÇÃO FEMININA



Região desfavorecida administrativamente e por isso, porção pouco explorada do território brasileiro, o Pontal do Paranapanema por muito tempo foi considerado um desafio para o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo. A ocupação dessa porção, até então desconhecida nos sertões do estado de São Paulo, foi constituída a partir de processos questionáveis e marcados pela violência: o extermínio das populações indígenas, a destruição do meio ambiente e a grilagem de terras. Para melhor entender o contexto fundiário que envolve esse território é preciso fazer um apanhado histórico, mesmo que breve, que justifique tantos embates.

O extermínio das populações indígenas teve início a partir da chegada dos primeiros colonos, ainda no início do século XX. Segundo Monbeig (1984), a ocupação do extremo oeste do estado de São Paulo, pela frente pioneira, representou a destruição do território indígena. De acordo com Borges (2004), foram encontrados apenas vestígios de que três nações indígenas teriam habitado o Vale do Paranapanema por volta de 1886, os Caingangue, conhecidos como coroados, os Chavante e os Caiyuá, em maior número. Os ataques dos jagunços aos indígenas, desarmados, foram extremamente violentos, a ponto de demandar intervenção dos governos

federal e estadual, por meios de expedições exploratórias, incapazes de resolver os problemas do lugar (Esquerdo; Bergamasco, 2014).

O processo de devastação do meio ambiente foi tão agressivo quanto o que dizimou as populações indígenas da região. Conforme destaca Leonidio (2009, p. 41), não foram

[...] apenas os posseiros e os índios as vítimas desse genocídio. Como corpos robustos e centenários, muitas árvores tombaram ao golpe do machado e à investida das caixas de fósforos. Paralelamente, ao introduzir novas culturas sobre os cadáveres vegetais das antigas florestas – principalmente no caso da monocultura do café e da criação de gado –, os impactos sobre o ecossistema original daí resultantes contribuíram, em certa medida, para desarticular o modo de produzir e a própria reprodução da vida dos antigos habitantes da região.

Enfim, o terceiro e não menos agressivo processo que ocorreu desde o início da formação do Pontal foi a grilagem de terras. De modo simplificado, a dinâmica de grilagem acontecia da seguinte forma: a princípio, o grileiro arrendava as terras, para assim legitimar a posse das mesmas. O passo seguinte era expulsar as famílias de posseiros da área; caso houvesse resistência, surgia a figura do jagunço, que a partir do uso de violência, desocupava a área (Almeida, 1993). A grilagem das terras do Pontal do Paranapanema tem registros desde a segunda metade do século XIX, o que facilitava essa prática no período era a falta de legislação adequada sobre a propriedade da terra no Brasil.

O documento utilizado nessa época, como declaração de posse das glebas de terras, era uma escrituração registrada em livros de paróquias e reconhecidas pelo próprio pároco e assinadas pelo interessado, ou por um procurador e algumas testemunhas. A legitimação das terras em nome do interessado era feita a partir do reconhecimento desse termo de posse, desde que houvesse uma lavoura efetiva e moradia estabelecida, critérios estabelecidos no Regulamento da Lei de Terras de 1850³³. O termo de posse também estabelecia os limites do terreno (Leite, 1998).

A grilagem na região ocorreu por meio de registros forjados de duas grandes glebas de terras a partir da formação da fazenda Pirapó-Santo Anastácio e a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy. No ano de 1856, seis anos depois da Lei de Terras de 1850, Antônio José Gouveia teria registrado a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, na Paróquia de São João Batista do Rio Verde, no município de Itaporanga, junto ao Frei Pacífico de Monte Falco. Nesse documento

³³ “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara” (Brasil, 1850).

Gouveia declarou morada nas terras desde 1848 (Esquerdo; Bergamasco, 2014; Sobreiro Filho, 2012; Leite, 1998; Almeida, 1996).

A posse da outra gleba, denominada Fazenda Aguapeí, pertencia a José Teodoro de Souza, foi adquirida junto ao pároco Modesto Marques Teixeira, da paróquia da Vila de Botucatu. Essas duas propriedades são o marco inicial dos conflitos fundiários do Pontal (Almeida, 1996).

Essa grilagem deu origem a outros “grilos” subsequentes, tornando a compra e venda de terras nessa região um processo questionável. A ocupação efetiva das terras no território até então conhecido como “sertões” aconteceu no início do século XX, marcada pela construção da Estrada de Ferro Sorocabana. Segundo Feliciano (2009, p. 223):

Antes da construção da linha férrea, iniciada em 1889, na Vila de Botucatu, e estendida até as barrancas do Rio Paraná, em Presidente Epitácio, décadas foram dedicadas ao aperfeiçoamento de técnicas e estratégias de grilagem de terras, fazendo com que a região do Pontal do Paranapanema se configurasse até a atualidade em um emaranhado de títulos e escrituras sem nenhum amparo legal.

A ocupação violenta do Pontal do Paranapanema foi facilitada pela negligência do Estado, que fazia vista grossa para o que estava acontecendo na região, sem agir de modo a pôr fim às irregularidades na ocupação das terras devolutas, à violência contra os posseiros e indígenas e à grilagem que acontecia, por meio de documentação forjada, a partir de medições “extraordinárias” (Esquerdo; Bergamasco, 2014)

Segundo Fernandes *et al.* (2003), os grileiros dominaram por um século as terras devolutas no Pontal, grilando aproximadamente um milhão de hectares. Desse modo, até o ano de 1890, não aconteceu por parte do governo da província e, posteriormente do estado de São Paulo, nenhuma ação que dificultasse as irregularidades na posse das terras. Na tentativa de retomar a posse das terras e proteger as florestas, na década de 1841, o governador do estado de São Paulo, Fernando Costa, criou a Reserva Florestal Morro do Diabo. Além desta foram criadas ainda, a Reserva Lagoa São Paulo e a Reserva do Pontal do Paranapanema, mas os grileiros conseguiram destruir essa última. Apenas a Reserva do Morro do Diabo não foi totalmente devastada (Fernandes, 1999).

A implantação da Estrada de Ferro Sorocabana teve um papel importantíssimo para o povoamento da região. Até a metade do século XX, a grande maioria dos municípios e distritos do Pontal do Paranapanema se desenvolveram nos arredores dos trilhos da ferrovia. O governo federal e o estadual estimularam, na época, a ocupação das terras para o plantio de café, além da extração de madeira (Souza, 1994). De acordo com Leite (1998), os trilhos da ferrovia só chegaram à região, mais precisamente em Presidente Prudente, em 1917.

O transporte ferroviário foi essencial para o povoamento do Pontal. Por ser considerado um “sertão desconhecido”, havia a necessidade de escoar a produção de café até o porto de Santos e, por isso, a Ferrovia ocupou um papel decisivo nesse período. De acordo com Sobreiro Filho (2012), com a crise da cafeicultura em 1929, esse panorama mudou e na década de 1940, acentua-se na região o processo de desmatamento e ocupação agrícola para a implantação de fazendas dedicadas à criação de gado.

5.1 Origens dos assentamentos e acampamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema

Seguindo a trajetória histórica de usos e abusos na ocupação do território, muitas fazendas foram erguidas a partir da exploração do trabalho de posseiros e/ou de migrantes, ludibriados com a promessa de que, posteriormente, poderiam produzir em parte da área, mas depois que o trabalho (geralmente de desmatamento) era concluído, esses trabalhadores eram expulsos e, em alguns casos, até mortos pelas mãos de jagunços. A esse respeito, Esquerdo e Bergamasco (2014, p. 6-7) relatam que, ao ocorrer

[...] o povoamento da região do Pontal, os posseiros e sitiantes inicialmente foram expulsos das terras pelos grileiros que ali chegavam. Entretanto, num outro momento, esses ex-posseiros e sitiantes voltaram à cena como trabalhadores das fazendas, na condição de arrendatários. Durante as décadas de 1960 e 1970 a situação se inverteu, pois, esses sujeitos tornaram-se novamente posseiros, formando as glebas no centro das fazendas e dando um novo teor ao processo de lutas.

Essa falsa ideia de “terra de ninguém” que rondava o imaginário de quem pleiteava terras no sertão do Paranapanema, trouxe muitos aventureiros e pessoas em busca de trabalho e oportunidades. Seguindo a lógica fundiária que faz parte da história desse país, não havia conjuntura de produção e prosperidade para todos. E esse cenário se tornou palco de novas lutas, agora por reforma agrária. Desse modo, os primeiros movimentos de trabalhadores rurais que despontaram no Pontal, ainda na década de 1960, estavam envolvidos em um movimento local, de luta pela terra e não pela questão nacional da reforma agrária.

Diante do que relata Fernandes (1999), entre as décadas de 1960 e 1980, diversas lutas se desenvolveram nessa região, que era cenário de importantes conflitos que ocorriam no estado de São Paulo. Um desses conflitos aconteceu no início da década de 1960, no município de Estrela do Norte, onde aconteceu um violento conflito entre parceiros, arrendatários e o latifundiário da Fazenda Rebojo, que só teve fim após a desapropriação da fazenda em 1964.

Esquerdo e Bergamasco (2014) acrescentam que o estopim desse conflito foi a recusa de posseiros e pequenos arrendatários em deixar as terras que ocupavam há vinte anos, para o fazendeiro João Diniz Alves. Diante da proporção que tomou o conflito, o Governo Federal optou pela desapropriação da fazenda e, em 1967, a área foi legalizada para a implantação de um projeto de implantação de assentamento rural.

No Pontal do Paranapanema, durante um século, os latifundiários garantiram seu jugo sobre as terras devolutas³⁴, estimando-se que houve a grilagem de um milhão de hectares. No período de 1990 a 2000, os sem terra realizaram 335 ocupações, conquistando cerca de cem mil hectares, revelando os “grilos” famosos do estado de São Paulo. Na década de 1990, os inúmeros confrontos entre latifundiários e sem terra, transformaram o Pontal em uma das regiões com o maior número de conflitos por terra do Brasil. A pressão do MST levou o governo estadual a desapropriar as áreas ocupadas e desafiou os latifundiários – grileiros (Fernandes; Ramalho, 2001).

De acordo com Esquerdo e Bergamasco (2014), desde a década de 1980, outros conflitos já aconteciam na região em decorrência das expropriações de trabalhadores rurais para a construção de usinas hidrelétricas, já que a região possui grande potencialidade hídrica. A construção de barragens de usinas hidrelétricas na região do Pontal do Paranapanema ocorreu a partir da década de 1970, por meio da CESP (Companhia Energética de São Paulo), integrada ao “Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema”. O objetivo desse Programa foi a dinamização da região, a partir da implantação de hidrelétricas e de usinas de açúcar e álcool.

A questão é que, alguns anos depois, os investimentos para as obras diminuíram, desacelerando as construções das usinas hidrelétricas e dispensando mão de obra, o que agravou o cenário de desemprego, gerando ainda mais conflitos em torno da questão da terra. Outro aspecto importante é que, para a construção dos lagos das usinas hidrelétricas, a população ribeirinha que residia era deslocada para outra área, causando descontentamento geral, e criando um novo grupo de excluídos e marginalizados no Pontal.

A situação de expropriação e marginalização dos trabalhadores criou no Pontal do Paranapanema, três frentes de lutas sociais no campo – o dos assalariados, o dos posseiros e o dos sem terra, como definido por Martins (1985). Os assalariados lutavam em prol de assegurar seus direitos trabalhistas, até então descumpridos pela maior parte dos fazendeiros. Os

³⁴ “Espécie de terra pública visto que a aquela que em nenhum momento integrou o patrimônio particular, ainda que esteja irregularmente em posse de particulares. [...] a palavra devoluta, dentro de sua semântica, inclui o conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao estado” (ITESP, 1988, p. 37-38).

posseiros, que ocupam a terra sem nenhum título legal, pretendiam sua regularização e manutenção na terra ocupada. Lutavam contra o favorecimento dos grandes. “A luta do posseiro se dá no âmbito da legitimidade e opõe o legítimo ao legal: pretende a modificação da própria lei para a consagração de sua legitimidade” (Andrade, 2008, p. 135).

Já os sem terra são classificados em dois grandes grupos: o primeiro, composto pelos atingidos por barragens das usinas hidrelétricas; e um segundo grupo composto por lavradores que não possuíam terra. O grupo dos que foram desalojados de suas terras para a construção das barragens das usinas hidrelétricas lutava pela compensação dos danos que sofreram. Essa população constituída, antes, de agricultores de vazantes e pescadores, majoritariamente posseiros, entraram em conflito com as grandes concessionárias de energia. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é o que melhor representa esse grupo (Andrade, 2008).

O segundo grupo dos sem terra é formado por lavradores sem terra própria: meeiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários e parceiros. Esse grupo contou com forte apoio da Igreja Católica e da Comissão Pastoral da Terra. A centralidade da sua luta está no questionamento do latifúndio, do uso da terra e do cumprimento de sua função social. O principal movimento representativo desse grupo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Andrade, 2008).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu no Brasil no contexto político do final da década de 1970, na região centro-sul, e aos poucos foi se territorializando pelo país, motivado pela luta e resistência dos trabalhadores contra a expropriação e a expulsão dos trabalhadores de suas terras e contra a exploração do trabalho assalariado (Laureano, 2007). Sobre a origem do movimento, Caldart (2012, p. 105) discorre que o

[...] MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Esse encontro teve participação de trabalhadores rurais de doze estados, onde já se desenvolviam ocupações ou outras formas de resistência na terra, bem como de diversas entidades que se colocavam como apoiadoras ou, em alguns casos, articuladoras dessas lutas.

Sobreiro Filho (2012) destaca que, no Pontal do Paranapanema, o MST não é o precursor das lutas, contudo algumas lutas marcaram a experiência do movimento na região. Um exemplo é a disputa pela fazenda Primavera, que teve grande importância no sentido da criação e articulação de um movimento que viria a se tornar o MST. O relato oral de uma das integrantes da pesquisa, em campo, **Eunice**, 61 anos, agricultora, ex-boia fria, que participou desde o início das ocupações de terras no território, relata que quando chegaram em 1983, “[...] *não existia MST, existia Pastoral da Terra, né, que era os padres, quando o MST entrou aqui na XV, nós*

já éramos assentadas”, e em “[...] 13 de julho de 90, o MST começa a luta pela terra, que eu acredito que no Pontal, começou aqui” (Depoimento oral, agosto de 2021).

A Igreja Católica passava, nesse período, por uma profunda transformação, a partir da qual era cada vez maior o envolvimento dos religiosos com a realidade dos trabalhadores rurais, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). De acordo com Fernandes (2000), a CPT foi articuladora de diferentes experiências para a formação de uma nova identidade no campo.

Ainda no período da Ditadura Militar, os setores progressistas da igreja católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³⁵ – grupos ligados às milhares de paróquias católicas espalhadas por todo o país –, conferiram a esse movimento unidade e força política. As diretrizes de ação da Igreja naquela época caminhavam para a organização da sociedade civil.

No documento da II Conferência Geral do Episcopado, que aconteceu em Medellín, Colômbia, em 1968, o capítulo III, dedicado à Justiça, traz o seguinte direcionamento: indica que toda a população, especialmente as classes populares, deve ter uma participação ativa, criadora e receptiva, na construção de uma sociedade mais justa (Nóbrega, 1968; Fernandes, 2000).

Motivados pela necessidade de acesso à terra e pela situação de abandono em que se encontravam, em 1983, os trabalhadores expropriados e marginalizados fizeram uma grande ocupação, no dia 15 de novembro, nas fazendas Tucano e Rosanela. Esse acampamento reuniu aproximadamente 350 famílias, sendo grande parte constituída de trabalhadores e desempregados das usinas hidrelétricas, reivindicando essas áreas (Esquerdo; Bergamasco, 2014).

Sobre esse fato, Fernandes (1999) acrescenta que, no dia 23 de novembro, essas famílias foram despejadas das fazendas, e foi a partir dessa ação que se formaram os acampamentos 15 e 16 de novembro, localizados às margens da rodovia SP-613, que liga Teodoro Sampaio a Euclides da Cunha, Rosana e Primavera. Com o passar dos dias, esses acampamentos foram aumentando, uma vez que havia um boato de que o Estado faria doação de terras na região.

De acordo com Andrade (2008), o primeiro assentamento no Pontal surgiu dessa ocupação. O assentamento Gleba XV de Novembro foi implantado na gestão do governador Franco Montoro (1983-1987), no ano de 1983, sob intensa pressão, decorrente de uma grave crise de desemprego. O assentamento Gleba XV de Novembro está localizado em parte do território do município de Rosana e Euclides da Cunha Paulista.

³⁵ As Comunidades Eclesiais de Base surgiram a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e nas Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín, em 1968, e Puebla, em 1979 (Nóbrega, 1968).

Nesse assentamento foram assentadas 572 famílias, em um total de 13.309, 8 hectares de terra, por meio de uma ação inédita de desapropriação estadual, como discorre **Eunice** em sua narrativa:

Ficamos em acampamento, nós fizemos a ocupação no dia 15 de novembro de 83 (1983), lá na fazenda Rosanela, lá perto da reserva, lá no Morro. Depois viemos para o canteiro da CESP e no dia 24 de julho de 1984, viemos para a provisória, a Gleba XV, mas lá na Santa Terezinha, era uma fazenda que foi emergencial. Aí, quando foi no dia 11 de outubro, a gente mudou pra definitiva, que é pro lote que temos hoje (Depoimento oral, agosto de 2021).

A ocupação é uma das principais estratégias utilizadas pelo MST como ferramenta de mobilização para alcançar a desapropriação de terras. Um grande estudioso do tema da Reforma Agrária, Bernardo Mançano Fernandes sintetiza essa ideia com a afirmação de que a ocupação foi o que deu vida à luta pela terra, sem ela o MST não nasceria e sem ela morre (Fernandes; Stédile, 1999). Para quem olha de fora, os acampamentos apresentam-se como retratos da miséria, mas para o movimento, eles representam uma forma de comprometimento, é uma atuação política, com finalidade pré-estabelecida.

No Brasil, a luta pela terra é a principal responsável pela constituição da política de assentamentos rurais do governo federal. É a luta que pressiona os governos (federal e/ou estadual) para adotar ações que garantam o acesso à terra e à ocupação aos trabalhadores, sejam eles de origem rural, ou pessoas deslocadas do mercado de trabalho formal.

Especificamente, no Pontal do Paranapanema, os projetos de assentamentos têm sido implantados a partir de muita tensão e luta, em áreas devolutas do Estado. A maior parte delas foi obtida por meio de ações judiciais e reivindicação dos trabalhadores e trabalhadoras a partir da ocupação de terras. Sobre essa realidade, Gonçalves (2008, p. 18, grifo do autor) argumenta que a luta

[...] pela terra, é antes de qualquer coisa, uma luta contra o capital, acima de tudo, uma luta que visa a conquista de frações do território dominadas pelo capital, na tentativa de transformar esses territórios em locus de reprodução da agricultura camponesa, produzindo assim, uma nova configuração espacial. (Des)ordenando o processo social, o Estado age “resolvendo” os conflitos através de duas medidas centrais: a violência, cujo resultado direto é a desmobilização dos acampados/ocupantes, ou aplicando uma incipiente política de assentamentos rurais.

Para Fernandes (2001), as ações do Estado são paliativas e pragmáticas, sobretudo porque estão circunscritas aos municípios e regiões onde a luta pela terra acontece. Esse contexto mascara um processo de reforma agrária que deveria atingir a escala nacional, com a organização de assentamentos rurais com maior amplitude territorial e se concretizasse em uma

real distribuição de terra, que conseqüentemente culminaria na diminuição dos índices de concentração fundiária (Gonçalves, 2008).

Mesmo com todas as deficiências referentes à gestão do aparelho público, a presença dos assentamentos em áreas como a do território do Pontal do Paranapanema provoca uma nova dinâmica na configuração espacial e econômica dos municípios. Como definição de assentamento, concordamos com Carvalho (1998, p. 7):

[...] compreende o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais), com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais.

Os assentamentos rurais são, geralmente, caracterizados por momentos de ocupação de terras e períodos de acampamento na beira da estrada, sob barracas de lona, onde se vive em condições precárias. A conquista da terra representa para essas pessoas o surgimento de um novo território, em que se estabelece novas lutas para se ter uma moradia digna e condições para produzir, além de consolidar os direitos sociais almejados. Por envolver diferentes atores, relações e processos sociais, os assentamentos rurais possuem uma lógica complexa.

5.2 A identificação com o território e o protagonismo das mulheres no Pontal do Paranapanema

A vertente de gênero é um viés importante para ser analisada dentro da configuração das relações existentes dentro de um assentamento rural. A própria dinâmica do meio rural determina os estereótipos de gênero diante da dinâmica econômica e social das famílias e do assentamento. A participação das mulheres e das perspectivas em que estão inseridas nas lutas, por vezes é silenciada, com exceção dos casos em que elas se destacam por assumir posições de liderança. Mas, ao longo do próprio processo de luta pela terra no TC do Pontal do Paranapanema e em outros em escala nacional, alguns grupos e movimentos coletivos³⁶ de mulheres foram protagonistas, reivindicando espaços e alcançando conquistas que beneficiaram sua família e o próprio território.

³⁶ Referimo-nos como movimentos coletivos de mulheres as associações, cooperativas, ONG e demais entidades que possuam essa abordagem de gênero.

Analisar relações de gênero no meio rural, sobretudo no contexto da política de assentamentos rurais, é um meio de conhecer a realidade desse tipo de lote voltado para a agricultura familiar, para além da perspectiva socioeconômica, incorporando, no cotidiano desses espaços, as relações que são estabelecidas pelos membros daquele núcleo familiar, que predominantemente reverberam na esfera pública.

Conhecendo melhor a estrutura organizativa de um assentamento rural, percebe-se que alguns sujeitos ali inseridos, como mulheres e jovens, encontram-se oprimidos, com menos opções de geração de renda e de possibilidades de permanência no lote. Essa situação exige por parte dos órgãos públicos a criação de políticas públicas que assegurem a emancipação de todos os sujeitos (Moraes; Silva; Barone, 2011). Nesse processo, a luta pela terra apresenta-se como um território, onde se materializam relações sociais, próprias daquela realidade de acampamentos e assentamentos, que por si só já são os territórios de disputa.

Evidenciar a participação das mulheres na luta pelo acesso à terra, para destacá-las como participantes ativas no sistema de produção do lote, tem por objetivo demonstrar e reconhecer seus espaços e papéis sociais, em função de superar os que estão postos histórico e socialmente: o de reprodução e cuidado familiar dentro do meio doméstico, mas a intenção principal dessa pesquisa é elucidar como essas mulheres romperam essa “cerca”³⁷, elucidando o avanço delas para outros espaços em busca de direitos para as mulheres rurais, na escala do território do Pontal do Paranapanema.

Esse movimento de organização das mulheres rurais, iniciado na década de 1990, aconteceu em outras localidades do país, como parte da estratégia do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais, como descrito na pesquisa de mestrado (Moreira, 2017) desenvolvida pela autora no Território de Cidadania do Sisal, no estado da Bahia.

A análise das relações de gênero no contexto da divisão de trabalho nas áreas rurais revela que o trabalho da mulher rural é, em grande parte, restrito à escala doméstica e o trabalho rural é visto como complementar a essas atividades ou como ajuda aos companheiros ou familiares. Essa realidade indica desigualdades que se configuram também nos assentamentos de reforma agrária. No entanto, não pretendemos nos ater aqui aos espaços do lote, vamos analisar a perspectiva de organização social das mulheres como lideranças em associações presentes no território, que visavam inserir a perspectiva de gênero nos planos de ação para o desenvolvimento desse território e nas políticas públicas em geral.

³⁷ O conceito de território, para Ednalva (52), agricultora, está diretamente ligado ao limite do seu lote: “Território? No meu entendimento, é ali aonde tá marcado ali, na cerca de um lado, na cerca do outro, os quatro lados, o meio é meu, é meu território” (Depoimento oral, 13 de agosto de 2021).

Tendo em vista que as transformações culturais são lentas, pode-se considerar que esse processo permanece em construção. Sobre a inserção das mulheres na configuração estrutural do MST, Fernandes (2000, p. 38) afirma que as

[...] mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1986, conquistaram o direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais e irmãos. Nesse período, nos Estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta.

O que é inegável diante da participação da mulher na luta por terra, espaço e direitos no campo é a possibilidade de compreender por outras óticas, o campo e seus sujeitos (homens, mulheres, pessoas LGBTQIA+³⁸, jovens, idosos e crianças etc.) que constituem esse espaço. Na perspectiva de Schwendler (2015, p. 96), “[...] quando a mulher participa da organização e de um prolongado processo de ocupação e luta pela terra, ela começa a desnaturalizar sua condição histórica de subordinação e desempoderamento”.

No entanto, ao mesmo tempo em que a luta social traz a mulher para a arena sociopolítica, ela também preserva muitos aspectos das relações tradicionais e hierárquicas de gênero. Desse modo, a luta das mulheres para conquistar e se manter na terra provoca a transformação destas e da forma como se veem no processo histórico, passando de objeto a sujeito transformador da própria realidade.

No território do Pontal do Paranapanema, registros da Fundação ITESP (vídeo)³⁹, de outros documentos de fontes secundárias (publicações, revistas, notícias em *sites*) utilizados na pesquisa e a narrativa das próprias colaboradoras destacam a participação das mulheres como fundamental para o processo de ocupação das fazendas, sendo que, em muitos casos, eram as mulheres que permaneciam durante o dia no acampamento para que seus companheiros pudessem trabalhar na cidade, ou “vender” seu dia trabalhando para outros produtores rurais, ou mesmo nas terras que arrendavam, em uma tentativa de superar o desemprego e se manter na atividade agrícola.

Para a assistente social do Itesp, **Rosa**, 67 anos, que acompanha a movimentação das mulheres na luta pela terra desde os primeiros acampamentos, ao ser questionada sobre em que

³⁸ Essa sigla já teve diversas alterações de nomenclatura, estando suscetível a outras, se necessário. Ela é utilizada para representar um grupo de pessoas com a orientação sexual ou identidade de gênero diversa daquela biológica imposta pela sociedade. De acordo com as letras da sigla são: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais e mais (Costa, 2022).

³⁹ Análise de vídeo intitulado Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema: “Memória da ocupação da terra”. Fundação ITESP. 13 de novembro de 2014. O registro é fruto de um encontro para socialização das memórias da luta pela terra, realizado em Presidente Venceslau, pela equipe do Itesp, em parceria com a pesquisa de Haidi Jarshel, adquirido pela autora em trabalho de campo realizado em 04 de março de 2022.

período e de que forma as mulheres surgiram como protagonistas⁴⁰ para demandar por políticas públicas e melhorar as condições da comunidade, ela relata:

Eu acho que as mulheres, desde o acampamento, da luta ali pela terra, elas têm um papel importante. Eu me lembro na época do acampamento que originou a gleba XV, onde a Dona Nice... uma galera que você vai achar, que participou/ As mulheres são aquelas que seguram as pontas no acampamento, que às vezes, o homem sai pra fazer algum trabalho fora, trazer dinheiro, fazer diária, quem segurava no acampamento aquele dia-a-dia, eram as mulheres. Aí, quando elas vão pra terra, são elas, mulher como é mãe né, a coisa da saúde, da educação, que sempre foram questões bem presentes na hora de criar o assentamento, é as mulheres é que estão atrás (Depoimento oral, julho de 2021).

Outra situação descrita pelas mulheres (Depoimentos em vídeo, ITESP, 2014), que vai em oposição à conjuntura anterior, é o fato de que muitas vezes, seus maridos, iam sozinhos para os acampamentos, deixando para trás a companheira com os filhos pequenos, até à conquista do lote em definitivo. O que aparece de forma nítida no depoimento de muitas dessas mulheres, das que participaram do período de acampamento, ou não, é o fato de não terem o poder de decidir, sempre atribuindo aos “maridos”, a decisão de ir para o acampamento/assentamento. Outro termo utilizado com muita frequência é a palavra “sofrimento”, referindo-se ao passado de uma luta que dão como parcialmente vencida, com a conquista do lote.

Depois da conquista do lote, o que aparenta ser o desfecho e o descanso da “luta”, apresenta-se como uma nova etapa, pois permanecer e produzir é um novo desafio, além de enfrentar todas as limitações próprias para o gênero feminino, como a responsabilidade pela saúde e educação dos filhos. Essas mulheres se veem, dentro do território do seu lote, muitas vezes diante da ausência do companheiro que ainda precisava trabalhar para fora, tendo que prover às necessidades dos filhos. Restou a essas mulheres partirem para novos embates com o poder público, para demandar saúde e educação para si e para seus filhos pequenos.

Diante dessas demandas, restou a essas mulheres recém assentadas no Território do Pontal do Paranapanema fazer uma nova movimentação e suas conquistas viriam a beneficiar, não só os acampamentos, mas os municípios em que estavam localizados e no Pontal do Paranapanema como um todo.

⁴⁰ O conceito de protagonista está intrinsecamente associado ao de quem assume o papel principal em uma determinada causa, àquele/a que exerce um papel decisivo e transformador (Moreira, 2017). A trajetória de vida de cada participante indica uma atuação de protagonista.

5.3 Dos barracos de lona ao Congresso Nacional: rebatimentos da participação social com abordagem de gênero para mulheres assentadas e desenvolvimento ou territorial

Como analisado por autores/autoras como Woortmann (1995), Tedesco (1999) e Sant’Ana (2003), mesmo que com registros incipientes, a participação social da mulher na produção agropecuária é significativa, pois é ela quem viabiliza redes de sociabilidade e apoio via sistema de parentesco, indispensáveis para as atividades de cunho político mais geral e como rede de apoio da família nas localidades em que estão inseridas.

Apesar disso, seguindo a lógica do machismo predominante, na maioria dos casos, o trabalho da mulher não é reconhecido e ela acaba fora de certos espaços de decisão. Em situações específicas, lhe são vedados (na prática) alguns direitos, como os de herança e sucessão na terra.

Na origem dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais do país, na década de 1980, as principais questões colocadas foram: a legalização e o reconhecimento da profissão de agricultora, visando superar a situação de doméstica nas atividades rurais e a invisibilidade produtiva da mulher trabalhadora; direitos sociais, como aposentadoria, pensão por viuvez, licença maternidade e direito à sindicalização também faziam parte da pauta; assim como questões relacionadas à saúde da mulher.

As questões ligadas ao acesso à terra, ao crédito e às demandas de gênero, mais propriamente ditas, foram pautadas posteriormente (Paulilo, 2003). Esse momento aconteceu com a Constituição Federal de 1988, que documentou uma série de direitos e conquistas das/e para as mulheres.

Em virtude dessas discussões, o ITESP, responsável pelo suporte técnico para a permanência dessa população nos assentamentos, idealizou um encontro em nível estadual, para que fosse possível levantar as questões e demandas das mulheres e planejar ações para superar essas necessidades. O I Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo, aconteceu no ano de 1998, no município de Castilho, São Paulo.

O objetivo principal do evento era discutir o papel da mulher na organização da comunidade para a conquista da cidadania e o desenvolvimento da Agricultura Familiar. O evento contou com a participação de 164 assentadas, eleitas como representantes pelas próprias comunidades e identificadas como delegadas. Apoiadas pela Fundação ITESP, elas ficaram responsáveis por repassar os resultados do encontro e incentivar a organização das assentadas para a formação de associações e grupos, além de contribuir para fortalecer os que já existiam (Marques; Andrade; Pilla, 2013).

Os temas abordados nesse primeiro encontro foram:

- Condições e direitos das mulheres;
- Cidadania, educação saúde e lazer – reivindicações e organização das mulheres;
- Importância da agricultura para as comunidades assentadas;
- Projetos de produção e comercialização a serem desenvolvidos pelas mulheres;
- Formas de organização e ação – propostas.

Ainda de acordo com o material do ITESP (Marques; Andrade; Pilla, 2013), desse encontro surgiram várias resoluções e a demonstração explícita da dificuldade de organização das mulheres em virtude de múltiplas razões, tais como: falta de informações, questões domésticas e falta de formação para elaborar um diagnóstico dos problemas, assim como um plano de ação em busca de soluções.

A partir desse evento, aconteceram, anualmente, mais cinco encontros, que atualizavam os temas a serem debatidos, além da construção de planos de ação para atender às deliberações que surgiam de cada um desses eventos que ocorreram nos municípios de Rosana (GLEBA XV), Promissão, Araraquara, Euclides da Cunha Paulista e Araras. Para disseminar o debate, além desses grandes encontros estaduais, eventos menores aconteciam na escala territorial (no âmbito dos territórios da Cidadania) e municipal para efetivar as demandas e inserir o maior número possível de mulheres nos debates na esfera pública.

Esses encontros certamente fortaleceram a articulação das mulheres assentadas que participavam, ou não, de forma ativa nos movimentos sociais, permitindo a elas a articulação necessária para realizar solicitações coletivas para os territórios. Foi o que aconteceu, conforme descreve **Eunice**:

Em 90 chegou o movimento, fui militar, fui militante, do MST, depois formamos o coletivo de mulher do pontal, depois tivemos o primeiro encontro de mulheres estadual, puxado por sete mulheres: o primeiro foi em Castilho. Daqui debaixo tinha: aqui, Rosana era eu, era a Marinalva, da Tucano, esqueci o nome da mulher de Teodoro, a Nazaré em Mirante, tinha uma de Bernardes, e nós tínhamos a Cida, que morreu, era de Andradina. Sei que nós éramos sete mulheres, fomos na época, era Tânia⁴¹, conseguimos. Então, era por prefeitura, assentamento e ITESP e tivemos vários encontros (Depoimento oral, agosto de 2021).

A participação de mulheres em movimentos sociais torna-se mais efetiva a partir da percepção de que suas demandas nem sempre eram atendidas dentro das frentes de cunho coletivo. Esse fator não implica no fato de elas deixarem de compor as lutas dos demais, mas a organização em função de pautas específicas permitiu a elas autonomia para demandarem os

⁴¹ Tânia Márcia Oliveira de Andrade, coordenadora estadual do Itesp na década de 1990.

interesses da sua condição de mulher no contexto social local em que estão inseridas. Para Gohn (2004), não se muda uma sociedade apenas com a participação em uma escala micro, do plano local, mas é a partir desse plano que se dá o processo de transformação na sociedade.

É no território local que se localizam instituições importantes no cotidiano de vida das populações, como as escolas, os postos de saúde etc. Mas o poder local de uma comunidade não existe *a priori*, tem que ser organizado, adensado em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades locais, que criem laços de pertencimento e identidade sócio-cultural e política (Gohn, 2004, p. 24).

É em função de analisar esses laços de pertencimento das mulheres, dentro da abordagem territorial, que buscamos demonstrar uma perspectiva que as incorpora como sujeito ativo em prol de atividades políticas e sociais de uma dada localidade. A política pública não é capaz de constituir um território, mas é capaz de potencializar os recursos a partir de um dado recorte ao intervir sobre suas características materiais (por exemplo: geográficas) e imateriais (por exemplo: cultura).

Para chegar ao horizonte que incorpora as mulheres e as relações de gênero no território da política pública, vamos partir da ótica da categoria geográfica de lugar, porque as especificidades das relações humanas não podem ser definidas a partir de limites ou fronteiras, como Massey (2000, p. 184) nos conduz a pensar:

[...] em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção destas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente.

Complementando esse entendimento, García (2004) afirma que a produção e a reprodução do espaço são estruturadas a partir de determinadas relações e poder, sendo a relação de gênero uma delas. Para essa autora, a materialização das relações sociais implica em sua relação com o lugar. “Os lugares surgem de, e neles são geradas, relações de poder. As relações de poder estabelecem as normas que definem os limites tanto sociais quanto espaciais, dado que determinam quem pertence ou não ao lugar ” (García, 2004, p. 67). As relações de poder não são estáticas e se movimentam espacial e socialmente de acordo com os interesses envolvidos.

Observar e compreender as mulheres rompendo padrões sociais perpassados através do tempo e como elas estabelecem suas relações em um determinado lugar nos leva a concordar com Massey (2000) sobre o fato dos lugares não serem estáticos, pois ao serem conceituados a partir das interações sociais que agrupam e as mesmas não serem coisas inertes, congeladas no tempo, significa que eles também são processos.

Direcionando-o ao nosso estudo, o lugar é meio e razão pela qual as relações de gênero se estabelecem de determinada forma em função dos processos que as produzem e reproduzem nas diversas escalas do território do Pontal do Paranapanema, diante das suas especificidades sociais e geográficas. Aderindo à assertiva de Massey (2000, p. 185, grifo da autora) sobre a especificidade do lugar, concordamos com a afirmação de que cada lugar

[...] é o centro de uma **mistura** distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais. Há o fato de que essa mesma mistura em um lugar pode produzir efeitos que poderiam não ocorrer de outra maneira. Finalmente todas essas relações interagem com a história acumulada de um lugar e ganham elementos a mais na especificidade dessa história, além de interagir com essa própria história imaginada como o produto de camadas superpostas de diferentes conjuntos de ligações tanto locais quanto com o mundo mais amplo.

Nos assentamentos do Pontal do Paranapanema coexistem pessoas de diferentes lugares do país, unidas em função da luta pela terra, superpostas a partir de relações diferentes. Essa mistura faz desse lugar único e assim constrói relações baseadas nessas interações, como, a partir do nosso recorte, a presença marcante das mulheres na luta pela terra e para minimizar a desigualdade de gênero naquele lugar a partir da busca por políticas públicas que atendessem as especificidades daquelas mulheres.

O processo da incorporação de políticas de inclusão da perspectiva de gênero no âmbito do desenvolvimento territorial demanda uma decisão política das instituições envolvidas, requer um cuidado teórico e conceitual criterioso dos referenciais analíticos e técnicos que orientem a elaboração da proposta conceitual e a prática das equipes técnicas dos territórios de atuação. Consideramos, a partir da análise de Zapata *et al.* (2007), que o critério adotado é o da valorização dos atores sociais comprometidos com a transformação das relações de gênero. Para isso é necessário construir parcerias e relações de assessoria junto às organizações feministas e dos movimentos de mulheres.

Destarte, no que diz respeito à luta e à conquista de políticas públicas, os movimentos sociais rurais têm um papel importante. Desse modo, pode-se afirmar que esses movimentos influenciam na redução de desigualdades entre os espaços rurais e urbanos e favorecem o acesso das mulheres aos direitos e às políticas públicas. Os movimentos específicos de mulheres rurais contribuem de maneira efetiva para a visibilidade feminina e suas reivindicações contribuem para a diminuição da desigualdade de gênero no campo.

Nesse contexto, o que desponta como uma mensagem importante é que o protagonismo das mulheres nas relações que construíram a partir da participação política e social, caminham em direção ao desmonte das tradicionais construções sociais que privilegiam os princípios patriarcais. O empoderamento das mulheres e de suas organizações no meio rural trazem para

a cena pública o reconhecimento da sua participação na dimensão reprodutiva, na luta por saúde, educação, transporte e bem-estar – funções diretamente ligadas ao espaço privado e, desse modo, direcionadas às mulheres na estrutura de gênero no meio rural. Por meio da mobilização e luta política, essas mesmas mulheres conseguem fazer a articulação entre os espaços – privados, a partir da esfera reprodutiva que beneficia a si e aos seus, dentro do lote; com a esfera pública e produtiva, por meio das políticas públicas que possuem abrangência para fora do lote e do território em si.

6 CADA CONQUISTA, UM TERRITÓRIO⁴²: PROTAGONISMO DE MULHERES PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TC DO PONTAL DO PARANAPANEMA



No processo de empoderamento, a atuação das mulheres como lideranças demonstra o protagonismo que as mesmas vêm assumindo nos movimentos sociais no decorrer das últimas décadas. Para compreender melhor o protagonismo, termo bastante usado nas artes cênicas, recorremos à etimologia da palavra que é oriunda do latim, onde aparece dividida em: “protos” – de principal, primeiro e “agonistes” – de lutador, competidor (Merengué, 2001). Desse modo, é possível pensar protagonista como a pessoa que desempenha o papel principal/pioneiro em uma causa, ação, mobilização ou luta.

Na literatura, o termo protagonismo é comumente adotado nas áreas de educação referindo-se ao tipo de participação que deve ser estimulada para a atuação das crianças e dos jovens. Protagonismo refere-se à capacidade de participar e influir no curso dos acontecimentos, exercendo um papel decisivo e transformador no cenário da vida social. Exercer o protagonismo significa não ser indiferente em relação aos problemas de nosso tempo (Ribas Jr., 2004).

Nesse sentido, a atuação de mulheres em movimentos de representação coletiva fornece ferramentas para o seu protagonismo e possibilita expressar demandas, ao mesmo tempo em que reivindica seus direitos. Uma dessas conquistas está configurada pelo fato de que, a partir

⁴² Esse título diz respeito à fala de uma das participantes, que definiu território como cada uma das conquistas da associação de mulheres na qual atua como liderança naquela localidade.

das reivindicações dos movimentos de mulheres rurais que foi possível a seguridade de direitos na Constituinte de 1988, quando foi garantido às mulheres o acesso à terra, além de outras conquistas, como o benefício ao crédito rural e ao nome inserido na nota fiscal de venda dos produtos, que assegura direitos previdenciários futuros, aposentadoria, salário maternidade e demais benefícios que permitam uma posição de visibilidade social e produtiva (Menegat, 2008).

No Pontal do Paranapanema, até 1995, já haviam ocorrido algumas modificações na estrutura agrária do território, referentes à regularização de alguns assentamentos. Nesse contexto, algumas lideranças femininas se destacavam em busca de alcançar melhorias para as famílias recém assentadas pelo Estado. Essas mulheres passaram a se organizar em grupos para debater a situação enfrentada por cada uma das famílias e buscar junto ao poder público municipal alternativas para sanar essas necessidades.

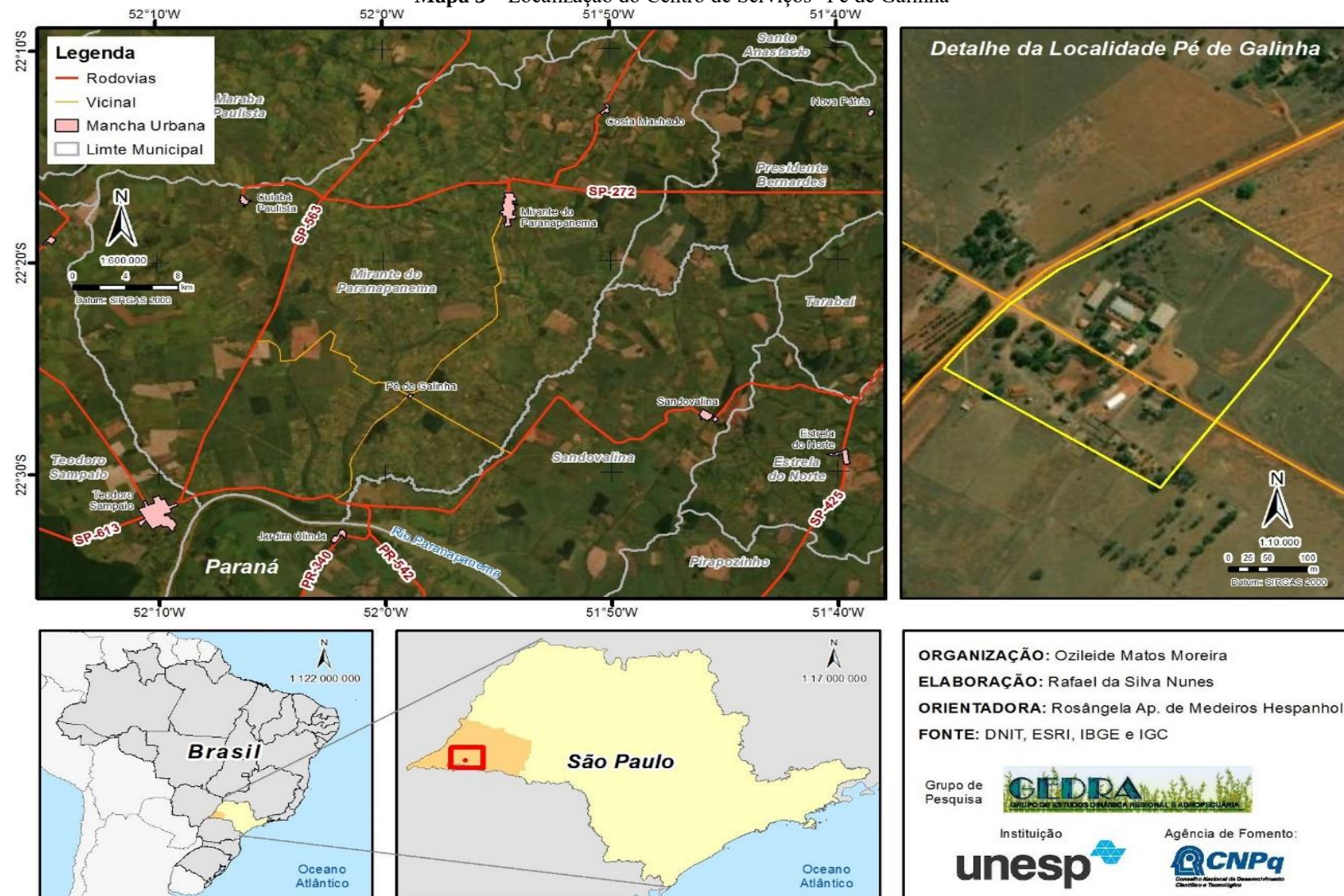
Entre as ações que evidenciamos, investigamos, neste trabalho, as atividades das mulheres que se destacam a partir da liderança e participação em associações como a AMAS (Associação de Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema), no município de Mirante do Paranapanema, São Paulo e da OMUS (Organização das Mulheres Unidas), que tiveram uma participação de destaque na luta por direitos na Gleba XV de novembro, pertencente aos municípios de Rosana, São Paulo, e Euclides da Cunha Paulista.

6.1 Educação

Nessa conjuntura, uma ação que merece destaque, foi a atuação dos grupos de mulheres de Mirante do Paranapanema que, em 1997, enviaram ao então governador do estado de São Paulo, Mario Covas, uma solicitação por meio de vídeo, na qual apresentavam a situação precária da Escola Estadual São Bento, no assentamento Haroldina, localizado no entroncamento conhecido como “Pé de Galinha” (Mapa 3).

A localidade conhecida como “Pé de Galinha” está situada no município de Mirante do Paranapanema, e é um ponto central para vários assentamentos da região e onde estão instaladas estruturas de atendimento social e convívio comunitário. O nome “Pé de Galinha” se deve à localização, em que o entroncamento de estradas rurais possui um formato que lembra a pegada dessa ave.

Mapa 3 – Localização do Centro de Serviços “Pé de Galinha”



Fonte: DNIT; ESRI; IBGE; IGC

A atuação dessas mulheres se desdobrou em múltiplos rebatimentos. Atualmente, existe um complexo de serviços comunitários (Painel fotográfico 4), na localidade, que engloba uma Unidade de Saúde da Família (USF), uma escola que atende alunos dos três ciclos de Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), com estrutura para atender mais de 800 crianças, adolescentes e adultos, quadra poliesportiva, posto do Programa ACESSA São Paulo⁴³ e uma biblioteca pública. A escola teve sua construção iniciada em 1996 e começou a funcionar em 1997.

Painel fotográfico 4 – Complexo de Serviços Comunitários do Pé de Galinha



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021

⁴³ O Programa ACESSA São Paulo de Inclusão Digital do Governo do estado de São Paulo é coordenado pela Secretaria de Gestão Pública, com apoio da Prodesp - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

Além desses serviços, estão localizados ali também a sede da AMAS e do laticínio⁴⁴ que atenderá aos assentados que fazem parte dessa associação. A necessidade de construção do laticínio próprio surgiu da desvalorização no preço pago pelo litro de leite aos produtores assentados realizado por grupos empresariais do setor.

Para entender melhor de que forma se deu a atuação das mulheres para a melhoria da qualidade de vida da população dos assentamentos de reforma agrária no território do Pontal do Paranapanema, uma das questões direcionadas às mulheres indicadas como lideranças, que foram entrevistadas, buscava sua narrativa sobre como sua participação social contribuiu para o desenvolvimento da realidade em que estavam inseridos os assentamentos rurais. Nesse sentido, **Nazaré**, 56 anos, agricultora e liderança à frente da AMAS, em Mirante do Paranapanema, que participa como liderança do movimento de mulheres desde aquele período inicial de sua organização no território, oferece o seguinte relato:

[...] como mulher, como mãe, em todas as políticas públicas eu fui envolvida para buscar para nossa comunidade, mas a educação foi a fundamental. A luta pela escola São Bento foi uma luta muito árdua que a gente teve, foi muito sofrida, eu falo que a gente... Eu achava que para ter uma escola era muito simples: o governo sabia que você tinha os filhos, que tinha as crianças, que precisava da escola, e que poderia fazer ali, ter ali, que era um direito que as crianças têm, né? (Depoimento oral, agosto de 2021).

Segundo ela, não foi simples assim. Ela e as demais mães que demandavam melhorias para que seus filhos pudessem seguir seus estudos tiveram que provar que tinham crianças, que queriam estudar e que precisavam de uma estrutura de ensino adequada para isso. Ela comenta que, naquele período, as escolas eram barracos de lona, e funcionavam de forma multisseriada⁴⁵, fora a impossibilidade de muitas crianças de irem para a escola por falta de transporte e alimentação adequada. “Se não tivesse ido naquele momento, tinha perdido dois, três anos da sua formação e muitos talvez não teriam se formado, teria largado, abandonado, perdido o estímulo” (Depoimento oral, agosto de 2021).

A demanda pela implantação de escolas nas áreas rurais não aconteceu apenas nessa localidade, pois em todo país havia carência por educação de qualidade nas áreas rurais. No que se refere à educação, qualquer que seja a conquista, beneficia de forma irrevogável o

⁴⁴ O Laticínio da Associação (AMAS) está em fase de implantação, a obra ainda não foi concluída por falta de recursos. De acordo com o relato da presidente **Nazaré** (56 anos), o leite é produzido pelos associados da Cooperativa da AMAS, a COPERAMAS (Cooperativa da Associação de Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema).

⁴⁵ As classes multisseriadas são uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental simultaneamente, tendo de atender a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes.

desenvolvimento do território. A demanda dessas mulheres também contribuiu de forma efetiva para a melhoria e manutenção de outras escolas no território do Pontal do Paranapanema.

6.2 Saúde

Mais um dos pontos cruciais para a manutenção das mulheres em qualquer território é o acesso ao serviço de saúde, que atenda às necessidades relacionadas à mulher, considerando que essa possui suas especificidades e requer atenção direcionada. As políticas de saúde da mulher estão associadas aos direitos sexuais e reprodutivos e, por isso, são políticas importantes para garantir a segurança e a autonomia feminina. Na prática, um longo caminho ainda terá que ser trilhado para garantir esse direito para todas as mulheres.

O direito à saúde foi mais uma frente protagonizada pelas mulheres rurais no território do Pontal do Paranapanema, que buscaram, junto aos municípios e até no Ministro da Saúde da época, José Serra, acesso ao serviço de qualidade no assentamento. O relato de **Nazaré**, 56 anos, agricultora, demonstra novamente como a ação das mulheres gera rebatimentos que beneficiam todo o entorno, em múltiplas escalas.

[...] porque na época não existia o agente de saúde, não existia os PSF, a gente que fez um trabalho a nível de estado, principalmente no Pontal, aonde foi a nível de Brasil, a gente foi pra Fernando de Noronha. Eu escrevi uma carta pro Serra, que era o ministro, colocando as dificuldades que nós vivíamos no campo, e através do AS que é o a agente comunitário de saúde, foi que a gente conquistou, hoje o Brasil todo... foi uma conquista que o Brasil todo foi beneficiado né, mas a luta começou daqui, do Pontal e a gente que começou aqui, no município (Depoimento oral, agosto de 2021).

Corroborando as informações narradas por **Nazaré**, a assistente social do ITESP, Rosa, 67 anos, discorre:

A questão dos agentes de saúde, que o polo principal foi ali em Mirante, no Pé de Galinha, até então, em 1994/1995, não tinha essa figura do agente de saúde. Os agentes de saúde dos assentamentos, eles são originários de um trabalho voluntário de pessoas, maioria mulheres. Aí, depois que o acampamento virou assentamento teve todo um trabalho para que a saúde instituísse esse trabalho com os agentes de saúde. Aí, foram contratados os primeiros agentes de saúde, pelo menos em Mirante, que eu me lembro, foi em 1998, julho de 1998. Até então, o pessoal trabalhava voluntário, aí eles foram contratados de uma forma precária, do ponto de vista do contrato deles, depois as prefeituras foram melhorando isso daí. Acho que hoje até é através de concurso, que é contratado os agentes de saúde (Depoimento oral, julho de 2021).

Nessa mesma perspectiva, **Vera**, 48 anos, agricultora, moradora da Gleba XV de Novembro, conta sobre a solicitação de transporte para a realização de forma mais rápida e eficiente do trabalho de Agente de Saúde pelas mulheres.

Ah, desde 99 [1999], quando a gente começou os programas Saúde da Família, nós começamos a organizar as mulheres para a gente pedir moto para os agentes de saúde, porque a gente trabalhava com a moto da gente. Aí, nós começamos a fazer os encontros, organizando as mulheres, pedindo para a secretaria de São Paulo, do governo de São Paulo descer... aí, nós marcávamos os encontros de mulheres, foram vários encontros e nisso nós conseguimos (Depoimento oral, setembro de 2021).

Os assentamentos estão inseridos nos territórios dos municípios e cabe ao poder público municipal garantir à população assentada os serviços básicos, como saúde e educação⁴⁶. Por isso é de fundamental importância a articulação dos movimentos de mulheres rurais, tendo em vista que é comum em muitos municípios, a atenção majoritária e/ou prioritária às demandas da zona urbana. As conquistas na área da saúde, no território, demandaram movimentação política também na escala estadual e federal, mas garantiu àquela população a construção de Unidades de Saúde e contratação de equipe para atendê-los naquele momento.

As demandas já mudaram, e sempre há o que ser melhorado. Diante das limitações de acesso ao transporte nos assentamentos, se deslocar para o serviço de saúde oferecido em Presidente Prudente para consultas e tratamentos de especialidade médicas é um trabalho extra para as mulheres, quase que exclusivamente cuidadoras das pessoas com algum problema de saúde na família. Uma das assentadas, que participa da pesquisa e, que é responsável pelo acompanhamento do tratamento de insuficiência renal da mãe no Hospital Regional de Presidente Prudente, depõe sobre essa dificuldade.

Andréia, 48 anos, agricultora, moradora do Assentamento Antônio Conselheiro em Mirante do Paranapanema, ao ser contatada para a entrevista, informou que teria disponibilidade de me receber para a conversa do lado de fora do Hospital Regional de Presidente Prudente, onde ela está três dias na semana. Eu assim o fiz para realizar a entrevista. Durante a entrevista, quando questionada sobre sua rotina, ela informa que faz um trajeto de 13 horas, e mais de 100 km, para acompanhar a mãe nas três sessões semanais de hemodiálise que ela necessita.

Em sua fala, ela descreve que sai do lote, no assentamento Antônio Conselheiro, em Mirante do Paranapanema, às 11 horas, retornando à sua casa novamente só por volta das 00:00 horas, pois a mãe reside no assentamento Che Guevara, que fica situado a oito quilômetros de distância. Ela expôs que, nesse espaço de tempo, ela e outros usuários deixam de realizar muitas atividades em seus lotes, além de passar por inúmeros situações de risco, fome e frio. O

⁴⁶ Atualmente, a legislação brasileira exige que as despesas com educação e saúde sejam equivalentes a, no mínimo, 40% dos recursos do município (25% para educação e 15% para a saúde). Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe um teto de 60% nas despesas com pessoal (Caldas; Costa; Pagliarussi, 2016).

transporte para Presidente Prudente é realizado pela Secretaria de Saúde do município, mas de sua casa para a casa da mãe, ela precisa ir e voltar com sua própria moto.

6.3 Moradia

Pelo que temos investigado, o processo de organização, mobilização e participação social que ocorreu no Pontal do Paranapanema, possibilitou a expansão e o engajamento das mulheres para reivindicarem seus direitos e usufruírem das políticas públicas conquistadas pelas suas organizações e demais movimentos sociais organizados no território. Outra movimentação importante realizada pelas mulheres foi direcionada à habitação. Nos acampamentos, as famílias se alojavam em barracos de lona e de madeirite, de forma muito precária, sem saneamento e sem água encanada.

Ao serem empossados no lote, precisavam recomeçar todo o processo, mas diante da indisponibilidade de recursos, continuavam a morar em barracos de lona. *Rosa*, 67 anos, assistente social do Itesp, acompanhou de perto essa ação. Ela discorre que boa parte das melhorias nas habitações dos assentamentos foram alcançadas a partir da mobilização da Associação das Mulheres Assentadas (AMAS), que, entre os anos de 2008 e 2010, conseguiu uma parceria com a Caixa Econômica Federal e obteve apoio profissional e financeiro. A CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e o Itesp também participaram dessas ações, como ela relata:

Aí, depois vem a luta pela habitação, que foi uma luta importante nos assentamentos. Porque no começo saía do acampamento e ia pro assentamento, no começo era tudo barraco de lona. Aí, depois de um período... em vários assentamentos, aqui de Mirante, principalmente, o Itesp forneceu madeirite para eles fazer casa de madeirite, aí ficaram um bom tempo em casa de madeirite, aí depois que saíram as primeiras construções. Mirante teve construções de casas através do CDHU e através da AMAS, que abraçou essa causa (Depoimento oral, julho de 2021).

O projeto idealizado pela AMAS recebeu o apoio técnico de um engenheiro e uma assistente social do ITESP e culminou na construção de quase 200 casas. O trabalho foi acompanhado de perto pelas associadas. O recurso destinado para a construção de cada casa foi de seis mil reais.

Na sequência do relato, *Rosa* acrescenta que é o querer das mulheres que provoca essa movimentação, e elas não trabalham só para si e sua família, mas para o coletivo, e as conquistas que alcançam beneficiam o assentamento e o próprio município. A construção de moradias melhor estruturadas, movimenta o comércio local – já que os materiais utilizados na construção

das casas foram adquiridos no comércio local – além de melhorar as condições de saúde dessa população que, em alguns casos, viviam em barracos insalubres.

Sobre o mesmo projeto, **Nazaré**, 56 anos, uma das idealizadoras e presidenta da associação, narra:

Aqui tinha um projeto de moradia, a AMAS foi a pleitora que fez aquele trabalho, que fez um trabalho também árduo, aonde todo mundo morava num barraquinho. Nós tivemos teve caso que quando a gente fez a casa, quando a pessoa saiu de dentro, a casa caiu (Depoimento oral, agosto, 2021).

Em seu relato, **Nazaré** relembra que a situação em que viviam as famílias no assentamento lhe marcaram bastante, pois viviam em condições precárias em barracos de lona, com pouca ou nenhuma infraestrutura, com banheiro de “fossa negra”, que expunha os moradores a inúmeros riscos. Possibilitar, a partir da participação social, meios para melhorar a qualidade de vida da sua família e de seus vizinhos, é algo que a faz se sentir muito orgulhosa, como segue narrando:

A gente tirou ele [um morador vizinho] para uma casa, pra um lugar que ele pode ter um aconchego com a família, com mais qualidade de vida. E isso, isso também marcou dentro de mim, porque esse foi um trabalho que eu fiz, juntamente com as companheiras e a gente sendo assim, a que enfrentava né, e enfrenta até hoje, porque não paramos e a gente viu que isso marcou. Hoje, tem gente que chega em mim e fala: “Ah, eu não me esqueço, eu tenho minha casa porque foi...”. Então, a gente sabe que muitos morreram, alguns já foram embora, mas isso ficou na mente das pessoas que ainda moram aqui, isso não saiu. Então, marcou muito: a escola, a moradia e a produção (Depoimento oral, agosto de 2021).

Outras questões referentes à infraestrutura ainda possuem deficiências nos assentamentos e dificultam a qualidade de vida e a participação das mulheres nas atividades públicas, como é o caso da comunicação e do transporte.

Dona Nice, 61 anos, assentada no assentamento Gleba XV, aponta que a internet que chega a boa parte dos lotes é de péssima qualidade, além do transporte que se apresenta como uma das maiores dificuldades para o município, especialmente depois da empresa de ônibus que fazia o itinerário, realizar uma redução drástica de horários. Segundo ela, “[...] a Andorinha⁴⁷ tirou 80% dos ônibus, nem dentro do assentamento não passa mais, então, quem tem o carro num sofre tanto, mas quem não tem sofre demais” (Depoimento oral, agosto de 2021).

A presença e a participação feminina nos espaços públicos no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema ocorreram por força do protagonismo das mulheres que

⁴⁷ A Empresa de Transportes Andorinha S/A está sediada em Presidente Prudente, é uma empresa brasileira de transportes rodoviários de passageiros responsável pelo itinerário naquela região.

acompanham orgulhosamente esse processo, inseridas como lideranças ou como parte ativa no contexto de mobilização social.

6.4 Geração de renda

Mais uma das necessidades fundamentais é a questão da geração de renda, que sempre se apresenta como um desafio para as mulheres, já que nas áreas rurais se reproduz de forma muito explícita as características do machismo, onde a figura masculina se configura como provedor principal, mas também como o que decide pela destinação dos recursos obtidos com o trabalho familiar, dentro, ou fora do lote. O provimento de vestimentas, calçados e alimentação adequada para as mulheres e crianças, muitas vezes não estão inseridas nessa distribuição de renda, sendo limitada. Brumer e Anjos (2008, p. 228) analisam a perspectiva de gênero nesse contexto da seguinte forma:

Durante o acampamento, as assentadas participaram de um esforço pela manutenção e sobrevivência geralmente organizado coletivamente. Já no assentamento, devido em parte ao distanciamento entre os lotes e à relativa redução dos espaços de sociabilidade coletiva, há uma divisão do trabalho mais acentuada entre homens e mulheres. Assim, embora tenha havido uma melhoria na renda e na qualidade de vida nos assentamentos, parece ocorrer um retorno à tradicional divisão sexual do trabalho.

O acesso às oportunidades de geração de trabalho e renda no campo, como é o caso dos assentamentos, é uma das principais reivindicações e uma das características mais marcantes das relações desiguais entre homens e mulheres, mantidas pelo baixo número e ineficácia de ações afirmativas de inclusão destas em atividades econômicas, tendo em vista a formulação e execução das políticas públicas. Com o poder de decisão limitado em relação às questões referentes à produção do lote e ao destino dos recursos obtidos com o trabalho, as mulheres precisam desenvolver estratégias para ter maior autonomia e meios para geração de renda.

Os meios para geração de renda para as mulheres em vários assentamentos do Pontal do Paranapanema também dependeram da organização e iniciativa delas e de modo coletivo. Sobre o senso de coletividade e a constituição de associações específicas para as mulheres, se destaca como um instrumento importante para o fortalecimento da autonomia feminina, pois nesses espaços as mulheres adquirem formação e renda. Esse recorte de gênero é parte importante do processo, em que as mulheres são protagonistas nessa busca por melhores condições de vida, por meio da consciência política e mobilização.

Nessa trajetória, as ausências (de dinheiro, do Estado, de suporte, de segurança) são parte da força motriz que impulsiona as mulheres. Como é o caso das associações de mulheres,

que foram fundadas pelo fato destas não terem voz nas associações coletivas. Essas mulheres foram lideradas na ocasião por **Dona Nice**, 61 anos, que descreve em sua fala o contexto que a motivou a mobilizar outras mulheres para a formação do que viria a ser a OMUS, logo após a constituição do assentamento.

Formou uma associação, associação dos homens, aí nós íamos participar, as mulheres não podiam opinar, só as mulheres que não tinham marido né, que era responsável, então podia. Se nós queríamos falar na associação: “Não, vocês não podem falar, porque o marido de vocês... só eles têm direito”. E as mulheres começou a se revoltar com aquilo, aí formamos uma associação. A nossa formou dia 8 de março. Assim, para começar, legalizado, em 90 [1990], mas a gente começou em 88 [1988], 89 [1989], começamos as mulheres daquele grupo, daqueles homens que tinha, e nós discutíamos as nossas prioridades (Depoimento oral, agosto de 2021).

Entre as prioridades que discutiam estavam o fato de se considerarem no direito de poder participar, pois possuíam lote, e não tinham oportunidade de opinar, de participar de forma ativa das decisões tomadas. “A gente achava aquilo uma humilhação na reunião: Não, vocês não podem falar, só o marido” (Depoimento oral, agosto de 2021).

A partir de então passaram a fazer reuniões separadas, a fim de buscar os direitos que consideravam prioridades naquele momento: como saúde, educação e geração de renda. O passo seguinte era pleitear um lote para a futura associação de mulheres e esse lote foi alcançado através de mais lutas.

É nesse contexto que surge, no Pontal do Paranapanema, a Organização de Mulheres Unidas (OMUS), localizada no Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana, São Paulo. Essa associação foi conquistada a partir da luta das mulheres assentadas, que ocuparam um lote até que fosse concedido o direito de uso para a produção e a localização da sede da associação.

No caso da outra associação que aparece em nossas pesquisas, a AMAS (Associação de Mulheres Assentadas), inicialmente ela foi criada com a finalidade de fortalecer a luta por direitos básicos nos assentamentos daquele lugar. Sediada em Mirante do Paranapanema, no Assentamento Haroldina tem uma história importante de articulação para a melhoria das condições de vida das famílias assentadas do entorno. **Nazaré**, 56 anos, agricultora e presidente da AMAS, cuja trajetória de protagonismo na luta pelos direitos das mulheres se destaca no território, descreve em sua fala a importância da geração de renda para as mulheres rurais e de que forma a associação atuou nesse processo.

Nós trabalhamos no movimento da produção, para que a mulher também pudesse ter o recurso dela, para ela não ficar sem nada no final do mês, que ela pudesse trabalhar em casa, no sítio, mas ela ter o retorno também, né? Porque a mulher trabalha, mas ela não precisa do dinheiro? Ela tem os seus desejos, né? E a mulher do campo, é como qualquer outra mulher da cidade, ela tem os desejos dela né, e as vezes, as pessoas acham que a mulher do campo, ela só tem que trabalhar, mas ela não tem os

desejos femininos, as vaidades dela, né? Então, isso também, a gente trabalhou essa questão (Depoimento oral, agosto de 2021).

Fomentar a participação ativa da mulher na produção é uma iniciativa de solidariedade e empoderamento econômico, diante da possibilidade de trabalhar com a terra e extrair dela o sustento que complementa a renda da família, além de dinamizar com muita qualidade a sua alimentação. **Vera**, 48 anos, agricultora, demonstra em sua narrativa muita satisfação em participar desse processo, como agente do SEBRAE⁴⁸.

Olha, hoje nós temos na periferia da cidade oitenta famílias, que toda quinta feira recebe cesta da agricultura familiar, e essas cestas são decorrentes do nosso trabalho, dos nossos produtos da agricultura aqui. Então assim, hoje, nós fomos fomentando a agricultura familiar com esses projetos sociais. Estamos acabando com a fome e tá incentivando as pessoas a ter mais comida dentro de casa, porque quem está no projeto, produz também para sua própria alimentação. Após o momento que você produz, você come, você consome (Depoimento oral, setembro de 2021).

A dinamização da produção é um recurso importante para as assentadas. A própria **Vera** conta orgulhosa sobre os produtos que cultiva e como isso interfere na dinâmica alimentar das pessoas e até dos animais no lote:

E então assim, como eu, as outras companheiras que eu motivo a produzir, que estão fazendo curso, que estou incentivando, todas têm produzido. Então assim, sobra alimentos para a gente, a gente tem com fartura: berinjela, jiló, abobrinha, almeirão, alface, rúcula... os animais também se alimentam com as sobras. São sobras e sobras: para os patos, para os gansos, para os frangos, para as galinhas, para as codornas. Então assim, você faz uma cadeia de alimentação. E é gostoso você ouvir da pessoa falar assim: “Aí, graças a Deus, Vera, meu dinheiro estava lá no banco!” (Depoimento oral, setembro de 2021).

As políticas públicas para aquisição dos produtos da agricultura familiar também contribuem de maneira efetiva para a renda monetária dessas mulheres. Todavia, a maioria das integrantes da pesquisa se mostrou preocupada, no momento de realização das entrevistas (ano de 2021), com o fim de programas como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o congelamento dos valores pagos pelos produtos entregues no Programa Nacional para a Alimentação Escolar (PNAE), e com o desmonte que eles vêm sofrendo.

Vera, 48 anos, comenta que: “*Está muito difícil, no campo também por que tá a escassez, devido os programas sociais que o governo tá cortando, mas pelo menos a gente consegue se empoderar mais e ajudar uma à outra, né?*” (Depoimento oral, setembro de 2021). Nessa fala, a sororidade aparece como uma ferramenta indispensável na luta por autonomia pessoal e financeira.

⁴⁸ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Ela salienta o fato de que, ao menos no campo, existem possibilidades de produzir alimentos para si e para os seus agregados, enquanto na zona urbana, a limitação dos recursos econômicos está diretamente ligada à fome. Ao contar sobre algumas mensagens que recebeu de uma produtora, **Vera** detalha o quanto ir até o banco e receber o pagamento pela entrega dos produtos empodera a mulher.

Então, vem até a conta da pessoa, o cartão é nominal no nome da pessoa. Governo de São Paulo para Aquisição de Alimentos⁴⁹. Então assim: são coisas que motiva a pessoa a produzir. Então... incentiva, e quem foca mais nisso? É a mulher. Os homens não acreditam muito nisso e ela faz girar a coisa. Ela faz a roda girar de uma forma que contempla todo mundo. Ela procura contemplar todo mundo (Depoimento oral, setembro de 2021).

Esse argumento reforça a ideia de que a produção alimentar da mulher no trabalho rural transforma sua realidade e a realidade socioespacial do território local, já que a partir dos mesmos estereótipos de gênero que atribuem a elas a responsabilidade com a produção de alimentos, são capazes de minimizar o problema da fome.

6.5 Previdência

O acesso ao benefício da aposentadoria como trabalhadora rural é outra conquista importante para as mulheres no espaço rural. Sobre esse contexto, Paula (2020) afirma que essa conquista foi resultado das muitas mobilizações por parte dessas mulheres e de movimentos sociais. Ela reforça que o modelo previdenciário urbano não pode ser aplicado para os trabalhadores rurais porque são contextos diferentes, uma vez que as famílias rurais não possuem rendimentos regulares, algumas não têm nenhuma renda monetária e sobrevivem apenas do autoconsumo.

No Brasil, o direito previdenciário para as agricultoras foi efetivado de modo tardio, e acrescenta-se a isso, o agravante da necessidade de comprovação da atividade, algo invisibilizada por séculos, pela própria divisão sexual do trabalho, que não reconhecia as atividades realizadas pelas mulheres como produtivas para a propriedade.

Ainda nesse contexto, houve também a própria discriminação da atividade vinculada à agricultura no país a partir de inúmeros registros de documentos rurais que declaram o homem como lavrador e a mulher, do núcleo familiar, como “do lar”, “dona de casa” ou “doméstica”.

⁴⁹ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Com o desmantelamento do programa durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, o programa estava sendo executado por estados e municípios com outras nomenclaturas, limitações de recursos e diversas precariedades.

Essa análise é corroborada por Brumer (2002, p. 52-53) explicando que, no âmbito geral, a inclusão dos trabalhadores rurais foi tardia em relação a outras categorias, mas que

[...] a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais. Esse reconhecimento, por sua vez, era de difícil comprovação, tendo em vista que grande parte do trabalho feito por elas é invisível, sendo geralmente declarado como ‘ajuda’ às tarefas executadas pelos homens e, com frequência, restrito às atividades domésticas, mesmo que essas incluam atividades vinculadas à produção. Assim, no início consideradas como ‘dependentes’, seja dos pais ou dos maridos, passam paulatinamente a serem vistas como ‘autônomas’, portadoras de direitos individuais, o que lhes permite serem incorporadas como beneficiárias da previdência social.

As mulheres do Pontal do Paranapanema também participaram da luta para o reconhecimento de seus direitos previdenciários como trabalhadoras rurais e levantaram esse tema de forma pública, na pauta de debate do I Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo, que aconteceu em Castilho em 1998. Rosa, 67 anos, assistente social, relembra que foi lá que, segundo ela, “surgiu com força a luta da previdência”, pois as mulheres do assentamento Primavera já tinham uma “experienziinha” nessa área, e a posição delas instigou as trabalhadoras do Pontal do Paranapanema a trazer esse debate para os assentamentos do território.

O reconhecimento da trabalhadora rural e dos seus direitos previdenciários que são: aposentadoria por idade, aposentadoria da pessoa com deficiência, auxílio-doença rural, auxílio-acidente, salário-maternidade rural, salário-família, pensão por morte rural e auxílio-reclusão rural⁵⁰. Sobre esse tema, **Nazaré**, 56 anos, discorre lembrando que essa pauta da previdência social foi levantada também no norte do país, com a “Marcha das Margaridas”, mas que houve uma contribuição das mulheres do Pontal, que discutiam o assunto nas bases para que, posteriormente, as demandas fossem levadas até as instâncias de decisão. No início da articulação dos movimentos de mulheres nesse território, elas ainda não tinham o direito ao auxílio maternidade, nem ao auxílio doença. Seu relato continua:

E a aposentadoria, né, reconhecimento dos 15 anos... hoje a gente está tendo essa dificuldade. Se você tiver um período para traz, o INSS não quer reconhecer, ele reconhece dali para a frente, então quer dizer que ficou o que a pessoa trabalhou para trás, perdeu. Ela foi, ela contribuiu com o crescimento do país, mas foi perdido? Então, quando foi para o INSS pagar, ele tira o direito da pessoa, da produtora, né? (Depoimento oral, agosto de 2021).

Nesse trecho do seu depoimento, **Nazaré** se refere à Reforma da Previdência, que postergou a data da aposentadoria de milhões de brasileiros, e no caso das mulheres, o país

⁵⁰ Conforme informações dadas no site do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

registrou uma queda de, pelo menos 100 mil aposentadorias por tempo de contribuição, após a reforma implantada em 2019 (APP Sindicato, 2021). Na sequência, ela faz questão de explicar:

Da mulher... tô falando isso da mulher do campo, muitos casos, inclusive eu também. E é assim, a mulher do campo, se ela contribuiu, trabalhou a vida toda, aquele período que ela trabalhou, e se no meio ela trabalhou em outro serviço e ela querer aposentar e no total, dá tantos... e dos mais de 20 anos, eles não reconhecem o INSS. O INSS não reconhece (Depoimento oral, agosto de 2021).

O depoimento evidencia o quanto a reforma da previdência afeta especialmente as mulheres, tendo em vista que elas são as principais beneficiárias das políticas públicas do Sistema de Seguridade Social no Brasil.

Sobre a previdência social, **Nazaré** segue enfatizando sua preocupação com as mudanças que estão acontecendo, que ameaçam a diluição de direitos que foram conquistados através de muita mobilização, que teve seu período, segundo ela, de *glórias*, mas que agora, no momento de realização da entrevista (em 2021), regride de forma preocupante. Ela faz questão de argumentar sobre a importância da pesquisa, como extensora de suas aspirações e direitos e de como essa pauta precisa desse tipo de espaço para que a sociedade se junte a essas mulheres e contribua para que mais direitos não sejam retirados delas.

Eu acho de suma importância essa pesquisa, e trabalhar essa questão também, que isso é muito importante: que as mulheres do campo, elas estão oprimidas e não tem uma voz. Alguém, alguma mulher, alguém que chegue e fale assim: “Não, vou numa faculdade, em alguém da sociedade. Vamos discutir essa questão?” Eu acho que é uma das causas que está prejudicando muito e ninguém parou pra ouvir, pra saber, nem as universidades. Porque é uma questão que está mexendo com a vida de todo mundo, de todas pessoas. E nós no campo, as mulheres do campo tá sendo muito prejudicada, tá sendo muito deixadas de ter um benefício que ela trabalhou a vida toda e tá sendo aí largada, né? (Depoimento oral, agosto de 2021).

Em grande parte do meio rural brasileiro, a aposentadoria serve como um recurso monetário, pago mensalmente, importante para a manutenção das famílias de trabalhadores rurais no campo. O reconhecimento dessas mulheres como trabalhadoras rurais a partir do direito à aposentadoria, evidencia o papel fundamental desempenhado por elas na organização produtiva e na valorização do trabalho, além de promover diversas transformações nas localidades em que vivem. Essas modificações ocorrem em diversas escalas, desde o autocuidado (estética, lazer e saúde), autonomia econômica para tomar decisões pessoais, familiares e comunitárias.

6.6 Violência doméstica

Na agenda de reivindicações das mulheres, velhas pautas mantêm-se atuais, o que significa que os avanços em direção às conquistas são lentos. A violência doméstica é uma que se mantém presente, vitimando mulheres de todas as classes sociais e idades. A luta social contra a violência doméstica enfrenta muitos obstáculos. Para superá-los é necessário estabelecer parcerias com os instrumentos sociais, leis e instituições para garantir proteção às mulheres inseridas nessa realidade.

As autoras Basterd e Pitanguy (2011) abordam essa demanda afirmando que a luta pelo fim da violência contra a mulher é legítima e, por isso, uma das que têm maior facilidade para agregar um leque amplo de parcerias. Dentro desse conjunto de aliados estão: organizações da sociedade civil e instituições governamentais que estabeleceram várias parcerias e realizaram diversas ações exitosas, no combate e prevenção à violência contra a mulher. No entanto, essa é uma realidade de cunho pessoal de muitas famílias e muitos casos não chegam ao conhecimento público.

De acordo com dados da OMS (Organização Mundial de Saúde), o Brasil é o quinto país do mundo com a maior taxa de feminicídio, a média é de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres (Lorenzetti; Sá; Silva, 2021). Levando em consideração que o feminicídio sempre foi uma problemática gravíssima e mundial, não se pode deixar de registrar que a pandemia de covid-19 acentuou o problema, já que o isolamento social, necessário para o controle da transmissão do vírus, também expôs a vítima a seu agressor por um período muito maior de tempo.

Durante o isolamento social imposto pela pandemia, em 2020, foram registrados 1.350 casos de feminicídios no país (Brasil [...], 2021). A maioria desses crimes foram cometidos por cônjuges, ex-cônjuges e/ou parentes próximos das vítimas, utilizando majoritariamente armas brancas, mas também armas de fogo, cuja posse é ponto forte da política do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro.

Para as mulheres do campo, essa situação possui outros agravantes, como a dificuldade de comunicação e a distância entre as residências, que omite ainda mais a situação de violência. **Nazaré**, 56 anos, presidente da AMAS no município de Mirante do Paranapanema, enfatiza esses agravantes ao relatar que nota uma piora em relação à exposição das mulheres à violência doméstica depois da eleição de Bolsonaro, já que o desmonte das políticas dificultou até mesmo o trabalho de magistrados ligados à proteção das mulheres.

Segundo ela, a pandemia chegou e piorou muito à situação porque agora a violência está “camuflada”, porque a mulher está ainda mais isolada e sem voz. *“Aqui teve um caso, que a mulher foi espancada, sem família nenhuma, e acabou sendo... o marido bateu e quebrou os dedos dela. A gente mora longe, é isolado e ninguém escuta pedindo socorro”* (Depoimento oral, agosto de 2021).

Outra participante da pesquisa, **Eunice**, conta que a violência doméstica e de gênero continua presente no assentamento, mas que há décadas atrás, quando havia menos informação e menos meios de proteção, a situação era muito pior. Existe um sentimento de autoproteção entre as mulheres, mas também existe o temor de também se tornar vítima do agressor, diante da falta de segurança. A falta de acesso à informação e a dificuldade de contatar a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM)⁵¹, inibe as mulheres de denunciarem seus agressores e, conseqüentemente, aumenta a impunidade.

Nesse contexto, as outras mulheres e a vizinhança não se sentem seguras ao ajudarem a mulher que está sofrendo esse tipo de violência. Pelas palavras de **Nazaré**, *“[...] se você apoia, você acaba sendo prejudicada, acaba correndo risco”* (Depoimento oral, agosto de 2021). Sua narrativa continua indicando que elas precisam de meios jurídicos e legais para a proteção dessas mulheres no território.

Então, quando aquela mulher chegou naquela situação, eu fiquei, a gente ficou um pouco sem ação, um pouco assustada, só que a gente sabe, principalmente agora, eu venho recebendo uns relatos, telefone, mensagens de algumas companheiras, que vem sofrendo pressão, né? Às vezes não é tanto apanhar, bater, mas com palavras, com agressões verbais. Então, a gente vem... a gente tem acompanhado esses casos (Depoimento oral, agosto de 2021).

A violência de gênero não afeta só as mulheres no território, o machismo estrutural e o preconceito também agredem as pessoas LGBTQI+, e no campo todos os estereótipos são reforçados. Essa realidade é descrita por **Vera**, que relata: *“Hoje a gente vê muito assim... na população LGBT... a gente vê que assim... tem muitas pessoas que ainda tão tentando se esconder, por devido o preconceito”* (Depoimento oral, agosto de 2021). Ao ser questionada sobre essa realidade nos assentamentos, ela continua:

⁵¹ As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) compõem a estrutura da Polícia Civil, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal. Entre as ações, cabe citar: registro de Boletim de Ocorrência e do termo de representação, solicitação ao juiz das medidas protetivas de urgência nos casos de violência doméstica contra as mulheres. O Território do Pontal do Paranapanema conta apenas com uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), que está situada no município de Presidente Prudente, que dista aproximadamente 70 km do município de Mirante do Paranapanema e 209 km do município de Rosana, considerando a localização dos assentamentos na zona rural, essa distância é ainda maior, o que dificulta o acesso à informação é a própria DDM, para uma possível denúncia.

É mais pesado, totalmente pesado. É... existe um machismo muito arrogante dos homens de mais idade que não tem esse entendimento, e brigam, revoltam. Eu...assim... tive que interferir... teve um caso aqui no assentamento de um pai que quis espancar a filha, porque não aceitava que a filha namorava com outra menina. Você entendeu? De chegar a querer matar a filha, de tocar de dentro de casa, e do outro lado você ter um pai que tem uma memória totalmente diferente, sabe? Você ter que encorajar, tentar conversar, é difícil! São parâmetros complicados (Depoimento oral, setembro de 2021).

Assim como as demais lideranças entrevistadas, **Vera**, descreve com orgulho os espaços conquistados, o fato de não baixar a voz, de trabalhar na articulação das mulheres para que se empoderem e decidam sobre si e suas trajetórias de vida como agricultora familiar, caminho esse traçado a partir da conquista do lote. Para se protegerem da violência de gênero, essas mulheres encontram nos movimentos de mulheres, nas redes sociais e nas vizinhas a rede de apoio que precisam, mas estes ainda não são meios de proteção suficientes.

Cumprir a Lei nº 11.340/06⁵² (Maria da Penha), nos territórios rurais é um grande desafio, pois a denúncia nem sempre é possível. Existe uma realidade concreta de discriminação e de não garantias de proteção à mulher. É notório no discurso das lideranças, a falta de proteção jurídico institucional para essas mulheres, a ponto de terem que abrigar a vítima dentro da sede da associação. O território do Pontal do Paranapanema, assim como os demais territórios rurais, precisa construir mecanismos de segurança, proteção e acolhimento para essas mulheres, além de criar meios para afastar definitivamente os agressores do seu meio de convivência, já que o lote e a falta de renda monetária é algo que, muitas vezes, as fazem permanecerem dependentes.

Garantir os direitos constitucionais básicos à população é dever do Estado e as políticas públicas são o meio utilizado para esse fim. O obstáculo se dá entre a formulação de políticas públicas que atendam de forma coletiva à população que possui especificidades geográficas e sociais. Propiciar o desenvolvimento territorial desse país com dimensões continentais, atendendo à diversidade de sua população é um desafio a mais. Nesse cenário, e direcionando o recorte da população de trabalhadores e trabalhadoras rurais assentados, observamos que já houve muitos avanços, mas que muito ainda precisa ser feito, principalmente no que se refere às mulheres assentadas, cujo trabalho é comumente invisibilizado e indispensável para a permanência no campo.

⁵² Essa Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

6.7 O PAA e o PNAE como instrumentos para segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária do Pontal do Paranapanema

Na história do Brasil, por um longo período, a agricultura familiar ficou em segundo plano, e até meados da década de 1990 não havia políticas públicas de abrangência nacional que incluíssem as particularidades econômicas e sociais desse segmento. Após inúmeras mobilizações dos movimentos sociais rurais, a primeira delas foi instituída em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um programa de crédito subsidiado para o apoio da produção rural familiar, constituindo-se em várias modalidades, que variam de acordo com a renda anual dos agricultores (Silva; Del Grossi; França, 2010).

Ainda que seja inegável a importância dessa política pública de oferta de crédito, outros instrumentos importantes precisam ser inseridos para que a política agrícola mantenha a sustentabilidade da produção, entre eles a sustentação dos preços, a garantia de mercado e a assistência técnica para a agricultura familiar. Visando sanar essas demandas, o Governo Federal instituiu, em 2003, por meio do artigo 19 da Lei nº 10.696, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Sambuichi *et al.*, 2014). O PAA tinha como objetivo fomentar a agricultura familiar e combater a insegurança alimentar de pessoas em situação de vulnerabilidade, atuando como um canal importante de comercialização para os pequenos produtores rurais e uma política pública relevante de acesso à alimentação saudável. Ao longo de sua trajetória já passou por várias alterações normativas e institucionais, no intuito de potencializar e aprimorar sua implementação (Perin *et al.*, 2021).

Para atingir seu escopo, o PAA foi estruturado em diversas modalidades. As modalidades que vigoraram no programa em plena fase de desenvolvimento são estas: compra direta; compra com doação simultânea; PAA – leite; formação de estoque; compra institucional; e aquisição de sementes. Para marcar essas mudanças, Perin *et al.* (2021, p. 5, grifos da autora) apontam três períodos principais de implementação do PAA, quais sejam:

O **inicial (2003-2008)** foi de aprendizado e organização dos processos tanto no nível gerencial quanto local. O período **intermediário (2009-2013)** teve como principais destaques: i) o fortalecimento do programa, marcado pelo protagonismo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); ii) o surgimento do termo de adesão operacionalizado pelo então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e iii) a Operação Agrofantasma, a qual causou uma queda abrupta das operações do programa no fim desse período. No **período mais recente (2014-2019)**, após uma leve retomada inicial de recursos, constatou-se uma contínua redução dos montantes aplicados no PAA, chegando ao fim do período nos menores patamares de sua história.

No Brasil, o PAA foi um programa inovador, promovendo relevantes mudanças para o pequeno agricultor e para os assentados de reforma agrária, como destacou Malcolm (47 anos), analista de desenvolvimento agrário, à frente do Itesp, no núcleo de Presidente Bernardes, São Paulo, que trabalha na entidade há 24 anos e que contribuiu com esse trabalho fornecendo valiosas informações. De acordo com ele, o PAA representou um novo leque de possibilidades para os produtores, especialmente para as famílias assentadas, com as quais ele trabalha. Malcolm descreve a importância do programa, mas também explica que vem sendo desestruturado pelas políticas do programa atual de governo:

O programa de aquisição de alimentos, um programa que foi muito importante. Ele foi perdendo um pouco, o governo foi tirando recurso dele, né? Porque era um programa que o governo, ao invés dele comprar o alimento para as entidades, ele pagava o produtor e o produtor fazia a entrega desse produto. Então, o produtor, ele já conseguia entregar aquele produto, ele já sabia quanto ele ia receber e ele tinha uma renda que era estratégica para ele, ajudava ele no lote, garantia uma renda mensal, porque ele, o programa tinha lá os valores por ano... é um canal de comercialização... e.... foi acabando, o governo foi tirando recursos desse programa e hoje tá muito precário (Depoimento oral, maio de 2022).

O PAA é um instrumento valioso para as famílias que vivem da agricultura familiar, sejam elas assentadas ou da agricultura convencional. A perspectiva de garantia de compra, proposta pelo programa, representa um fator importantíssimo para esse setor, pois, segundo Malcolm (47 anos, Itesp), existe a necessidade de uma atenção especial do Estado para esses produtores, que sofrem instabilidades provocadas pela sazonalidade climática e de mercado. Malcolm descreve que, na fase mais efetiva do PAA, o produtor tinha maior estabilidade e certa segurança econômica dentro do lote. Segundo sua narrativa, o programa representava garantia de renda para o assentado que tinha um determinado período para entregar certa quantidade, cujo recebimento do pagamento já estava pré-determinado. Seu relato demonstra que o grande desafio do agricultor consiste em saber o quanto ele pode gastar, por não saber o quanto ele vai ganhar com aquele produto.

Para Malcolm, esse tipo de programa é fundamental para garantir o mínimo de estabilidade para o agricultor familiar, de forma a possibilitar sua permanência na atividade e sua exclusiva manutenção dela. Com a proposta de promover a articulação entre as políticas de segurança alimentar e nutricional e de apoiar a agricultura familiar, os objetivos do PAA beneficiavam tanto os agricultores familiares como as famílias assistidas pela rede socioassistencial e as escolas (Hespanhol, 2018).

Desse modo, a comercialização de produtos originários da agricultura familiar, por meio de compras governamentais ou do mercado institucional, possibilitou o fortalecimento da agricultura familiar em escala nacional, e isso foi possível a partir do PAA e do PNAE

(Programa Nacional para a Alimentação Escolar), relativamente recentes na estrutura administrativa do país. Ainda sobre o assunto, Malcolm (47 anos, ITESP) enfatiza a importância do PNAE para a valorização das pequenas associações rurais e da diversidade regional e das comunidades tradicionais e quilombolas. Para o colaborador, o

[...] PNAE, também, é uma outra estrutura de programa muito interessante, porque ele é pra alimentação escolar, e existe uma lei que foi muito importante. É aquela que fala que, pelo menos 30% da produção do que eles compram pra alimentação escolar, tem que vir das associações, dos assentados, é... ou quilombolas, ou das comunidades tradicionais... Aqueles assentamentos, aqueles grupos, aquelas famílias que estão melhor organizadas, elas estão conseguindo nos municípios delas vender pros municípios em torno, por conta dessa lei (Depoimento oral, maio de 2022).

Outro aspecto destacado por Malcolm diz respeito à questão da participação familiar nas atividades de produção direcionadas ao programa. Nesse contexto, a participação das mulheres nessa dinâmica produtiva é fundamental, pois são elas quem dão suporte e participam ativamente do trabalho familiar, auxiliando seus companheiros na aquisição de renda. Por serem atividades voltadas especialmente à produção de hortaliças, os casais incluíam a produção destinada à participação no programa na divisão de tarefas: “*Olha, você fica com essa parte das plantações grandes ou do leite e eu cuido da hortinha aqui e essa renda a gente mesmo usa*” (Depoimento oral, maio de 2022). Nesse viés, cabe ressaltar que, no contexto rural, marcadamente machista e patriarcal, as mulheres não possuem autonomia e poder de decisão sobre a renda adquirida nas atividades do sítio, o que demanda a articulação das mulheres em associações e cooperativas, que se torna a via mais eficiente para que adquiram renda do seu trabalho e possam decidir como usar esse recurso.

6.7.1 Rebatimentos das políticas públicas no dia a dia das mulheres no assentamento Gleba XV de Novembro em Rosana-SP

Enredar teoria e prática não é uma tarefa simples, dadas as especificidades das vivências de cada uma das pessoas que se dispuseram a contribuir com a tese de doutorado, contando aspectos e acontecimentos de sua própria trajetória de vida. No entanto, adotamos como responsabilidade usar essa tese como ferramenta para apresentá-las dentro desse espaço da universidade, além de projetar suas vivências para outras mulheres, para que se empoderem e também para demonstrar a importância das suas lutas para o território em que vivem, que não são devidamente valorizadas.

Para entender melhor suas falas e experiências, em uma das incursões ao campo, desenvolvemos uma atividade artística com as participantes do grupo focal. A aplicação da

técnica do grupo focal foi realizada na sede da OMUS (Associação das Mulheres Unidas), que está localizada no Assentamentos Gleba XV de novembro, no município de Rosana, São Paulo. No trabalho, de modo geral, trabalhamos com assentamentos de dois municípios: Rosana e Mirante do Paranapanema, ambos dentro da divisão territorial do TC da Cidadania do Pontal do Paranapanema, mas nessa incursão a campo, o grupo focal foi desenvolvido na Gleba XV de novembro por esse ter sido o primeiro assentamento rural do Pontal do Paranapanema e por ser a OMUS também a associação de mulheres mais antiga presente no território.

De modo simplificado, o Grupo Focal é uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne em um mesmo local e durante um período estipulado, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo das suas investigações. O objetivo é coletar, por meio de diálogo e debate – com e entre eles, informações sobre um tema específico (Cruz Neto; Moreira; Sucena, 2002). Na abordagem que fizemos, o tema em evidência para ser debatido no grupo, foi a relação daquele grupo de mulheres com as políticas públicas e os rebatimentos dessa relação no território em que estão integradas.

Ao final do debate no grupo focal, foi sugerido às participantes uma atividade de memória (Painel fotográfico 5), na qual elas deveriam representar artisticamente o antes e depois da sua vivência nos assentamentos, com e sem as políticas públicas. A atividade sugeria que elas expressassem em uma folha de papel como era a realidade dos assentamentos em que viviam antes e depois do acesso às políticas públicas. Para desenvolver a tarefa, as mulheres foram divididas em quatro grupos que possuíam de três a cinco participantes, que se expressaram a partir de desenho e pintura em cartolina. Na sequência, a proposta era de que o grupo apresentasse para as outras participantes o que haviam representado no desenho.

Painel fotográfico 5 – Realização da atividade de memória, em 25 de março de 2023



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023

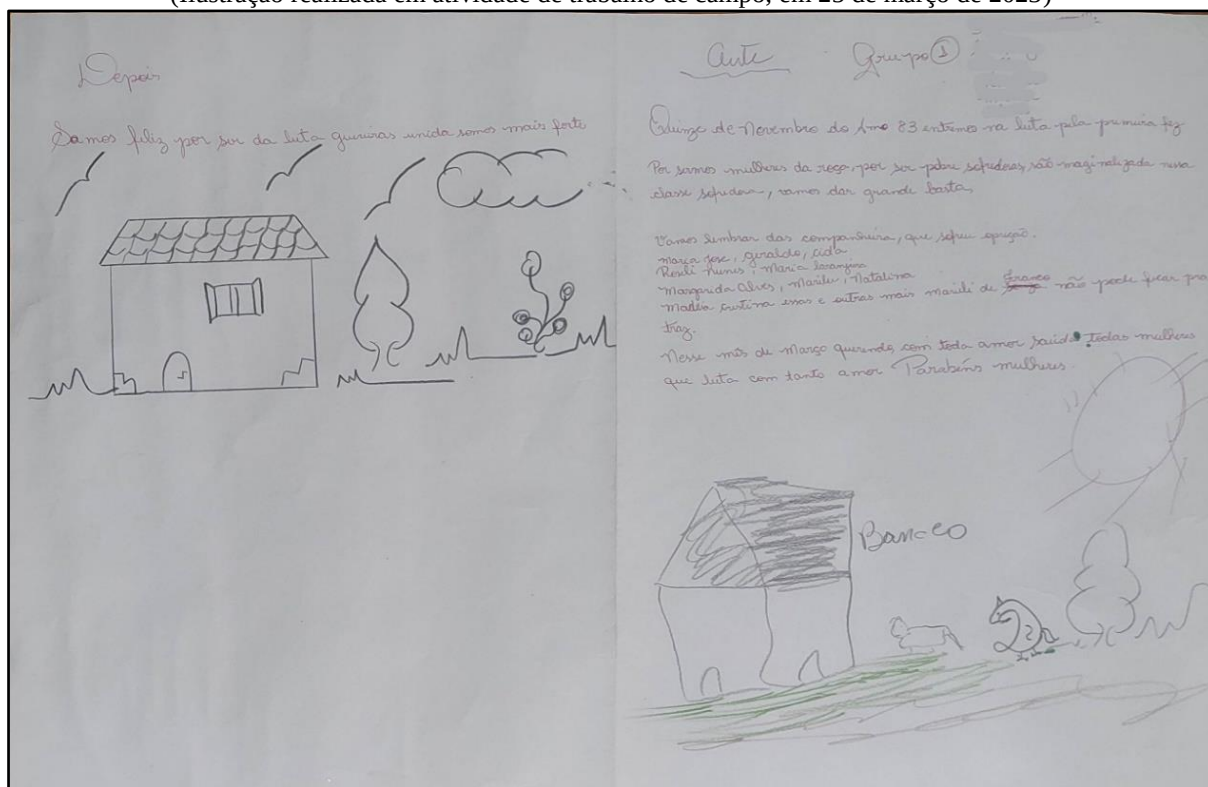
O resultado apresentado demonstra que a conquista dos direitos básicos à moradia, alimentação, saneamento, transporte, saúde e o mínimo de infraestrutura já é valorizada como um benefício importante para suas histórias de vida. Outra questão importante a ser relatada é a representação do espaço doméstico, do quanto a melhoria da qualidade de vida representou a diminuição da carga de trabalho dessas mulheres. Já que as tarefas extras de buscar lenha, carregar água, lavar as roupas no tanque (muitas vezes somente em baldes e bacias à mão) etc. recaem predominantemente sobre elas. As fotos das ilustrações realizadas por elas durante a atividade demonstram essa realidade.

A partir dessa atividade pudemos perceber como foi para essas mulheres a conquista da terra e, especialmente, como foi transformar um lote em território. Antes de serem assentadas, a maioria dessas mulheres possuía como território apenas seus próprios corpos, pois não tinham visibilidade como sujeitos. Sobre a apropriação do território, Haesbaert (2004) afirma que um sujeito não pode ser definido como grupo, comunidade, ou mesmo sociedade, sem que esta esteja inserida em um determinado contexto geográfico, que para ele é o território.

Como geógrafos, ao pensarmos em apropriação do território, inserimos um contexto de poder, de disputa e de propriedade. No entanto, durante a interação com essas mulheres, ao receber a concessão de uso da terra no assentamento, elas receberam o direito de estabelecer sua própria territorialidade e de se espacializar a partir do acesso à água, à moradia e à alimentação. Conforme Fernandes (2009, p. 209), “[...] os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos”.

O primeiro grupo a se apresentar, liderado por **Dona Nice**, mostrou o desenho que elas produziram e que está na imagem abaixo (Imagem 4). Nele, há uma representação do antes (lado direito) e depois (lado esquerdo) a partir de um desenho e de alguns versos de uma poesia que ela declama na apresentação. Nessa poesia, elas descrevem em poucos versos as trajetórias das mulheres assentadas e sua luta na e pela terra, lembrando as que já se foram e saudando as que devem continuar com o legado da luta.

Imagem 4 – Desenho Grupo I: antes e depois da vida nos assentamentos em relação às políticas públicas (Ilustração realizada em atividade de trabalho de campo, em 25 de março de 2023)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023

“Quinze de novembro do ano oitenta e três,
Entramos na luta pela primeira vez.
Por sermos mulheres da roça,
Por sermos pobres sofrendoras,
Somos marginalizadas,
Nessa classe opressora.
Vamos dar uma grande basta,
Deixar de ser sofredora.

Vamos lembrar das companheiras,
Que sofreram a opressão
Maria José, Geralda, Cida,

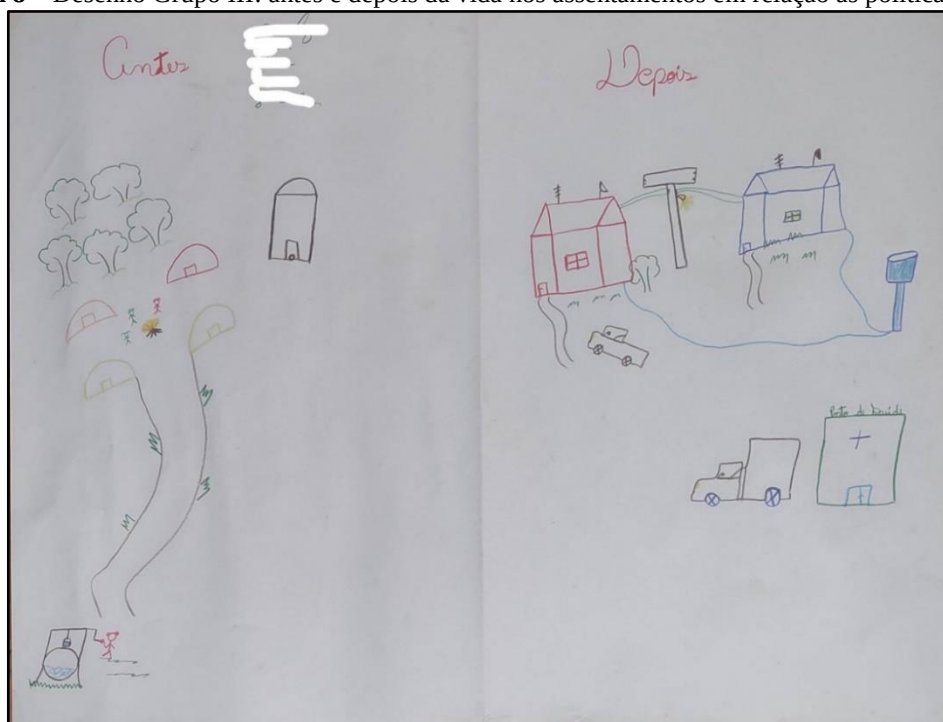
Roseli Nunes, Maria Laranjeira,
Margarida Alves, Marilu, Natalina
Maria Cristina, essas e outras mais,
Mas Mariele Franco não pode ficar pra traz
Nunca podemos esquecer que da luta participaram.
Nesse mês de março, queremos com todo amor
Saudar todas as mulheres que lutam com tanto amor.
Parabéns mulheres do campo e da cidade, pela luta!
Parabéns mulheres assentadas, pelas conquistas!
Parabéns pelo oito de março,
Dia internacional da mulher.”

Fonte: Áudio transcrito do registro da apresentação (em vídeo), em 25 de março de 2023, na sede da OMUS, na Gleba XV de novembro em Rosana

Sobre a realidade vivenciada no lote antes do acesso às políticas públicas, o relato do grupo é de que quando chegaram não tinha uma árvore sequer, se abrigavam debaixo dos barracos de lona improvisados, os animais que os acompanhavam eram cachorrinhos “cotós”, magros e “sarnentos”, que os protegiam ao latir na escuridão. Para o depois, a descrição é de hoje, que são felizes, pois possuem sua casa, fruteiras no quintal e podem plantar e colher seus próprios alimentos e com fartura para vender e doar para quem precisa. A apresentação do grupo um se encerra com o brado de: “Mulheres unidas, jamais serão vencidas!”.

Imagem 7 – Grupo II realizando a atividade

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023

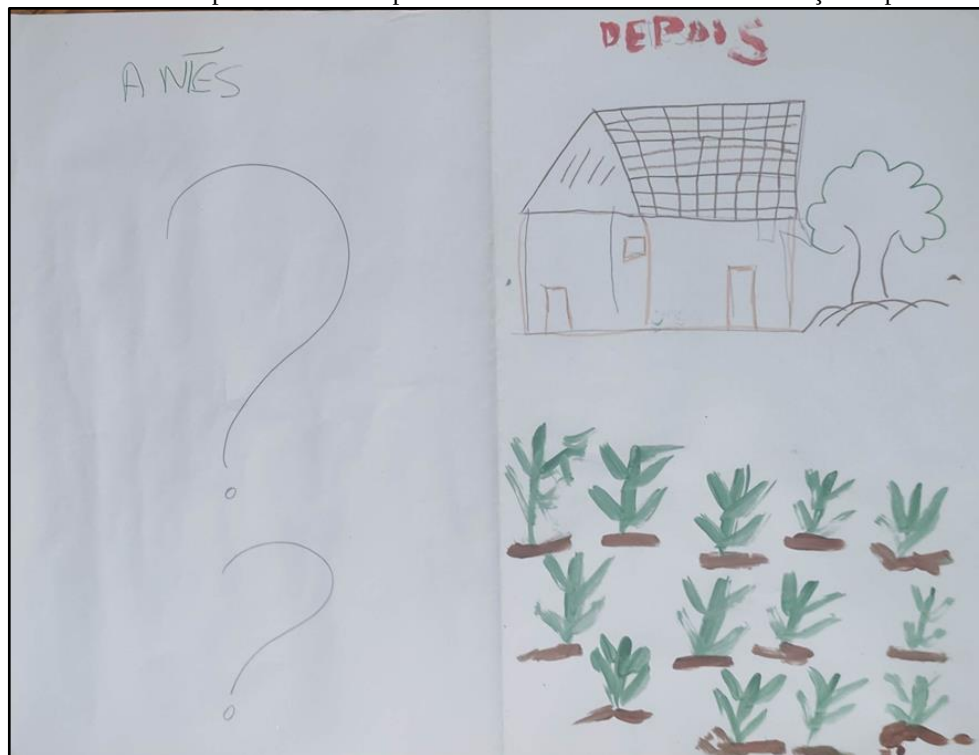
Imagem 8 – Desenho Grupo III: antes e depois da vida nos assentamentos em relação às políticas públicas

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023

Durante a realização da atividade surgiu uma perspectiva diferente: um grupo foi formado coincidentemente por três mulheres que haviam adquirido o lote por meio de compra. O antes delas é representado por um ponto de interrogação que, segundo elas, significa o desconhecimento daquela realidade e o depois representa o trabalho no campo, constituído por meio de lutas pessoais. Elas relatam não estar diretamente inseridas nas políticas públicas levadas ao debate (PAA, PBF, PNAE), mas ao se juntarem às demais associadas da OMUS,

elas têm a pretensão de somar suas aptidões às lutas das demais para assim se fortalecerem como mulheres.

Imagem 9 – Desenho Grupo IV: antes e depois da vida nos assentamentos em relação às políticas públicas



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023

Uma testemunha importante das lutas dessas mulheres desde os acampamentos, na década de 1990, e depois da organização delas e a busca de outros direitos (saúde, educação, moradia e renda), é a assistente social do ITESP, Rosa, que, apesar de aposentada, demonstra em sua fala, o orgulho que sente em estar ainda na ativa (ainda presta serviço na instituição por meio de relatórios e outros serviços) e do quanto pode contribuir com o seu trabalho para garantir os direitos de muitos homens e mulheres assentados. Ao ser indagada em entrevista sobre o que testemunhou sobre a origem e evolução das políticas públicas no contexto das políticas de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, ela responde:

[...] eu acho que as políticas públicas, elas são importantes, é uma conquista da sociedade, dos movimentos sociais. Se veio a saúde para o assentamento, foi de luta, se teve previdência, foi luta. Porque elas estão aí, até por lei, tá aí: “toda criança tem que tá na escola”. Pela Constituição, todo ser humano tem direito à saúde, mas para essas políticas públicas chegarem lá na ponta, aonde tá quem precisa, tem um caminho longo a ser percorrido e elas chegam sempre, através da luta. Teve nos assentamentos aí momento que a luta por saúde e educação era mais forte, aí, isso dava uma apaziguada... teve momentos que a política de educação era mais forte, da previdência... teve momentos de até o INSS entender que o agricultor assentado era familiar, tinha aqueles direitos de agricultor familiar. Então, elas são fundamentais porque se não tivesse esse atendimento, as populações pereciam, se não tivesse acesso a essas políticas. Então, eu acho que a gente teve momentos de mais facilidade e tem momentos que é de acordo com quem tá no poder público... porque hoje as

políticas públicas, elas estão a maiorias municipalizadas (Depoimento oral, julho de 2021).

A presença das políticas públicas nos assentamentos transformou a perspectiva dessas mulheres, porém, nos trechos finais dessa parte da narrativa de *Rosa*, ela sinaliza a preocupação com o curso que essas ações vêm tomando. Essa preocupação não é apenas dela, uma grande parcela da população brasileira, beneficiária ou não dessas políticas, acompanha com apreensão esse outro capítulo na trajetória política do país.

6.7.2 Desestruturação das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar no Brasil contemporâneo

Mesmo diante de todos esses fatores, os rumos que tomaram as políticas públicas no Brasil contemporâneo têm, a grosso modo, a aparência de um trem descarrilhado, pois, trata-se de um momento de enfraquecimento/desconstrução, iniciado a partir da assunção do Governo de Michel Temer (2016-2018), pelas vias questionáveis do *impeachment* de Dilma Rousseff. Grisa *et al.* (2022) descrevem que o percurso de desmonte representa, de maneira simplificada ao que o que o Dicionário da Língua Portuguesa define como “separação em partes componentes” ou “desmontagem” do arranjo das estruturas institucionais de políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar estabelecidas em nível federal.

Essa nova etapa na história do país teve como ponto de partida algumas transformações políticas importantes, dentre elas, os avanços socioeconômicos que o Brasil alcançou a partir dos anos 2000, a crise econômica iniciada em 2014, os desdobramentos da Operação Lava Jato e a contestação dos resultados das eleições de 2014, por Aécio Neves, do pleito que culminou na reeleição de Dilma Rousseff (Gomide *et al.*, 2023). Esses fatos culminaram em uma ruptura institucional, sob a forma de *impeachment* em 2016. Nesse contexto, foi iniciado um retrocesso democrático no Brasil e a destituição da presidenta Dilma Rousseff representou a conjuntura crítica mais importante no período analisado.

A princípio, o *impeachment* trouxe mudanças abruptas para a institucionalidade de alguns setores de política pública e abriu caminho para a criação de limites fiscais sem precedentes, a partir da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos. Contudo, os impactos gerados não foram apenas de natureza fiscal ou administrativa. Destacadamente, a aprovação do *impeachment* impulsionou a conformação de movimentos políticos pouco comprometidos com a ordem institucional democrática, cujos efeitos ainda se fazem sentir seis anos depois, no período pós-eleições de 2022 (Gomide *et al.*, 2023, p. 16).

O contexto a partir de 2016 se apresentava em cenários distintos, mas que atingem a democracia de modo contundente, ainda que eleições livres continuem a ocorrer no país. A outra perspectiva revela os impactos provocados pela Operação Lava Jato, tanto na economia, com a desarticulação dos setores petroquímicos e da construção civil, quanto na cultura política, com a criminalização da atividade política e o fortalecimento de grupos de direita radical (Gomide *et al.*, 2023, p. 16). Mobilizados sob a bandeira do combate à corrupção, esses grupos passaram a lançar as sementes da polarização política que se vivencia ainda hoje.

Por outro lado, no campo socioeconômico, as elites vieram a demonstrar seu ressentimento quanto aos (ainda que muito pequenos) ganhos de renda das classes populares e às perdas relativas de privilégios, resultantes das políticas de inclusão social e educacional proporcionadas por programas como o Bolsa Família, a política de reajuste real do salário mínimo, a equiparação dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas e a inclusão social no ensino superior possibilitada pelas políticas de cotas, pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) e pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) (Gomide *et al.*, 2023, p. 17-18).

É nesse contexto de desinformação (*fake news*) e ressentimento, que empunhando uma bandeira anticorrupção que chega ao poder em 2019 no Brasil, Jair Bolsonaro, um político de extrema direita, por décadas, inexpressivo no Congresso Nacional. Para Avritzer (2019), a eleição de Jair Bolsonaro como presidente demonstra algumas das formas de degradação institucional consolidadas na conjuntura pós-*impeachment*. Junto com ele ganharam espaço elementos identificados em outros governos populistas e de direita⁵³. A eleição de Bolsonaro equiparou o Brasil aos demais países que experimentaram o declínio democrático sob a liderança de um líder populista reacionário.

Os quatro anos de seu governo foram marcados por uma liderança que desafiou os limites da legalidade, rompendo-os em alguns casos. Foram marcados também por um governo que recorreu a medidas infralegais de enfraquecimento das instituições e das políticas públicas; que preencheu um amplo número de cargos civis com militares simpatizantes de seu projeto antidemocrático; que assediou servidores públicos e desmobilizou capacidades estatais construídas a duras penas desde a redemocratização do país (Gomide *et al.*, 2023, p. 18).

Uma consequência imediata após a destituição presidencial de Dilma Rousseff foi a redução de recursos que já haviam sido direcionados ao financiamento das políticas para o setor da agricultura familiar, impactando a execução de muitos programas governamentais ainda em 2016. Apreensiva com o que tinha acompanhado durante a campanha eleitoral em 2018, **Dona**

⁵³ A exemplo de Donald Trump nos Estados Unidos, cuja liderança enaltecia o desprezo pelo Estado de direito e pelas instituições democráticas; desrespeito às minorias; uso das redes sociais para promoção da desinformação; priorização da guerra cultural contra o denominado “marxismo cultural” e o “globalismo”; conservadorismo religioso acompanhado do desrespeito à laicidade do Estado, entre outros (Gomide *et al.*, 2023).

Nice, uma das colaboradoras da pesquisa, ao ser questionada sobre a atuação do Governo Bolsonaro para as mulheres, fez questão de afirmar os motivos pelos quais não votou e não haveria de votar em Jair Bolsonaro.

Eu como uma negra, não votei no Bolsonaro porque eu vi ele discriminando negra, mulher, uma deputada até bonita e ele falo que não servia nem para estuprar. Como que eu, uma negra, sendo mulher, e ainda velha e cristã, vou vota num cabra que fala uma palavra dessa, né? Porque mesmo se eu não fosse cristã, eu tinha que respeitar. Se ele falou isso com ela e falou que negro não prestava nem para procriar/só pra procriar... Então, como que eu ia votar no Bolsonaro? Não ele não mentiu... ele ganhou porque muitos achou que ele ia dar arma e não sei pra quê. Então, eu pra mulher eu vô dar de um/de zero a 100, eu dou zero pro Bolsonaro nos direitos das mulheres (Depoimento oral, agosto de 2021).

Nos moldes da agenda política adotada por Bolsonaro, o desmonte de políticas anteriores era parte das promessas de campanha do então presidente eleito, especialmente às ligadas aos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores (PT) (Fisher; Vaz, 2020). De forma aplicada, essa mudança abrupta de estratégia política atinge diretamente quem está lá na ponta da estrutura, por meio dos ataques aos espaços de participação popular nas políticas públicas, estendido pela criminalização dos movimentos sociais. A narrativa de Malcolm (47 anos, Itesp) contempla esse tema a partir da seguinte explanação:

O que muda é o seguinte: tem momentos que você tem um governo que é, vamos dizer assim, tem essa visão progressista e aí ele, mesmo ele não tendo condições de atender de uma forma satisfatória, mas ele vinha, dialogava e ele não usava daqueles artifícios, assim, eu publico que tenho o programa, mas eu não ponho o dinheiro e eles que lutem. Hoje não, hoje você tem um governo que vem e ele não debate com você, não te escuta, não te ouve e ainda publica que tá fazendo o programa e, na hora que você vai ver e usar o programa, o dinheiro não tá lá. Eu venho, faço o projeto, o governo divulgou o plano de safra, mas a hora que eu vou lá o banco fala: “Óh, não tem dinheiro destinado pra cá, não chegou, não veio” (Depoimento oral, maio de 2022, grifos nossos).

O desmonte nem sempre leva ao fim de uma política pública, no entanto, ele implica em cortes, redução e/ou fim de programas governamentais existentes. Diante do que foi analisado é possível ações de desestruturação em relação à concepção normativa de agricultura familiar orientadora das políticas públicas. Esse tipo de ação pode ser claramente observado a partir da análise cronológica dos recursos direcionados ao PAA (Tabela 4).

De acordo com Grisa *et al.* (2022), a partir de 2016, em pleno curso das rupturas políticas e institucionais, mesmo com indicativos do aumento da insegurança alimentar, houve uma grande redução dos recursos destinados ao programa, o que podemos caracterizar como um desmantelamento por ineficiência. Os gestores públicos preferiram não assumir os custos políticos de extinguir um programa reconhecido internacionalmente, mas foram reduzindo sua intensidade.

Tabela 4 – Recursos investidos em reais, número de agricultores familiares beneficiários, números de organizações socioassistenciais beneficiadas e quantidade de alimentos adquiridos (em ton.) pelo PAA, de 2003 a 2019

Anos	Recursos aplicados (R\$)	Número de agricultores familiares beneficiados	Número de organizações socioassistenciais beneficiadas	Alimentos adquiridos (ton.)
2003	145.014.750,90	41.464	*	7.800
2004	181.074.211,46	68.697	*	248.804,68
2005	295.582.051,59	69.692	*	277.033,48
2006	497.833.620,40	150.919	*	462.598,69
2007	465.105.404,51	134.574	*	418.661,22
2008	512.036.873,93	138.285	*	396.379,94
2009	591.244.764,73	142.381	*	500.490,78
2010	675.133.142,78	157.594	*	462.429,16
2011	667.325.490,15	160.011	25.331	517.921,88
2012	839.217.997,38	185.979	23.866	529.033,66
2013	443.185.235,52	96.912	12.329	280.175,45
2014	583.838.845,62	113.727	13.225	336.155,54
2015	555.429.848,06	95.871	14.065	289.827,17
2016	417.407.933,74	76.896	14.772	133.909,94
2017	191.135.350,62	31.187	4.720**	59.115,82
2018	199.214.239,39	*	*	*
2019	157.895.909,99	*	*	*

* Dados não disponíveis ** Informação incompleta

Fonte: Grisa *et al.* (2022, p. 32). Elaborado a partir do PAADATA, Brasil, MDS (de 2010) e Conab (vários anos)

A análise de Grisa *et al.* (2022) demonstra que, em 2019, o PAA executou o menor orçamento desde 2004, inferior apenas ao do período da sua implantação, em 2003. A Lei Orçamentária de 2020 havia estabelecido inicialmente um valor de 150 milhões de reais para o programa, todavia, o orçamento extraordinário em virtude da covid-19, permitiu suplementação orçamentária de R\$ 500 milhões. Ainda que pudesse sinalizar uma retomada do programa, em um contexto de agravamento da insegurança alimentar, a Lei Orçamentária de 2021 voltou a reduzir esses valores, estabelecendo um orçamento de R\$ 371 milhões.

Esse enfraquecimento do programa foi percebido diretamente pelas assentadas, a redução dos recursos federais limitou a participação delas e das associações as quais estão ligadas ao programa. **Dona Nice** comenta o seguinte:

Nós tivemos quatro anos engradado, fora de política pública, que roubaram de nós [voz embargada], tiraram de nós. Então, nós fiquemos perdidas, sem política pública. Nós ficamos perdidas sem PAA, nós ficamos, male má, se arrastando com as migalhas do PNAE (Depoimento oral, março de 2023).

Ela se refere à participação no PNAE, em escala municipal, que apesar de estruturado em uma escala muito menor, se manteve durante o período. Isso ocorreu, porque em 2020, em virtude do contexto de pandemia e suplementação de recursos, o governo federal priorizou a execução em municípios que estavam no mapa de insegurança alimentar, ou que comprovassem situação de insegurança alimentar e pobreza. Além das limitações das capacidades estatais, a priorização dos municípios como executor da política pública esteve diretamente relacionada a interesses políticos (Grisa *et al*, 2022). As mudanças no orçamento que afetaram gestão e intensidade do programa repercutiram no esfacelamento do PAA, que foi revogado pela Medida Provisória nº 1.061/2021, convertida na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, que substituiu o Programa Bolsa Família, pelo Auxílio Brasil e criou o Programa Alimenta Brasil no lugar do PAA (Brasil, 2021).

6.7.3 Novo cenário, velhos atores: Lula presidente e o retorno da esperança social

A grande reviravolta aconteceu após Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retornar à presidência do Brasil, após vencer a disputa presidencial mais acirrada desde a retomada das eleições diretas em 1989, em que venceu Jair Bolsonaro por uma diferença menor do que 3 milhões de votos.

O resultado das urnas expõe numericamente o quadro de polarização política e social no país, característica marcante da trajetória brasileira nos últimos anos e aspecto definidor da luta eleitoral no contexto recente. Em meio aos escândalos envolvendo o uso sistemático das chamadas *fake-news*, do desafio de preservação da democracia e das inúmeras controvérsias levantadas sobre aspectos da vida pessoal e pública das principais candidaturas, a disputa presidencial abriu espaço, ainda que secundário, para os temas de Política Externa (Santos, 2023, p. 130).

Os temas levantados pela campanha do presidente Jair Bolsonaro foram a mobilização da pandemia e da Guerra da Ucrânia como responsáveis pelas dificuldades externas e internas do país. Sua estratégia era a junção em seu discurso da política interna e política externa para vincular seu adversário a chefes de Estado, governo e a movimentos considerados controversos para o eleitorado mais conservador. Era favorável à campanha do ex-presidente Lula, a memória positiva da experiência do seu governo na Política Externa, o que concedeu ao Brasil certo protagonismo na primeira década do século XXI, indicando a importância da retomada daquele projeto de inserção externa para a superação dos desafios da atualidade (Santos, 2023).

A eleição de Lula representa para diversas camadas sociais, excluídas do projeto político de populista e de direita reacionária, que com essa mudança na proposta de governo e prioridades sociais em pauta novamente, podem voltar à cena pública, inseridas em políticas públicas que atendam às suas demandas, como é o caso dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar.

Uma das primeiras medidas do novo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente foi o relançamento do PAA por meio do Decreto nº 11.476, de 06 de abril de 2023. Esse decreto regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA (Brasil, 2023). A retomada do programa indica como prioridades principais fortalecer a agricultura familiar e agir no combate à fome, garantindo alimentação de qualidade para a população em situação de pobreza (CONAB, 2023).

Ainda de acordo com informações disponíveis no *site* da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), uma das principais mudanças da nova versão do PAA é que a cota individual anual que os agricultores familiares podem comercializar para o programa, passa de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil na modalidade Compra com Doação Simultânea, que é a executada pelo Estado de São Paulo. Outro ponto importante que beneficia diretamente as trabalhadoras assentadas do Pontal do Paranapanema é que a Medida Provisória – MP 1.166/23 formaliza a participação mínima de 50% de mulheres na execução do PAA no conjunto de suas modalidades, além de facilitar o acesso para agricultores familiares que pertençam a povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais e assentados da reforma agrária.

As assentadas da Gleba XV de novembro em Rosana, reunidas na Associação OMUS, receberam com entusiasmo as informações a respeito da retomada do programa. O nosso último contato com elas em campo ocorreu na semana em que o programa foi relançado, as notícias ainda estavam incompletas, mas elas já traçavam planos para a participação na nova versão do programa sob a orientação de **Dona Nice**, presidente da associação, que durante todo o período em que convivemos com ela sempre se mostrou bem informada sobre o contexto de participação nas políticas públicas. Como nessa fala em que orienta uma família associada:

Hoje a CONAB, por exemplo: diz que vai sair 40, mas eu não acredito. Eu acredito que, se sair, será 12 mil. Você poderá trabalhar na certeza que todo mês você vai receber mil reais, não é? Se você trabalhar chega mais. Conab é assim, se você entregar, dentro de três meses, você gastou. Se você gastar 500 reais por mês você gastou. Mas um exemplo, ela vai receber 12 mil e a filha dela vai receber 12, porque ela fez a parceria. Então ela vai ter duas chances no mês, 2 mil reais, que dá um custo para a família ali, ter sua subsistência (Depoimento oral, março de 2023).

Nesse caso, ela explica como a família deve proceder para realizar o termo de concessão de uso dentro do lote e, assim possibilitar à filha que vive com eles, como agregada na propriedade, a participar do programa também. Para essas mulheres associadas à OMUS, o PAA representa uma renda fixa que garante sua manutenção dentro da atividade rural no lote. Na nossa primeira ida a campo, onde nos recebeu em seu lote (Painel fotográfico 6), o Sítio Santa Rosa, **Dona Nice** nos apresentou orgulhosa à área destinada a plantação de hortaliças que eram entreguem para o PAA, na ocasião lamentava-se também a diminuição de recursos e a desestruturação ao comentar que no momento só entregava para o PNAE, na escala municipal.

Painel fotográfico 6 – Dona Nice apresentando seu lote e parte do que é produzido nele



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021

O PAA ressurgiu e com ele uma gama de possibilidades e expectativas, de uma classe trabalhadora que luta para ser reconhecida e por políticas públicas que reconheçam sua participação na produção de alimentos nesse país. A agricultura familiar como setor econômico

amplia as possibilidades de reconhecimento de um grupo diverso de trabalhadores que não se enquadravam no modelo monocultor e agroexportador da agroindústria nacional.

Para as mulheres trabalhadoras assentadas, ela aponta um caminho de esperança para a criação e reestruturação de outras políticas públicas que as incluam na cena política como classe produtora, que possui demandas e necessidades específicas e que para se manter na atividade agropecuária necessita de um aparato de saúde, educação e meios para a geração de renda.

Esse novo período na gestão política federal, com um presidente que é conhecido dos movimentos sociais, representa também um momento de levantar demandas e elaborar novas estratégias que viabilizem a criação e execução de políticas públicas eficientes para a diversidade territorial e populacional do país. O nome de Lula está diretamente associado à algumas das políticas públicas mais transformadoras da realidade socioeconômica do Brasil, como é o caso do Programa Bolsa Família, que passou pelo processo de desmonte e também foi retomada e reestruturada pelo novo governo Lula.

Durante sua campanha presidencial, muitas críticas foram direcionadas a ele por meio de *fake news*, atribuindo outros autores para muitos desses programas e ações, como é o caso de Fernando Henrique Cardoso. O que uma narrativa cronológica como essa pretende demonstrar é que, de fato, muitas ações foram criadas e entraram em vigor em outras gestões e com finalidades políticas institucionais diferenciadas. No entanto, ao analisar, ainda que superficialmente os fatos, percebemos que mais importante que criar (gerar) uma política pública é torná-la efetiva e eficiente para o público beneficiário; mais importante que idealizá-las é fazê-las permanecer é mantê-las como ferramentas úteis para minimizar as desigualdades sociais desse país.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Estabelecidas desde os primórdios da humanidade, as relações desiguais de gênero são socialmente construídas, reconstituindo-se de sociedade em sociedade e de tempos em tempos; mas, embora no decorrer das últimas décadas se verifique uma ampliação das discussões a respeito do assunto, continua a ser um tema emergente e necessário de ser discutido. A assimetria entre os gêneros permanece, o que se torna evidente pela quantidade de estudos que analisam a condição da mulher e as relações desiguais estabelecidas entre os sexos.

Ocupar espaços fora do âmbito doméstico proporcionou autonomia às mulheres e reforçou sua consciência sobre seus próprios direitos. Essa mudança permitiu uma importante transformação social na família, nos valores e nos papéis usualmente atribuídos às mulheres, pois o empoderamento ocorre quando há uma transformação na posição tradicional de submissão da mulher ao homem, quando ela reage e passa a assumir o controle das decisões a respeito de sua vida, das suas opiniões, dos seus bens e da sua sexualidade. Quando isso ocorre, observa-se que as decisões dentro do espaço doméstico familiar deixam de ser unilaterais.

A história tem mostrado que não há mudanças sem ruptura. No caso do espaço público, o processo de transformação é ampliado, pois o bem-estar coletivo é prioridade sobre os interesses pessoais; e a participação social contempla esse contexto, haja vista que provoca mudança na vida das pessoas diretamente envolvidas com ela. Em alguns casos, essas

transformações são constantemente positivas, e em outros é preciso romper alguns padrões e relações para que o processo mais amplo em benefício do coletivo tenha continuidade.

Sob tal perspectiva, a Geografia, assim como as demais ciências humanas e ciências sociais aplicadas, precisa incluir de forma concreta em seus objetos de estudo a versão e atuação específicas das mulheres na constituição do espaço e das interações nele estabelecidas. Os fenômenos sociais, políticos e culturais aos quais são submetidas as relações de gênero, pautadas no binômio dominação/subordinação, não devem ser tomados como parâmetros únicos para analisar tais relações, especialmente a posição da mulher. Apesar da presente dominação masculina, percebe-se a ocorrência de mudanças por meio do posicionamento feminino na sociedade e de sua inserção em atividades fora do seu espaço domiciliar, em tarefas consideradas como produtivas, especialmente por serem remuneradas.

Analisado por outro viés, o processo de expansão dos territórios de poder na vida da mulher provoca transformação em toda a relação familiar, já que passa a dividir com o homem responsabilidades anteriormente exclusivas dele, como o sustento da família. Ao ser liberado dos estereótipos de gênero, o homem também pode viver novas experiências emocionais. Dessa forma, a ação prática de “re-espacialização” da mulher na sociedade implica em transformações não apenas em suas próprias relações e experiências, mas também na de seus companheiros(as), familiares e da própria comunidade.

Associar a perspectiva de gênero à análise sobre o desenvolvimento territorial é um passo ousado, pois nem sempre é possível fazer tal aproximação, no entanto, ao verificarmos como se deu o processo de construção das políticas de desenvolvimento territorial nesse país de proporções continentais, vemos que a escala aplicada na política se distancia do indivíduo, apesar de almejar incorporá-lo em suas diversidades.

O viés de gênero dentro dos territórios rurais é ainda mais específico, pois incorpora demarcações entre as esferas públicas e pessoais, entre o território doméstico e o público, entre o trabalho e a ajuda, e dessa forma, defende o reconhecimento da diversidade, como um aspecto importante a ser analisado. Os territórios rurais possuem dinâmicas próprias e dentro delas estão inseridas pessoas em posições desiguais de poder na sociedade e nas relações. Planejar para atender à totalidade é pensar nas diferenças e um dos passos para isso é reconhecer a participação ativa das mulheres para a construção e o desenvolvimento dos territórios rurais.

Sobre o território, partimos da concepção de que ele é um campo de forças onde as relações se projetam, material e imaterialmente, construído e desconstruído pela complexidade das relações sociais. Ele é o ponto de partida para a intervenção do Estado. Nesse trabalho, a importância de se apropriar da categoria de território para compreender a política de

ordenamento territorial se dá na forma que interpretamos sua multidimensionalidade, o que caminha em direção à proposta das políticas públicas para o planejamento territorial que visam incorporar no seu plano de ação as dimensões: política, econômica, cultural, geográfica e a forma como ocorrem processos específicos, que indiquem coesão para formar um determinado território.

O que se observa é que é indispensável a junção das escalas federal, estadual e municipal para efetivar um desenvolvimento associado às dinâmicas regionais que impulsionem ou que limitem o crescimento de cada território com suas especificidades. A junção desses requisitos representa a complexidade em um país de dimensões territoriais como o Brasil, por isso a noção do território como unidade de referência a partir de recortes que representassem certa coesão geográfica, econômica e social foi uma estratégia que se mostrava coerente.

No estado de São Paulo, a abordagem territorial adotada em conformidade com os critérios foi a dos Territórios da Cidadania, e nossa análise se concentrou em dois municípios rurais localizados no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema – Rosana e Mirante do Paranapanema, os quais demonstraram contar com o dinamismo necessário para a aplicação do ordenamento territorial, pelas características únicas na formação desse território, que contou com inúmeras irregularidades fundiárias e apropriação indevida da terra, além de um tecido social que, mobilizado, consolidou nesse território um grande número de assentamentos rurais: 15 dos 32 municípios possuem assentamentos rurais para a agricultura familiar. Esses assentamentos e as políticas públicas para o desenvolvimento territorial são fundamentais para a manutenção da agricultura familiar nos territórios da cidadania.

Não é possível negar as disparidades entre o urbano e o rural no Brasil, e essa dicotomia se aprofunda quando penetramos na escala da agricultura familiar, especialmente nos assentamentos rurais. Nesses territórios há necessidade de erradicação da pobreza, o que neste trabalho se mostrou algo possível a partir da efetivação de políticas públicas que atendam as demandas dessa população. O que ficou evidente também foi o quanto a participação dos atores, na perspectiva que adotamos, as atrizes sociais, podem facilitar a confluência das trabalhadoras com as políticas públicas para a agricultura familiar.

Assim como em outros territórios, o que se evidenciou nos assentamentos pesquisados no Pontal do Paranapanema, foi que a participação efetiva das mulheres na vida pública promove a melhoria das suas condições de vida, na permanência da sua família no lote e quando organizadas, rebate em uma escala ampliada, que alcança um número maior de famílias assentadas, no assentamento em que vivem e no entorno. A desigualdade de gênero nesses territórios é uma realidade, ficou evidente que por serem mulheres elas precisam buscar

alternativas diversas para serem reconhecidas como lideranças e se inserirem no mercado produtivo.

Nos territórios rurais, os estereótipos de gênero socialmente construídos, estão ainda mais marcados e ao apresentá-los não temos a intenção de reforçá-los, mas de evidenciar que é um processo histórico e social fundamentado pela grande maioria da história conhecida da humanidade. Para romper com as disparidades dessas posições é preciso todo um posicionamento político, social e até mesmo, compensatório. É necessário que reaprendamos que homens e mulheres são complementares em suas funções produtivas e reprodutivas, e nas áreas rurais onde o trabalho familiar é coletivo é importante reconhecer a importância da participação feminina, na produção, no trabalho do lote e na organização social, que promove o desenvolvimento do território.

A pesquisa empírica foi realizada em três assentamentos rurais, no município de Mirante do Paranapanema, São Paulo (Antônio Conselheiro e Santana), e em Rosana, São Paulo (Gleba XV de Novembro). Recebemos a indicação, por fontes ligadas ao Itesp e pelas próprias participantes, de que nessas localidades havia mulheres que se destacavam como lideranças, por estarem articuladas na vida pública por meio de associações e/ou movimentos sociais e por promoverem a própria inserção e a de outras mulheres como beneficiárias das políticas públicas.

O que encontramos no relato de muitas mulheres que participaram dessa pesquisa é a confirmação de que foi por meio da participação e luta que alcançaram algum tipo de reconhecimento, além de mudanças importantes na própria realidade e na de várias outras mulheres, que não possuíam informações, muito menos meios de acesso às políticas públicas. Um traço comum na descrição da trajetória de vida de todas é a posição de coragem e de inconformismo com algumas das situações de vida enfrentadas por elas e por suas companheiras de luta e esse se torna o combustível que as inspira a buscar recursos humanos, físicos, financeiros e políticas públicas para sanar as dificuldades locais que se apresentam especialmente para sua realidade de trabalhadora rural.

No Pontal do Paranapanema, as ações das mulheres que contribuíram com a pesquisa e que possuem participação ativa na vida pública são evidenciadas a partir da constituição de duas associações – a Associação das Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema (AMAS), sediada no município de Mirante do Paranapanema-SP e a Organização das Mulheres Unidas (OMUS), sediada no assentamento Gleba XV de novembro, em Rosana-SP. Essas associações auxiliam a articulação das trabalhadoras assentadas para acessarem políticas públicas como o PAA e o PNAE. Também as auxiliam por meio de informações e direitos dos agricultores familiares assentados.

Articuladas em grupos, a partir de encontros e formações, essas mulheres reivindicaram e, em alguns casos, alcançaram benefícios para os assentamentos que beneficia toda a população daquelas localidades. Uma das conquistas das quais se orgulham e que destacamos é o Centro de Serviços “Pé de Galinha”, em Mirante do Paranapanema, que oferece facilidade de acesso a um grande número de assentamentos localizados na região. O complexo comunitário conta com uma Unidade de Saúde da Família (USF), uma escola que atende alunos dos três ciclos de ensino, com estrutura para atender mais de 800 crianças, adolescentes e adultos; conta também com quadra poliesportiva, posto do Programa acessa São Paulo e uma biblioteca pública.

Ter esses serviços básicos próximos aos assentamentos possibilita que as mulheres participem mais ativamente das atividades de produção no lote, já que, em caso contrário, seriam majoritariamente elas as responsáveis por se deslocar com as crianças e idosos para as sedes dos municípios em busca de atendimento, especialmente no que se refere à saúde e educação.

As conquistas também se efetivam por meio de melhorias na moradia e no lote, pelos projetos de aquisição de renda, por meio da participação nas associações e nas políticas públicas, por conquistarem direitos previdenciários como trabalhadoras rurais, por denunciarem e se auto protegerem da violência doméstica e por buscarem sempre benefícios que resvalam no coletivo e perpassam as escalas territoriais do indivíduo, casa, lote, assentamento, município alcançando todo o território, pois suas vozes ecoam, seu canto se multiplica para que sua trajetória e participação ativa na construção de uma sociedade mais justa sejam constantemente transmitidas.

Algo a ser registrado é que o período em que aconteceu a pesquisa foi majoritariamente durante o tempo de exercício da presidência de Jair Messias Bolsonaro, e os relatos das participantes apresentavam uma preocupação real com o contexto de desmonte, além de já estarem vivenciando os reflexos do enfraquecimento que as políticas públicas tiveram nos últimos anos, antes mesmo da eleição de Bolsonaro. O que provoca apreensão, é que nem sempre o desmonte significa o fim de uma política pública, no entanto, representa cortes, redução e o enfraquecimento ou o encerramento de programas governamentais que beneficiavam as camadas da sociedade menos privilegiadas, como é o caso dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e assentados.

O enfraquecimento dos programas e, especialmente do PAA, foi sentido diretamente pelas assentadas, a redução dos recursos federais limitou a participação delas e das associações as quais estão ligadas ao programa, gerando para elas e suas famílias, efeitos diretos a partir da

redução da renda e da incerteza sobre a continuidade desse tipo de programa. Esse panorama vislumbrou novas expectativas, apenas após a última eleição, em que Lula venceu o pleito sobre Bolsonaro. O que pudemos constatar na última visita a campo, já no contexto da nova gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva é que muitas dessas mulheres se sentem representadas por suas estratégias de governo em que consideram incluídas em pautas integrativas e com uma representatividade social mais diversificada.

Contudo, a partir do que foi analisado nesta tese é possível afirmar que a participação social e o protagonismo das mulheres promovem o desenvolvimento territorial. Fazer essa afirmação não significa que o trajeto foi ou é simples, ou que exista algo pronto, acabado, mas demonstra o quanto é importante reconstruir alguns padrões, ou apresentar outra ótica de determinado contexto histórico. E isso se dá, não pelo fato de que as mulheres necessitem que alguém fale por elas, ou as representem, mas justamente pelo fato de estarem tão presentes que demandam ser propagadas.

A presença e a atuação das mulheres como protagonistas nos espaços públicos e nas entidades que representam são fundamentais para o Território do Pontal do Paranapanema, e essa expectativa se amplia país afora. Suas ações possibilitam o desenvolvimento territorial e a atenção a suas demandas favorece toda a comunidade. A transformação da sociedade não é possível apenas numa escala micro, mas é a partir desse lugar que ocorre um processo de transformação coletiva.

Essa tese não é um trabalho acabado, eu a reconheço como o início de uma jornada, cheia de perguntas que ficaram por serem respondidas, cheias de pessoas e trajetórias que mereciam ter sido apresentadas. Reconheço todas as limitações deste trabalho, mas reconheço nele também todo empenho em reforçar a identidade dessas protagonistas, de aprender com elas e de mais uma vez provocar a abrangência do saber geográfico, ao ampliar os prismas e caminhar em direção a uma ciência igualitária e justa, que preza pelo reconhecimento das pluralidades de uma sociedade que constrói, destrói, reconstrói e é construída por e com o território.

REFERÊNCIAS

ADIB, Alberto Renault. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Guia para o planejamento. Brasília, DF: IICA, 2007.

ALMEIDA, Karina Palmieri de. **Desenvolvimento territorial rural na América Latina: análise comparativa entre as políticas públicas na Argentina, Brasil, Costa Rica e México**. 2017. 88 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara**. 1996. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A conquista da terra pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema: as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara**. 1993. 104 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 2017.

ANDRADE, Tânia. Experiência concreta de mediação de conflitos agrários. In: BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.* (coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

ANJOS, Gabriele dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 31, p. 509-534, jul./dez. 2008.

APP SINDICATO. Reforma da Previdência já tirou de 100 mil mulheres o direito à aposentadoria. **CUT Brasil**, São Paulo, 14 de maio de 2021. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/reforma-da-previdencia-ja-tirou-de-100-mil-mulheres-o-direito-a-aposentadoria/>. Acesso em: 28 set. 2021.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BANDEIRA, Lourdes Maria; PRETURLAN, Renata Barreto. As pesquisas sobre o uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 43-57.

BASTERD, Leila L.; PITANGUY, Jaqueline (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BONNAL, Philippe; KATO, Karina. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. *In*: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (org.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. p. 61-88.

BORGES, Maria Celma. **De pobres da terra ao movimento sem terra**: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP. 2004. 459 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL registra um caso de feminicídio a cada 6 horas e meia. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 jul. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4937873-brasil-registra-um-caso-de-feminicidio-a-cada-6-horas-e-meia.html>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023**. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11476.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1061, de 2021**. Criação dos Programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/149322>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Caderno Territorial do Pontal do Paranapanema**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Pontal do Paranapanema**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2011a.

BRASIL. **Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n. 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art39. Acesso em: 27 de mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Territórios da Cidadania**. Brasília, DF: MDT/SDT, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 27 mar. 2022

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil.** Brasília, DF: MDA/SDT, 2005.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 10, n. 7, p. 50-81, 2002.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil.** Brasília, DF: MDA, 2008. p. 217-20.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras.** Una antología de estudios queer. Barcelona: Icária Editorial, 2002. p. 55-81.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da educação do campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

CALDAS, Olavo Venturim; COSTA, Cristiano Machado; PAGLIARUSS, Marcelo Sanches. Corrupção e composição dos gastos governamentais: evidências a partir do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, p. 237-264, 2016.

CANDIOTTO, Luciano Z. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: RIBAS, Alexandre D.; SPÓSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 70-100.

CARVALHO, Horacio M. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1998.

CARVALHO, Sérgio R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1088-1095, jul./ago. 2004.

CHAYANOV, Alexander V. **La organizacion de la unidade económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

COMISSÃO EUROPEIA. **A abordagem LEADER**: um guia básico. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006. Disponível em: https://www.rederural.gov.pt/images/A_abordagem_LEADER.pdf. Acesso em: 08 fev. 2013.

CONAB. **Retomada do PAA visa fortalecer a agricultura familiar e a garantir o acesso à alimentação saudável a todos os brasileiros**. Brasília, DF, 22 de março de 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4947-retomada-do-paa-visa-fortalecer-a-agricultura-familiar-e-a-garantir-o-acesso-a-alimentacao-saudavel-a-todos-os-brasileiros>. Acesso em: 10 jun. 2023.

COSTA, Mariana Esteves da. **“Cis”tema de educação e alunas travestis e transexuais [manuscrito]**: representações sociais de professores e professoras da rede pública de Belo Horizonte. 2022. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, v. 1, p. 171-188, 2002.

CRUZ NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIII, Ouro Preto, 04 a 08 de novembro, de 2002. **Anais [...]**. Ouro Preto: ABEP, 2002.

DELGADO, Nelson G. *et al.* **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Rio de Janeiro: IICA/OPPA/CPDA/UFRRJ, 2007.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta: pioneira do feminismo brasileiro – séc. XIX. **Mulheres e Literatura**, Lima, año III, n. 32, s. p., abr. 2002.

ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **O Pontal do Paranapanema e a transformação do latifúndio em áreas de assentamento rural**: um estudo sobre o assentamento São Bento. Brasília, DF: IICA, 2014.

FARAH, Marta F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, v. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FAVARETO, Arilson. As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural: lições para uma nova geração de políticas públicas. **Raízes**, Campina Grande, v. 29, n. 1, p. 52-62, 2010.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa**: terras (re)tomadas. (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema). 2009. 575 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil 7**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 197-216.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, Marcos A.; SAVÉRIO, Eliseu (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. *In*: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006. p. 27-40.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**: formação e territorialização em São Paulo. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.* Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP. *In*: BERGAMASCO, Sônia Maria P. P.; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera L. S. B. (org.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003, p. 79-104.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, p. 239-254, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. **Brava gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, São Paulo, n. 20, p. 40-55, 2018.

FIORI, Luciana. **Itesp lança em Mirante do Paranapanema cartilha sobre nova lei dos assentamentos paulistas**. São Paulo, 28 nov. 2017. Disponível em: <https://justica.sp.gov.br/index.php/itesp-lanca-em-mirante-do-paranapanema-cartilha-sobre-nova-lei-dos-assentamentos-paulistas/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FISCHER, Sandra; VAZ, Aline. Populismo no Brasil de contrapositores: manipulação do autêntico e profanação do contrário. **Agenda Política**, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 131-156, 2020.

FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Ordens e liberdades. *In*: DUBY, George; PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres**: o século XIX. Portugal: Afrontamento, 1991. p. 10-15.

FRANCISCO, Maria Luíza Oliveira de. Geografia de gênero e trabalho familiar: algumas considerações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 27-36, jan./jul. 2011.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve histórico do movimento feminista no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2020.

GARCÍA, María Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 216 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GERALDI, Juliano. Análise conceitual da política de territórios rurais. **Planejamento e Políticas Públicas: PPP**, Brasília, n. 39, p. 155-185, jul./dez. 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago. 2004.

GOMES, Maria Elasir S.; BARBOSA, Eduardo F. A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 1, n. 7, p. 24-29, 1999.

GOMIDE, Alexandre de Ávila *et al.* **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023.

GONÇALVES, Betânia Diniz. Participação e consciência política: análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 201-204, jun. 2007.

GONÇALVES, Sérgio. **A luta na terra**: os assentamentos do MST e o desenvolvimento do município de Querência do Norte-PR. Presidente Prudente: Edição do Autor, 2008.

GRISA, Cátia *et al.* **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar**: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.

GUESTI, João Paulo; SILVA, Sandro Pereira. A abordagem territorial do programa LEADER na Europa e sua transparência institucional ao contexto latino americano: uma análise crítica. **Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**, Brasília, Ipea, n. 1, dez. 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA (ENGRUP)*, 4, 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. p. 370-392.

HESPANHOL, Rosângela A. de Medeiros. Reestruturação produtiva e seus efeitos sobre as políticas sociais: da universalização à focalização. O caso do estado do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Território**, Natal, v. 30, n. 1, p. 26-50, jan./jun. 2018.

HESPANHOL, Rosângela A. de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 123-147, ago. 2010.

HESPANHOL, Rosângela A. de Medeiros. PRONAF: Infra-estrutura e serviços municipais e associações de produtores em municípios selecionados da região de Presidente Prudente, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 5, p. 15-24, maio 2006.

HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBGE. **Censo 2022 – Panorama**. População: 203.080.756 pessoas. 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ITESP. **Terra e cidadãos**: aspectos da Ação de Regularização Fundiária do Estado de São Paulo. Vol. 4. São Paulo: Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 1998.

KARAWCZYK, Mônica. Breves considerações sobre a conquista do voto feminino no Brasil. **Revista Veredas da História**, Salvador, v. 3, n. 1, s. p., 2010.

LAUREANO, Delze dos Santos. **O MST e a constituição**: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEITE, José. Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LEITE, Sérgio *et al.* **Avaliando a gestão das políticas agrícolas no Brasil**: uma ênfase no papel dos policymakers. Rio de Janeiro: CPDA, 2007.

LEONIDIO, Adalmir. Violências fundadoras: o Pontal do Paranapanema entre 1850 e 1930. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 1, p. 37-48, jan./jul. 2009.

LIMA, Maria do Socorro Bezerra; MOREIRA, Erika Vanessa. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 37, p. 27-55, 2015.

LORENZETTI, Caroline Schneider; SÁ, Julia Caroline Selzler Passos de; SILVA, Maria Mariana do Nascimento. Pandemia escancara o feminicídio e a subnotificação no Brasil e no mundo. **UFSM**, Santa Maria, 22 jan. 2021. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/midias/experimental/integra/2021/01/22/pandemia-escancara-o-feminicidio-e-a-subnotificacao-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 7-34.

MACEDO, Anelise. Agricultura familiar e a difusa conceituação do termo. **EMBRAPA**, Notícias, Brasília, 01 set. 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2464156/agricultura-familiar-e-a-difusa-conceituacao-do-termo>. Acesso em: 27 mar. 2022.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gatos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017.

MARQUES, Luiz Antonio de Paula; ANDRADE, Marcia Regina de Oliveira; PILLA, Marco. **FUNDAÇÃO ITESP: sua história e realizações, evolução da política agrária, e fundiária no estado de São Paulo**. São Paulo: ITESP, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão da questão agrária**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 176-185.

MENEGAT, Alzira Salete. **Mulheres de assentamentos rurais: identidades e trajetórias em construção**. 2008. Disponível em:

https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST17/Alzira_Salete_Menegat_17.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

MERENGUÉ, Devanir. **Inventário de afetos, inquietações, teorias, psicodramas**. Campinas: Ágora, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista pesquisa qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Temas de geografia feminista contemporânea. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, v. 14, p. 31-50, 1989.

MONK, Janice; RAMON, Maria Dolores García. Geografia feminista: uma perspectiva internacional. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, v. 10, p. 147-157, 1987.

MORAES, Ana Paula da Silva; SILVA, Edvânia Aparecida da; BARONE, Luis Antonio. A participação da mulher nos assentamentos rurais: um estudo no Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 115-134, 2011.

MOREIRA, Ozileide Matos. **“Lugar de mulher é onde ela quiser”**: o protagonismo de lideranças femininas no Território do Sisal – Bahia. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

MOREIRA, Ozileide Matos. Mulher pode poder: empoderamento e demandas de gênero no território do sisal-BA. In: FEIRA DO SEMIÁRIDO: DIÁLOGOS ENTRE O CAMPO E A CIDADE E OS DESAFIOS PARA OS TERRITÓRIOS, X, 2016, Feira de Santana. **Anais [...]**. Feira de Santana: UEFS, 2016.

MOREIRA, Ozileide Matos; DIAS, Acácia Batista. Memórias da construção de uma trajetória de participação social por mulheres no Território do Sisal – BA. In: SANTOS, João Diógenes Ferreira dos; CUNHA, Tânia Rocha Andrade; DIAS, Acácia Batista (org.). **Entrecruzando saberes**: gênero, sexualidade, memória e violência. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 47-66.

NAST, Heidi. Opening Remarks on Women in the Field. **The Professional Geographer**, Estados Unidos, v. 46, n. 1, p. 54-66, 1994.

NEVES NETO, Carlos de Castro; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. O desenvolvimento rural no Brasil e em Portugal. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 74-102, abr. 2014.

NÓBREGA, Lúcia de Moura P. **CEBs e Educação Popular**. Petrópolis: Vozes, 1968.

OLIVEIRA, Ildes F. de; DIAS, Acácia B. Territórios de identidade: principais dilemas do processo de gestão – O caso do Território do Sisal. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, v. 5, n. 2, p. 127-147, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, Francisco Malta de; FERREIRA, Maria da Luz Alves. A atuação feminina na Polícia Militar: considerações sobre a segregação sexual do trabalho. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 7, n. 1, jul./dez. 2013.

PASTORE, Elenice. Relação de gênero na agricultura ecológica. In: TEDESCO, João C.; PASTORE, Elenice (org.). **Ciências Sociais**: debates contemporâneos. Passo Fundo: Méritos, 2005. p. 269-317.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **A bela flor do/no campo**: por uma geografia de gênero e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo. 2020. 392 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PAULILO, Maria Ignez S. *et al.* **Movimento de mulheres agricultoras**: terra e matrimônio. Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 15-38.

PERIN, Gabriela *et al.* **Texto para discussão**. Brasília, DF: Ipea, 2021.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 63-84, 2014.

PINTO, Céli R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. **Movimentos de mulheres e políticas de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Cepia; Banco Mundial, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Maria Lopes. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2015.

RIBAS JR., Fabio Barbosa. **Educação e protagonismo juvenil**. São Paulo: Prattein, 2004.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **Territórios rurais e desenvolvimento no Rio Grande do Norte: política e planejamento**. 2016. 293 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

RODRIGUES, Suelen de Leal; FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. Abordagem LEADER: uma aproximação com o Programa Territórios da Cidadania. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 342-360, maio 2014.

ROSA, Fernando Amorim. **Abordagem territorial e políticas de desenvolvimento rural: o Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema**. 2017. 250 f. (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

ROSA, Fernando Amorim; FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. O Programa Territórios da Cidadania: ações e participação social no Pontal do Paranapanema-SP. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 43, n. 1, p. 185-203, jan./abr. 2018.

ROSSINI, Rosa Ester. Mulher: residência no urbano, sobrevivência no rural (o exemplo da Lavoura Canavieira). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988, Olinda. **Anais [...]**. Olinda: ABEP, 1988. p. 16-20.

RUI, Simone L. Gênero, empoderamento e território: construindo relações e estabelecendo perspectivas teóricas. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n. 16, v. 1, p. 45-60, mar. 2020.

SABOURIN, Eric Pierre. Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, S. l., v. 18, n. 1, p. 123-143, jun. 2015.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 12, p. 157-163, 1999.

SAMBUICHI, Regina Helena R. *et al.* Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, Regina Helena R. *et al.* (org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília, DF: Ipea, 2014. p. 75-104.

SANT'ANA, Antônio Lázaro. **Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. 2003. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

SANTOS, Mateus José da Silva. O Brasil que sai das urnas em direção ao mundo: considerações sobre o futuro da política externa no governo Lula. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 13, n. 37, p. 130-137, 2023.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia. Um manifesto. **Revista Tamoios, S. l.**, v. 2, n. 1, s. p., 2006.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Clediane Nascimento; THOMAZ, Rosângela Custodio Cortez. Rosana/SP: paisagem, limitações e possibilidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, “TERRITÓRIOS EM DISPUTA: OS DESAFIOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO”, XXI, 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-15.

SANTOS, Edinúzia M. S.; SILVA, Onildo A.; COELHO NETO, Agripino S. De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. **GeoTextos, S. l.**, v. 11, n. 2, p. 131-151, dez. 2015.

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; BETTO, Janaina. Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-18, 2021.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, Ivya *et al.* (Org.). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 37-74.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria L. R.; BINGEMER, Maria C. L. (org.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SARTI, Cynthia A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, S. l., p. 38-47, 1988.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 100-192, fev. 2003.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, S. l., n. 55, p. 87-109, 2015.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **SOS: Corpo e Cidadania**, Recife, 1990.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SEN, Gita. El empoderamiento como um enfoque a la pobreza. In: ARRIAGADA, Irma; TORRES, Carmen. **Gênero e pobreza: nuevas dimensiones**. Santiago: Isis Internacional, 1998.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, S. l., v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003. 2003.

SILVA, Joseli Maria; NASCIMENTO, Maria das Graças Silva. Introduzindo interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriatividades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (org.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2014. p. 17-38.

SILVA, Sandro P. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, Brasília, Ipea, v. 1, n. 21, p. 89-116, 2013.

SILVA, Carolina Braz C.; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; MENEZES, Rosineide. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 183-207.

SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, Caio Galvão de. **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília, DF: MDA, 2010.

SOARES, Cristina; SABÓIA, Ana Lúcia. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

SOBREIRO FILHO, José. A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: história e atualidade. **Revista Geografia em Questão**, S. l., v. 5, n. 1, p. 83-114, 2012.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 77-116.

SOUZA, Maria Antônia. **A formação da identidade coletiva**: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. 1994. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOUZA, Sérgio Pereira de. **Políticas públicas e desenvolvimento territorial**: o Programa Territórios da Cidadania no Estado de São Paulo. 2015. 359 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOUZA, Sérgio Pereira de; HESPANHOL, Rosângela, A. de Medeiros. O processo de institucionalização dos Territórios da Cidadania no estado de São Paulo. **Revista Formação**, S. l., v. 4, n. 23, p. 161-187, set./dez. 2016.

SOUZA, Sérgio Pereira de; HESPANHOL, Rosângela A. de Medeiros. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural no contexto dos Territórios da Cidadania do estado de São Paulo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI, 15 a 19 de outubro de 2012. **Anais [...]**. Uberlândia: UFU, 2012.

SPÓSITO, Elizeu S. Sobre o conceito de território. *In*: SPOSITO, Elizeu S.; SAQUET, Marcos A.; RIBAS, Alexandre D. (org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

STEINBERGER, Marília (org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília, DF: Paralelo 15, 2006.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: UFP Editora, 1999.

TRIVIÑOS, Augustus N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Alberto. Modernização x agricultura familiar: dialética contraditória na citricultura sergipana no nordeste do Brasil. **Acta Geográfica**, S. l., v. 9, n. 21, p. 37-50, 2015.

XUNTA DE GALICIA. **Programa de Desenvolvimento Rural**. España, 2023. Disponível em: <https://pdr-medioural.xunta.gal/es/pdr/el-programa>. Acesso em: 20 maio 2022.

WESTPHAL, Márcia Faria. **Participação popular e políticas municipais de saúde**: Cotia e Vargem Grande Paulista. 1992. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

WOORTMANN, Ellen. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo; Brasília, DF: Hucitec; Edunb, 1995.

ZAPATA, Tania *et al.* (org.). **Desenvolvimento local e participação social**. Recife: IADH, 2007.

APÊNDICES



Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar como voluntária da pesquisa intitulada “PARA FALAR POR/COM TODAS: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO PARANAPANEMA-SP.”, sob a responsabilidade da doutoranda Ozileide Matos Moreira do Curso de Pós-Graduação em Geografia, modalidade Doutorado Acadêmico, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), de Presidente Prudente, e orientada pela Profª Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol. A pesquisa busca identificar mulheres protagonistas, suas atuações e entidades representativas que visam amenizar as desigualdades sociais, econômicas e de gênero no Território de Cidadania no Pontal do Paranapanema, mais precisamente no Município de Mirante do Paranapanema. Desta forma, convidamos você a participar desta pesquisa através de uma entrevista gravada, a qual contém perguntas sobre sua vida, o tempo de residência no Território, seu trabalho, manifestações culturais, mais especificamente sobre sua história. Em toda pesquisa é possível que haja riscos para seus participantes. No caso dessa pesquisa, o que pode ocorrer é uma possível dificuldade de entendimento entre você e a pesquisadora ou alguma questão que possa lhe causar constrangimento. Se isso ocorrer, você tem o direito de não responder ou solicitar esclarecimentos. Para melhor aproveitamento das informações que você nos dará será necessário realizar fotografias e gravar seu depoimento em áudio e vídeo, conforme o seu consentimento, sem qualquer ganho financeiro para nenhuma das partes. É importante ressaltar que estas informações serão utilizadas somente para fins desta pesquisa. Para fins de preservar sua identidade, seu nome será mantido em sigilo e substituído por outro fictício, no trabalho que será publicado. Caso desista de participar deste estudo, poderá fazê-lo a qualquer momento durante a entrevista, sem que haja nenhum tipo de consequência, nem custo financeiro. Os depoimentos dados, após serem utilizados, ficaram sob a responsabilidade das pesquisadoras, armazenados em sistema computacional próprio e de uso restrito. Os resultados obtidos através desse estudo serão apresentados e divulgados no trabalho final para a conclusão do Curso de Doutorado acima citado, além de possíveis eventos como congressos, seminários, artigos, revistas e produções científicas em geral. Caso aceite participar, pedimos sua autorização através da assinatura deste documento, o qual possui duas vias. Uma destas ficará com você e a outra conosco. Em caso de dúvidas ou maiores informações sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato através do Programa de Pós-Graduação em Geografia, que fica na rua Roberto Simonsen, 305 – Centro Educacional, Presidente Prudente/ SP – CEP 19060 – 900. Telefone: (18) 3229 – 5388. E-mail: posgrad@fct.unesp.br.

Agradecemos sua colaboração.

_____, _____ de _____ de 2023.

Ozileide Matos Moreira
 Pesquisadora Responsável
 PPGG-UNESP
 Contato: ozileidem@gmail.com

Colaboradora da pesquisa

Apêndice B – Termo de Autorização para Uso de Imagens (fotos e vídeos)

Eu, _____, **AUTORIZO** Ozileide Matos Moreira do Curso de Pós-Graduação em Geografia, modalidade Doutorado Acadêmico, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), de Presidente Prudente, autora da pesquisa intitulada: “PARA FALAR POR/COM TODAS: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO PARANAPANEMA-SP” a fixar, armazenar e exibir a minha imagem por meio de foto e vídeo, com o fim específico de inseri-la nas informações que serão geradas na pesquisa, aqui citada, e em outras publicações dela decorrentes, quais sejam: artigos publicados e, revistas científicas, congressos e jornais.

A presente autorização abrange, exclusivamente, o uso de minha imagem para os fins aqui estabelecidos e deverá sempre preservar o meu anonimato. Qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução deverá ser por mim autorizada.

_____, _____ de _____ de 2023.

Ozileide Matos Moreira
Pesquisadora Responsável
PPGG-UNESP
Contato: ozileidem@gmail.com

Colaboradora da pesquisa

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ELABORADO EM DUAS VIAS: UMA FICARÁ COM O PARTICIPANTE E OUTRA COM O PESQUISADOR RESPONSÁVEL.

Apêndice C – Entrevista da informante das lideranças

Data:

Horário:

Local da entrevista:

Eu tenho sua autorização para gravar essa entrevista em áudio? () sim () não

I) Dados sociodemográficos:

Nome _____

Idade _____ anos.

Escolaridade:

Profissão/Ocupação: _____

Cidade onde nasceu _____

Cidade em que mora atualmente _____

Local de moradia: () área urbana () área rural

II) ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Qual é a sua formação e qual foi o seu papel na formação/consolidação dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema?
2. Desde quando você acompanha os movimentos de mulheres no território do Pontal. Houve algum período que você acompanhou grandes mudanças no sentido de avanços ou retrocessos?
3. Como você vê as políticas públicas?
4. Considera que as políticas públicas promoveram algum desenvolvimento nos assentamentos de reforma agrária e demais territórios rurais do Pontal.
5. Você poderia descrever sua relação com a luta dos grupos e movimentos de mulheres na formação e constituição dos assentamentos de reforma Agrária no Pontal do Paranapanema?
6. Durante o período que conviveu com essas mulheres você deve ter conhecido a trajetória de grandes mulheres. Poderia nos narrar algumas delas?
7. Quais foram as principais lideranças com as quais conviveu ou teve notícia no Pontal do Paranapanema?
8. Quais foram as principais vitórias decorrentes das lutas das mulheres que você testemunhou nesse território?
9. Em relação a retirada de direitos, especialmente das mulheres, comunidade LGBTQI+, indígenas e quilombolas, como você analisa o atual governo?

10. Qual o seu maior legado?
11. E sobre o futuro das próximas gerações de mulheres assentadas e rurais, o que te dá medo e o que te dá esperança?
12. Quais conselhos você deixaria para as próximas gerações de mulheres?

Obrigada!

Apêndice D – Roteiro de entrevista para mulheres (lideranças)

Data:

Horário:

Local da entrevista:

Eu tenho sua autorização para gravar essa entrevista em áudio? () sim () não

I) Dados sociodemográficos:

Nome _____

Idade _____ anos.

Escolaridade:

Profissão/Ocupação: _____

Cidade onde nasceu _____

Cidade em que mora atualmente _____

Local de moradia: () área urbana () área rural

Quadro da composição do grupo doméstico

Nº	Nome (primeiro nome)	Sexo	Parentesco	Idade	Profissão/Ocupação

II) Roteiro de Entrevista

1. Como você descreveria sua trajetória de vida?
2. Você vive em assentamento ou acampamento?
3. Como você chegou ao local em que vive hoje?
4. Para você, o que é território?
5. Como mulher, você reconhece algum território como sendo seu?
6. Você já ouviu falar em política pública?
7. Onde a política pública interfere na sua vida?
8. Como você se engajou no movimento social (MST)?
9. Além do MST, você está envolvida em mais algum movimento social?
10. Como se deu seu processo de envolvimento na luta por direitos? Desde quando e quais foram os espaços em que militou?

11. Você está envolvida em alguma atividade pública atualmente? Qual(is)?
12. Você é reconhecida como uma liderança?
13. E você, o que pensa sobre isso?
14. Como ocorre a discussão de gênero nos espaços de militância?
15. Quais os principais avanços e os entraves?
16. O que motivou seu engajamento na luta por direitos da mulher nessa localidade?
17. Como suas ações e das entidades que você representa influenciaram no território?
18. Para você, o que é participação social?
19. A participação social provocou alguma mudança na sua vida? Quais?
20. O fato de você ser mulher representou alguma dificuldade para se envolver em atividades públicas?
21. Você percebe diferenças de direitos entre homens e mulheres no território do Pontal do Paranapanema? Quais?
22. A sua atuação nos movimentos sociais provocou alguma mudança nas suas relações familiares?
23. Qual é o principal motivo da sua luta?
24. O que você espera como resultado dessa luta?
25. Pelo que as mulheres do Pontal ainda precisam lutar?

Obrigada!

Apêndice E – Roteiro de entrevista para funcionários do ITESP

Data:

Horário:

Local da entrevista:

Eu tenho sua autorização para gravar essa entrevista em áudio? () sim () não

I) Dados sociodemográficos:

Nome _____

Idade _____ anos.

Escolaridade:

Profissão/Ocupação: _____

Cidade onde nasceu _____

Cidade em que mora atualmente _____

Local de moradia: () área urbana () área rural

II. Dados da entrevista

1. Há quanto tempo você trabalha nessa instituição?
2. Quais funções já desempenhou nesse período?
3. Qual é o papel da fundação Itesp? Quais serviços ela presta para a população dos assentamentos?
4. Você considera que a instituição cumpre bem as atividades que lhe são incumbidas?
5. Na sua opinião qual é a maior dificuldade enfrentada pela instituição para cumprir de maneira eficiente as ações que lhe são designadas?
6. Quais são as principais fontes de renda das famílias assentadas?
7. Quais são as principais culturas/atividades desenvolvidas pelas famílias?
8. Você poderia, por favor, explicar um pouco sobre as políticas públicas (federais, estaduais e municipais) destinadas às famílias assentadas?
9. As famílias assentadas já participaram do PAA? Como se deu a inserção no programa? Por qual período os projetos permaneceram vigentes? Como você avalia a participação dessas famílias no programa?
10. Na sua avaliação, como o PAA contribuiu para a melhoria das condições de vida dessas famílias?
11. Como você percebe a participação das mulheres na luta por espaços e direitos nos assentamentos? Poderia indicar os nomes de algumas dessas mulheres que se destacam?

12. Quais associações de mulheres assentadas possuem maior destaque na região do Pontal do Paranapanema?
13. Você poderia falar mais a respeito da associação de mulheres e quais benefícios foram alcançados por elas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e da comunidade no entorno?
14. Você acredita que as mulheres rurais enfrentam preconceito de gênero e/ ou dificuldades no cotidiano e trabalho?
15. Como funciona a questão da titularidade do lote para mulheres? Em quais casos isso acontece?
16. Algumas políticas públicas voltadas às mulheres já propiciaram alterações positivas para as assentadas? Como por exemplo, o Bolsa Família, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Pronaf-Mulher, PNAE?
17. Em relação aos programas de compras institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar ou o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social, como as associações de mulheres participam desses programas?
18. Em termos de valores, você consegue estipular um valor médio de renda que cada família poderia atingir a partir desses programas?
19. Você acha que as políticas públicas geraram mudanças positivas para a melhoria da organização das mulheres, e de suas condições de vida e de trabalho? Em caso afirmativo, quais foram essas melhorias? Em caso negativo, por que?
20. O que houve de mudança na questão da efetivação das políticas públicas para os assentamentos rurais a partir de 2016? Se sim, como essas mudanças afetaram as mulheres?
21. Você poderia discorrer sobre como a titulação da posse da terra para os assentamentos, projeto discutido e aprovado no ano de 2022 vai afetar a vida das famílias assentadas e alterar o acesso às políticas públicas?

Obrigada!

Apêndice F – Roteiro da entrevista sobre políticas públicas para o grupo focal

I. Dados sociodemográficos:

Nome _____

Idade _____ anos.

Escolaridade:

- | | |
|--|--|
| ☐ Sem instrução | ☐ Ensino Médio Completo |
| ☐ Fundamental Incompleto | ☐ Superior Incompleto |
| ☐ Fundamental Completo | ☐ Superior Completo |
| ☐ Ensino Médio Incompleto | |

Profissão/Ocupação: _____

Situação Conjugal:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| ☐ união/casamento | ☐ solteira |
| ☐ separação/divórcio | ☐ outro _____ |

Renda Familiar:

- | | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| ☐ menos de 1SM | ☐ de 5 a 6 SM |
| ☐ de 1 a 2 SM | ☐ acima de 6SM |
| ☐ de 3 a 4 SM | |

Cidade onde nasceu _____

Cidade em que mora atualmente _____

Local de moradia: ☐ área urbana ☐ área rural

Casa: ☐ própria ☐ alugada ☐ doação/cessão

Quantas pessoas moram na casa? _____

Quadro da composição do grupo doméstico

Nº	Nome (primeiro nome)	Sexo	Parentesco	Idade	Profissão/Ocupação

I. Roteiro da entrevista

1. Para você, o que é política pública?
2. Dessas políticas públicas listadas abaixo você e/ou sua família são beneficiárias?
 - () Programa Bolsa Família ou Auxílio Brasil
 - () Programa de Aquisição de Alimentos
 - () Programa Nacional de Alimentação Escolar
 - () Pronaf-Mulher
 - () Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 - () Outra _____
3. No nome de que membro da sua família vem o recurso financeiro dessa política?
4. O acesso às políticas públicas proporciona alguma mudança significativa na sua condição social ou financeira como mulher?
5. De que modo essa política pública beneficia a manutenção da sua família na terra?
6. Existe alguma dificuldade de acesso às políticas públicas? Se sim, quais são essas dificuldades?
7. Além dessas que eu citei, você conhece ou é beneficiária de mais alguma política pública não citada aqui?
8. E sobre a aposentadoria rural: você é beneficiária ou algum outro membro da sua família é? Se sim, quem? Qual é a importância desse benefício para a manutenção da família e o desenvolvimento econômico do município?

Obrigada!